



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**VIII Legislatura**  
**I Sessão Legislativa**

**Número: 9**  
**Horta, Quinta-Feira, 17 de Março de 2005**

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes (Substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)*

**Secretários:** *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.*

O **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** iniciou-se com a leitura de um **Voto de Congratulação** pela “eleição de Jaime Gama para o Cargo de Presidente da Assembleia da República Portuguesa”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Nuno Tomé (*PS*), usando posteriormente da palavra sobre o mesmo os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, e já no período compreendido para tratamento de assuntos de interesse político relevante, proferiram intervenções os Srs. Deputados Nuno Amaral (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Lubélia Chaves (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), António Parreira (*PS*), António Ventura (*PSD*), Luís Henrique (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Henrique Ventura (*PS*), Alberto Pereira (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Jaime Jorge (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*), bem como os Srs. Secretários da Presidência (*Vasco Cordeiro*) e da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

No **Período da Agenda da Reunião** foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

**1ª- Proposta de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2002”.**

Apresentado o diploma pelo Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra posteriormente os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e José Rego (*PS*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria.

**2ª – Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução relativa à “Política da União Europeia”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

**3ª- Proposta de Resolução relativa à “Política da União Europeia”,** a qual foi aprovada por unanimidade.

Aberto o debate usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e o Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

**4ª – Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Transpõe para a Directiva nº 91/676/CEE, do Conselho de 12 de Dezembro de 1991, referente à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola”.**

Apresentada a proposta pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), António Ventura (*PSD*) e Hernâni Jorge (*PS*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

**5ª- Proposta de Resolução – “Por um melhor POSEIMA agrícola”,** apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No debate da proposta usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Henrique (*PSD*), a quem coube a apresentação do diploma, Lizuarte Machado (*PS*), António Ventura (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Pedro Gomes (*PSD*) e ainda os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*) e da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Submetida à votação, a proposta foi rejeitada por maioria.

**6ª- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Reserva Natural Regional do Figueiral – Prainha (Ilha de Santa Maria).**

Antes de iniciado o debate a Mesa da Assembleia foi questionada, pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre a legalidade da subida a plenário do diploma, por falta de auscultação dos Conselhos de Ilha.

Nos pedidos de interpelação à Mesa usaram da palavra os Srs. Deputados Alberto Pereira (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Iniciado o debate, usou da palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*), para fazer a apresentação do diploma e das Propostas de Decreto Legislativo Regional “Paisagem Protegida de Interesse Regional do Barreiro da Faneca e Costa Norte”, “Classificação do Pico das Camarinhas – Ponta da Ferraria” e da proposta que “Classifica a Gruta do Carvão, na Ilha de São Miguel, como Monumento Natural Regional”.

Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, foi rejeitado por maioria, um requerimento de baixa à Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Reserva Natural Regional do Figueiral/Prainha, Ilha de Santa Maria.

Proferiu uma intervenção a Sra. Deputada Lubélia Chaves (*PS*).

Em relação ao 6º diploma em debate usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Alberto Pereira (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*). Submetida à votação a proposta foi aprovada por maioria tanto na generalidade como na especialidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*) e Hernâni Jorge (*PS*).

**7ª. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Paisagem Protegida de Interesse Regional do Barreiro da Faneca e Costa Norte (Ilha de Santa Maria)”**

Em relação a este diploma foi rejeitado por maioria um requerimento de baixa à Comissão, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aberto o debate usaram da palavra os Srs. Deputados Lubélia Chaves (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*) e Hernâni Jorge (*PS*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

**8ª. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Classificação do Pico das Camarinhas – Ponta da Ferraria, (Ilha de São Miguel)”**

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Mariana Matos (*PS*), foi votado de seguida um requerimento de baixa à Comissão, apresentado pelo PSD, o qual foi rejeitado por maioria.

Em seguida usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por maioria na generalidade e na especialidade.

**9ª. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Classifica a Gruta do Carvão na Ilha de São Miguel, como Monumento Natural Regional”.**

Feita a apresentação da proposta pela Sra. Deputada Mariana Matos (*PS*), foi rejeitado por maioria um requerimento de baixa à comissão, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aberto o debate usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*) e a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*).

Submetida à votação a proposta em apreço foi aprovada por maioria.

**10ª – Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução – Infestação de térmitas de madeira seca “Cryptotermes Brevis” em edificações na Região Autónoma dos Açores”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade, após a intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão.

**11ª – Proposta de Resolução – Infestação de térmitas de madeira seca “Cryptotermes Brevis” em edificações na Região Autónoma dos Açores”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aberto o debate usaram da palavra os Srs. Deputados Carla Bretão (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Jaime Jorge (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), António Ventura (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação, a Proposta de Resolução foi rejeitada por maioria.

**12ª – Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Março.**

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

*(Os trabalhos terminaram à 01 hora e 35 minutos)*

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos proceder à chamada.

*(Eram 10 horas e 10 minutos)*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Henrique Correia Ventura**

**Hernâni Hélio Jorge**

**João Carlos Correia Lemos Bettencourt**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José de Sousa Rego**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves**

**Luís Paulo de Serpa Alves**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria Fernanda da Silva Mendes**

**Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Mariana Rego Costa de Matos**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**

**Nuno André da Costa Soares Tomé**

**Paulo Manuel Ávila Messias**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto Abílio Lopes Pereira**

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António** Lima Cardoso **Ventura**  
**Carla** Patrícia Carvalho **Bretão** Martins  
**Cláudio** José Gomes **Lopes**  
**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**  
**José Manuel** Avelar **Nunes**  
**José Manuel** Cabral Dias **Bolieiro**  
**Luís** Henrique da **Silva**  
**Maria José** Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**  
**Mark** Silveira **Marques**  
**Pedro** António de Bettencourt **Gomes**  
**Rui** Fernando Dinis Borges de **Meneses**  
**Sérgio** Emanuel Bettencourt **Ferreira**

***Partido Popular (PP)***

**Alvarino** Manuel de Meneses **Pinheiro**

***Deputado Independente (Ind.)***

**Paulo** Domingos Alves de **Gusmão**

**Presidente:** Estão presentes 41 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Deu entrada na Mesa um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Pedia a um dos subscritores para apresentar o voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

**Deputado Nuno Tomé (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação**

A Assembleia da República elegeu ontem como seu Presidente um Açoriano: Jaime Gama, nascido em 1947, na ilha de São Miguel, freguesia da Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada.

Estudou no antigo Liceu de Ponta Delgada, tendo completado aí o Curso Liceal para depois se formar em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em 1969, com apenas, 22 anos, participou em Roma no IX Congresso da União Internacional da Juventude Socialista.

Defensor da Liberdade foi preso pela polícia política (PIDE/DGS), juntamente com Salgado Zenha, no dia 17 de Fevereiro de 1970.

Jaime Gama é hoje uma das figuras maiores da Democracia Portuguesa.

Esteve presente na cidade alemã de Bad Munstereifel aquando da fundação do Partido Socialista, em 1973. Foi também Fundador do Partido Socialista/Açores.

É o Açoriano que mais cargos ministeriais desempenhou no Portugal democrático. Ministro da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, em mais do que um Governo, participou em quase todos os grandes momentos da vida política do nosso país. Foi deputado à Assembleia Constituinte e membro do governo Socialista que conduziu

Portugal no processo de adesão à então denominada Comunidade Económica Europeia.

Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, discursou, em 1985, na Assembleia Geral da ONU, em defesa do exercício do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação.

O seu trabalho é internacionalmente reconhecido, tendo sido condecorado pelo Estado Português, pelo Reino Unido, França e Espanha.

O novo Presidente da Assembleia da República é, assim, um Açoriano. O político Jaime Gama deve ser motivo de orgulho para todos nós, enquanto seus conterrâneos. O seu passado constitui a garantia de que Portugal será capaz de enfrentar os novos desafios que agora se colocam.

Nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação de um voto de congratulação pela eleição de Jaime Gama para o cargo de Presidente da Assembleia da República Portuguesa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Março de 2005

**Os Deputados Regionais do PS:** *Nuno Tomé, Mariana Matos, Gaspar Lima, Lubélia Chaves e Manuel Santos.*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados Clélio Meneses e Alvarino Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(\*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao Voto de Congratulação pela eleição de Jaime Gama para Presidente da Assembleia da República.

Jaime Game é um ilustre açoriano que tem dedicado ao país, na vida democrática, um papel importante, dignificando assim os Açores.

Apesar de ter feito a sua carreira política fora da Região, é reconhecida a sua ligação aos Açores que vai para além do nascimento.

Por tudo isto entendemos que mais uma vez o nome dos Açores é lembrado na vida política do país, quando se ocupam os mais altos cargos da nação.

A nossa Região, de facto, tem dado um contributo importante para a vida política do país nos últimos anos, através de vários açorianos que têm ocupado cargos de prestígio, desde membros do Governo ao – e não podemos esquecer – até agora Presidente da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral que, com o seu contributo, elevou a imagem da Assembleia da República, mas também o nome dos Açores.

Por tudo isto e agora com a eleição de Jaime Gama entendemos que a congratulação de voto também assenta na convicção de que a açorianidade é, de facto, uma forma muito especial de se ser português.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular associa-se com gosto, orgulho e satisfação ao momento que ocorreu ontem da eleição do Dr. Jaime Gama para Presidente da Assembleia da República.

Aliás, a forma como a própria Assembleia, no seu conjunto, se manifestou, após a eleição, é a prova clara do respeito, do apreço e da consideração que os Deputados à Assembleia da República nutrem pela pessoa e pela figura do Dr. Jaime Gama.

Não podemos deixar também de realçar aqui que a circunstância de Jaime Gama suceder no cargo do Dr. Mota Amaral, não deixa de constituir uma coincidência histórica de grande valor, significado e simbolismo para a nossa Região.

Nessa perspectiva, achamos oportuno e vamos dar o nosso apoio e voto a esta iniciativa do Partido Socialista.

**Presidente:** Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Vamos passar ao período de tratamento de assuntos políticos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

No passado dia 20 de Fevereiro, Portugal disse não à aventura, à incompetência, ao discurso errático e ao populismo.

De norte a sul do País, aqui nos Açores e na Madeira, o Povo em concreto penalizou o maior delírio na governação em 30 anos de Liberdade.

Assegurada a maioria absoluta para o Partido Socialista, Portugal respira de alívio.

O País queria mudar e, nesta mudança, reconciliar-se consigo mesmo. Apesar de ter sido uma vitória histórica, o PS viveu a noite das eleições com um enorme sentido de responsabilidade. A situação portuguesa não se compadece com celebrações exageradamente efusivas e que acentuem o sofrimento democrático de quem perdeu.

Um projecto vencedor precisa de todos; em Democracia, o voto é um contrato entre eleitores e eleitos que precisa de ser gerido com verdade e com rigor, sem triunfalismos e sem arrogância.

A maioria do Partido Socialista não vai significar, por certo, ausência de diálogo e intolerância, como podemos ouvir do nosso Primeiro-Ministro Eng<sup>o</sup> Socrates.

Todos esperamos que implemente as reformas necessárias aos graves problemas do país, sem vacilar com as primeiras greves ou diante de quaisquer manifestações de rua e sem ceder a popularismos irresponsáveis, como os do seu antecessor.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

É sempre bom lembrar que até ao último suspiro, o defunto (des)governo PSD/PP prosseguia os mergulhos e as piruetas de circo num cómico confronto com o senhor Presidente da República. Especializados em peixeiradas comicieiras, de praça ou de feira, e aqui todos nos recordamos do Paulinho das feiras, governantes aplicados na

retórica populista, ao sabor do tã-tã demagógico, nada os podia ter irritado mais que a serenidade e o silêncio do Presidente Jorge Sampaio. Acicatados pelo agulhão do despedimento, resolveram, então, falar sozinhos, num discurso de confronto que apenas veio dar razão aos que imputavam ao Governo de Santana Lopes uma fatal ausência de sentido de Estado.

O ser e o estar de suas excelências, Santana e Portas, apenas confirmaram que o Presidente da República não podia adiar mais a decisão de pôr um ponto final na lamentável situação a que o país chegara, quatro meses depois de Durão Barroso, mais conhecido por José Manuel, ter abandonado a barca da (des)governança. O que define os estadistas é a capacidade de perceberem que os interesses de um país ou de uma região, não se justapõem aos meros interesses partidários e, muito menos, às ambições pessoais ideologicamente contaminadas pelo vírus do populismo barato.

Só assim se entende o tipo de reacção do ex-Primeiro-Ministro Santana Lopes, que não se coibiu de chamar mentiroso ao Presidente da República ou do seu tenente Moraes Sarmiento que classificou de caudilho Jorge Sampaio.

A sucessão de acontecimentos e a expressão do discurso de Santana e seus pares veio mostrar uma surpreendente dicotomia: ao mesmo tempo que diziam respeitar a decisão do Presidente da República, atiravam-lhe depois todo tipo de insinuações, que iam da mentira ao favorecimento de interesses privados ou partidários.

O que essa facticidade ilusória representa é, também, a inevitabilidade de um certo monstro político, ideologicamente sem sentido, preso à lógica de uma morte anunciada, apesar de todos os dias continuarem a dizer que eles são os santos e os outros os pecadores.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Os demónios!

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Como já era mais ou menos esperado, o governo de Santana acabou a pouco mais de quatro meses de exercício de funções.

Ele foi o principal e mesmo único factor da sua queda, pelas complicações, descoordenações, contradições, desentendimentos e leviandades cometidos, com o corolário final de um orçamento de Estado, feito ao arrepio e em descontinuidade com os propósitos e actuação do governo anterior. A sua imagem era a de um governo em que não se tinha confiança, com poucos ministros de que se tinha boa opinião e um Primeiro-Ministro sobre o qual havia, logo após a sua indigitação, uma quase geral má impressão política, que o tempo se encarregou de confirmar.

Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, Santana Lopes não tem carisma, é superficial, trapalhão, instável e mandou-lhe estudar melhor os dossiers. Além disso, Santana não tem sorte, nos momentos decisivos. E, pior do que isso sofre do síndrome do touro manso, isto é, mal presente o ferro, logo foge para as tábuas.

Usando a estratégia da vitimização, quem não se lembra da entrevista que deu em S. Bento em cenário natalício em que afirmou “Tenho as costas cheias de cicatrizes das facadas que levei”...“ não cabe cá mais nenhuma!”...

Esta história das facadas nas costas é suficientemente explícita de um ajuste de contas que o ex-Primeiro-Ministro quer levar até às últimas consequências dentro do PSD. Santana sabe decerto quem lhe deu as facadas nas costas e também, quem foram os mandantes. É extraordinário o Secretário-geral do PSD, em que um dos



vices é o deputado Victor Cruz, acusar os membros do seu próprio partido de tamanhas malfeitorias. Mas o ajuste de contas, na área do PSD, ainda é vindima.

Outro dos momentos altos do ex-Primeiro-Ministro e da sua imaginação fértil foi quando, sem avisar que iria expor matéria eventualmente chocante, contou a história de um bebé na incubadora, que recebia tabefes e pontapés dos irmãos mais velhos, para mostrar como o seu governo estava às portas da morte, em cuidados intensivos. Acabou por morrer, politicamente, é certo.

Não foi por acaso que Cavaco Silva o afastou de ministro, dando-lhe uma Secretaria de Estado e logo da Cultura que eram águas onde Santana pior nadava. Quando percebeu de que não nascera para a Cultura, entregou a Secretaria de Estado ao seu amigo Frexes e fugiu para o Sporting.

No Sporting prometeu taças, campeonatos e cofres a abarrotar. Foram dois anos de desventuras: quando chegava ao Natal, o Sporting já só jogava para o meio da tabela. E, mais uma vez, se pôs em fuga, antes que a casa lhe caísse em cima. Desta vez, fugiu para a Figueira da Foz, onde prometeu mundos e fundos: uma nova cidade à beira mar estendida. Nem o televisivo futebol de praia salvou o sonho de uma “cidade maravilhosa”. Repegou na trouxa e fugiu, de novo para Lisboa.

Em Lisboa, sim, de Lisboa iria fazer a capital do seu “império”. Teatros, casinos, centros comerciais, jardins... Três anos depois, do seu consolado restava, apenas, um buraco no Marquês! O “buraco” começou a ficar negro e tenta outro lugar de “fuga”: a Presidência da República! Só que o tiro lhe voltou a sair pela culatra: Cavaco esmagava-o na corrida a Belém. Mais uma vez os cartazes não saem para a rua.

Mas, este guerreiro mais parecido com Ali Babá e os 40 trapalhões, veio montado no seu falcon até aos Açores prometer mundos e fundos ao lado dos actuais deputados do PSD à Assembleia da República e até hoje, estes que se dizem os grandes defensores dos Açores, ninguém os ouviu perguntar pelo cumprimento das promessas. Destes senhores não esperava outra coisa, pois já foi assim nas transferências de verbas para a Região, no caso do Sismo do Pico e Faial. Mas, para espanto de todos, na votação do Orçamento do Estado para 2005, os deputados Mota Amaral, Victor Cruz e Joaquim Ponte, foram agentes activos nos votos contra os interesses dos Açores.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Quais?

**O Orador:** Mais ainda, votaram contra uma proposta que fazia parte do compromisso eleitoral do PSD/Açores, para não desagradarem aos seus líderes nacionais. Só assim se compreende o seu silêncio no desinvestimento do PIDDAC 2005 para os Açores na ordem dos 6 milhões de euros. A estas atitudes resolveram chamar-lhe prestígio e competência.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Nem sabe do que é que está a falar!

**O Orador:** Estes são alguns dos exemplos de que não constituíram particular surpresa os resultados globais das eleições legislativas, mesmo que se dê por retumbante a vitória eleitoral do Partido Socialista, a sua maior de sempre e por humilhante a derrota do PSD, um dos piores resultados da história do Partido.

Espero que Marques Mendes, que agora parece ser apoiado por aqueles que há poucos meses o assobiaram, não mande a fotografia de Santana Lopes para o PS, porque Cavaco Silva não mandou a de Paulo Portas quando este abandonou o PSD, seguindo o exemplo de Mota Amaral quando Alvarinho Pinheiro abandonou o PSD.

Fica também para a história o feito conseguido pelo PSD de Santana Lopes que em quatro meses conseguiu realizar o grande sonho de Sá Carneiro: dar a Portugal um governo, uma maioria, um Presidente.

O PS agradece.

O PSD decerto não o esquecerá.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não há pedidos de esclarecimento, ao que parece. Está tudo esclarecido.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Ou a intervenção não merece!

**Presidente:** Passamos ao próximo interventor, o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Abril de 2004 numa intervenção que fiz nesta Assembleia alertei o governo para o facto de que a obra do Cais Ferrie no porto de Vila do Porto, estava a provocar alguns problemas no saco do Porto Comercial, em especial uma agitação das águas que poderia vir a ter como consequência alguns constrangimentos na utilização desse porto.

Nessa altura o Sr. Secretário da Economia respondeu da forma que passo a citar “ ... estamos a reconhecer que existe alguma agitação que foi aumentada e já estamos a tentar resolvê-la e, portanto, estamos atentos a esse problema”, fim de citação.

Passado quase um ano pergunto ao Governo de que forma pensa resolver o problema, porque até agora nada foi feito e, conseqüentemente, o problema mantém-se.

Nessa mesma intervenção alertei o Sr. Secretário para diversas questões relativas ao tarifário que estava a ser praticado pela Administração dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto, lembrando ainda que apesar de várias promessas se continuava a não poder operar com contentores de peso superior a vinte e duas toneladas.

Sem me ter respondido a tudo o Sr. Secretário admitiu, no entanto, que relativamente ao armazenamento dos contentores vazios havia um erro e disse, passo a citar, “ No que diz respeito ao sexto dia dos contentores vazios, é um lapso do regulamento que está a ser alterado.” – fim de citação.

Que um ano não seja suficiente para rever o tarifário, até admito;

Que um ano não seja suficiente para dotar o porto do equipamento necessário para operar com contentores até 40 toneladas, também, se calhar, é admissível;

Mas admitir um erro no regulamento e um ano depois ainda não o ter corrigido, isso pensamos que já é tempo a mais.

Volto a relembrar estes assuntos porque nunca é de mais recordar que um dos maiores problemas de quem vive nas ilhas mais pequenas é o custo de vida e um dos principais factores que influenciam essa diferença de preços, relativamente a outras ilhas, é o custo com os transportes.

Ainda falando de transportes marítimos li recentemente na comunicação social que a operação da Açorline, este ano, começava no dia 22 de Abril.

Excelente propósito!

Mas seria bom que o governo começasse desde já a acautelar que assim fosse, a fim de se evitarem as situações que têm acontecido nos anos transactos.

O transporte marítimo de passageiros é um bem inquestionável mas, para não se perder o fim a que se destina, tem que ser feito com rigor e com qualidade, atributos que nos últimos anos não se têm feito notar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não somos daqueles que teimosamente pensam que Santa Maria tem de viver forçosamente à volta do seu aeroporto.

Entendemos que é na diversificação da actividade económica que está o futuro da ilha e que portanto não podemos estar agarrados à ideia que o aeroporto é a panaceia para todos os males, nem à ideia que tudo o que de menos bom acontece na ilha provém da perda de importância desta infra-estrutura.

Mas também não podemos deixar de pensar que a contínua perda de importância do aeroporto é sem dúvida mais um constrangimento para uma ilha que padece das fragilidades de todas as ilhas pequenas.

Sendo assim, qualquer alteração no sentido de reduzir o pouco que se tem, causa sempre efeitos perniciosos nem que seja ao nível da confiança.

O mais interessante de verificar é que essa perda de importância começada com a “famosa” decisão de 1980 dá muitas vezes a ideia de ser feita com a atitude premeditada de paulatinamente ir transformando o Aeroporto Internacional de Santa Maria num aeródromo.

Se é assim é grave.

Portanto cumpre-nos lutar para que esse esvaziamento de importância não se continue a verificar.

Ainda há pouco tempo foi o encerramento nocturno, motivado pela lei do ruído.

Os marienses insurgiram-se mas de nada valeu, o aeroporto passou mesmo a encerrar da meia-noite às seis da manhã.

Estava em causa o ambiente e o bem-estar das populações.

Mas o que se veio a verificar, depois, é que esse bem-estar deixava de ser importante a partir do momento em que um avião estivesse disposto a pagar uma taxa adicional de cerca de 600 euros, para operar nesse período.

Conclui-se daqui que a questão não era ambiental, não passava pelo cumprimento da lei, passava tão só por de alguma forma reduzir custos e arranjar uma maneira de cobrar mais algumas taxas.

Perdeu importância o aeroporto, não se teve em conta os interesses da ilha e deu-se mais um passo para aquilo que parece ser o destino fatal desta infra-estrutura.

Dia 24 de Fevereiro a ANA, S.A. decidiu baixar a categoria do aeroporto de 6 para 5.

Sendo verdade que sempre que as companhias o solicitarem, o aeroporto garante a categoria seis, a realidade é que se baixou de categoria.

Se neste momento esta medida não tem grande impacto, para o futuro certamente terá, caso contrário não haveria qualquer necessidade de a tomar.

E o mais caricato disto tudo é que ao mesmo tempo anda a ANA S.A. numa manobra, quase de charme, a promover encontros com diversas entidades no sentido de, segundo a empresa, se revitalizar este espaço.

A pergunta que se coloca é:

Se queremos revitalizar o Aeroporto de Santa Maria como é que ao mesmo tempo o encerramos à noite e seguidamente diminuimos a sua categoria?

Bom, chegados aqui, a ideia com que se fica é que se não for o poder político a interferir de alguma forma, brevemente o aeroporto deixará de constituir qualquer mais valia para a ilha.

E uma das primeiras decisões que se deveriam tomar ao nível governamental era a exigência de que a Resolução 36/80 fosse cumprida, ou seja, que as escalas técnicas nos Açores fossem feitas em Santa Maria.

Certamente, se esta Resolução fosse cumprida na íntegra a ANA, S.A. olharia com outros olhos a exploração deste aeroporto e, sem dúvida, teria maior facilidade em rever as decisões agora tomadas.

Porque também não podemos deixar de admitir que a ANA,S.A. tem uma gestão empresarial onde obviamente impera, e bem, a óptica do lucro.

Por isso e considerando que as decisões para inverter esta situação terão que se situar ao nível político, faço um apelo ao Governo Regional para que use da sua influência no sentido de, por um lado, garantir o cumprimento da Resolução 36/80 e, por outro, tentar que a decisão agora tomada seja revogada.

Disse.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Está aberto o debate.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados Lubélia Chaves, Lizuarte Machado e o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves. Dispõe de 3 minutos.

(\*) **Deputada Lubélia Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Deputado Sérgio Ferreira apenas queria comentar dois assuntos e o primeiro prende-se com a obra no cais de Vila do Porto, nomeadamente a construção do ferrie.

Sei que o Governo está actualmente a proceder a um estudo no Laboratório de Engenharia Civil onde estão a ser avaliados os impactos da obra em toda aquela baía e brevemente veremos o seu resultado, uma vez que também está prevista a construção do porto de recreio. Recentemente foi publicado o compromisso do Governo Regional em avançar com o concurso até ao final deste semestre.

Em simultâneo está a decorrer o estudo para a construção desta obra.

Relativamente ao aeroporto de Santa Maria é geral o descontentamento em relação à tomada de decisão por parte da Direcção dos Aeroportos dos Açores, nomeadamente a empresa ANA,SA.

Este desagrado já foi manifestado localmente pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal e pelo Conselho de Ilha, pois sabemos que isto foi uma decisão da empresa ANA, não do Governo Regional.

Sabemos e temos consciência que o que está em causa não é a operacionalidade do aeroporto de Santa Maria, porque ela mantém-se, mas sim a imagem e a importância que o aeroporto tem naquela ilha, a nível regional e a nível internacional, pois estamos a falar de um aeroporto internacional que com estas decisões perde alguma importância.

Mas estou certa que naquilo que for preciso alguma influência política, poderemos contar com o apoio do Governo Regional em relação a esta matéria, tal como já tem sido demonstrado em outras questões relacionadas com o aeroporto de Santa Maria.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérgio Ferreira:

Realmente há algumas questões a ajustar no tarifário dos portos, tem razão, mas isso não diz respeito só ao porto de Santa Maria, diz respeito a mais portos, a quase todos os portos da Região.

O tarifário que foi implementado foi uma inovação, até uma inovação no conjunto do país. Ele tem trazido muitos benefícios, mas tem algumas falhas.

As Administrações Portuárias têm trazido muitos benefícios, mas tem algumas falhas.

Neste momento, as Administrações Portuárias, em colaboração directa com a Direcção Regional dos Transportes, estão a tratar desse processo e vão-se proceder a ajustamentos. Não se tratam apenas de ajustamentos ao nível do movimento de cargas e do armazenamento de contentores, mas tratam-se de outras questões que têm a ver, por exemplo, com as escalas dos navios de passageiros que têm que sofrer alguns ajustamentos.

Relativamente ao Porto de Recreio de Santa Maria, como disse a Deputada Lubélia Chaves, com a construção do terminal de ferries houve uma alteração substancial na agitação marítima no interior do porto, embora eu ainda não conheça o novo terminal, porque não estive lá, apenas alguns colegas falaram nessa questão, mas é verdade que isso aconteceu. E porque isso aconteceu, e apesar do projecto de porto de Recreio de Santa Maria já estar aprovado no SIFTUR com toda a precaução por parte do Sr. Secretário da Economia, foi mandado elaborar um estudo, em modelo matemático, da agitação marítima no interior da baía.

Porque estas questões das construções no interior do espelho líquido de um porto têm implicações de longo prazo e convém sabermos exactamente o que é que estamos a fazer, e tendo em conta que o modelo matemático poderá ter algumas falhas, porque é sempre um modelo aproximado, no dia 7 de Abril estarão em Santa Maria técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que vão recolher os elementos necessários para efectuarem o ensaio em modelo reduzido, porque o projecto do porto pode sofrer, em face disso, alguns ajustamentos para se garantir a operacionalidade não só do terminal de recreio, mas também do porto comercial e do terminal de ferries.

Portanto, não é verdade que nada tinha sido feito, o que acontece é que se está a fazer com sentido de responsabilidade para que não venhamos a ter surpresas desagradáveis no futuro.

Relativamente ao aeroporto de Santa Maria e ao nível de segurança, é bom que se saiba que o nível de segurança nestes casos se mede, por um lado, pela quantidade dos equipamentos disponíveis no próprio aeroporto e, por outro lado, pelos meios humanos que neste caso são os bombeiros.

Por exemplo, o nível de segurança para um determinado avião tem em conta o comprimento do avião e a largura da fuselagem interior, o que para o Airbus A 310, é o nível 8 e para o Airbus A 320 é o nível 6. O A 320 é o mais comum em escalas nos Açores.

Contudo, o ICAO permite reduzir uma categoria quando o avião não efectua mais de 700 movimentos em três meses consecutivos num determinado aeroporto. Essas circunstâncias o ICAO permite operar no nível 5.

**Presidente:** Sr. Deputado, já terminou o seu tempo.

**O Orador:** Não tem nenhuma alteração ao nível dos equipamentos, mas apenas ao nível dos bombeiros. São menos 2 bombeiros por equipa.

Trata-se apenas de uma racionalização por parte da ANA que não penaliza o aeroporto que continua preparado e apto a responder até ao nível máximo, por exemplo, numa escala de 747, que é o nível 9. Portanto, desse ponto de vista não há aqui nenhuma perda para o aeroporto de Santa Maria.

Obrigado.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção especialmente habilitada, do ponto de vista técnico, do Sr. Deputado Lizuarte Machado, eu dispensava-me de referir esta matéria. Contudo, existem outros aspectos da intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ferreira que eu gostaria de me debruçar.

Em primeiro lugar, a questão relativa ao começo da operação da Açorline;

Em segundo lugar, a questão relativa ao esvaziamento da importância de Santa Maria e relacioná-la com o aeroporto.

Do ponto de vista do começo da operação da Açorline, aquilo que o Governo Regional tem que fazer é efectivamente aquilo que tem feito. Em relação à situação ocorrida o ano passado, parece-me que analisando aquilo que foi a postura que o Governo Regional tomou nessa altura, é a postura que efectivamente se deve tomar, ou seja, accionar os mecanismos no sentido de garantir o cumprimento daquilo que são as obrigações assumidas pelas empresas.

Se é certo que existem sempre imprevistos nestas situações, também não é menos verdade que está em causa o interesse do público. Portanto, o Governo garante e deve garantir, dentro dos mecanismos que estão à sua disposição e dentro de um quadro de legalidade, o respeito por esses mesmos direitos.

Em relação àquilo que diz respeito ao esvaziamento e na sequência das intervenções que já foram feitas, nomeadamente por parte da Sra. Deputada eleita pelo círculo eleitoral de Santa Maria, eu gostaria de lembrar que esta preocupação e a actuação do Governo Regional, em relação a Santa Maria, demonstra, naquilo que tem de mais próprio e naquilo que está mais dentro das suas competências, que isso

efectivamente não é assim, ou seja, existe a consciência da necessidade de se valorizar a Ilha de Santa Maria.

Eu recordo, por exemplo, a questão ainda recente da abertura da gateway e da ligação ao exterior. É um factor que não está de todo devidamente explorado. Pode ser explorado. É natural que não esteja, também é natural que estejamos num processo de ajustamento em relação àquilo que poderá ser a utilização de que a própria Ilha de Santa Maria e o seu tecido empresarial pretenda dar a esta nova oportunidade que foi criada e que se traduz efectivamente numa valorização.

Eram fundamentalmente estas as questões que eu gostava de prestar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(\*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem bom que estamos todos mais ou menos de acordo.

Apenas duas questões que me parecem importantes realçar.

A primeira é que estão a fazer os estudos neste momento, mas há uma questão que é muito importante, Sr. Deputado Lizuarte Machado: quando alteraram o projecto do cais ferrie é que deveriam ter feito esses estudos, porque como o senhor sabe, agora não vai ser fácil resolver aquela situação. Se calhar vai ter custos muitíssimo elevados.

Quando houve a alteração do cais ferrie, e nessa altura eu alertei aqui, é que deviam ter feito esses estudos, não agora.

A questão começa por aí. Os estudos estão atrasados relativamente ao início da obra.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Isso é uma questão importante porque a agitação é mesmo muita e quando for a Santa Maria terá oportunidade de confirmar isso.

Relativamente à questão da categoria 6 para 5 e 5 para 6, obviamente que eu sei tudo isso que disse e também sei que o aeroporto de Santa Maria pode ir até à categoria 9, mas não vamos dizer que passar de 6 para 5 não é uma perda. É uma perda efectiva, porque o aeroporto, assim, tem que ser notificado com duas horas de antecedência para passar para a categoria 6. Está a perceber?

Não é a mesma coisa o aeroporto estar sempre na categoria 6 e estar na categoria 5 e ter que passar para a 6.

É preciso ter em consideração que a ANA não toma esta medida inocentemente. Não é por causa de um ajustozinho qualquer. No futuro isso terá reflexos, nomeadamente na questão dos postos de trabalho dos bombeiros e essa é a razão fundamental para a ANA tomar esta medida. Portanto, alertava para isso.

Agora não vai ter grandes reflexos. Eu sei e disse-o. Mas no futuro vai ter de certeza. Obrigado.

**Deputados Alberto Pereira e Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não acompanhei esse processo, como calcula, mas creio que quando foi construído o terminal de ferries de Vila do Porto terão sido feitos os estudos necessários. Não acredito que se faça uma obra daquela natureza sem que tenham

sido desenvolvidos os estudos necessários que permitissem perceber exactamente qual iria ser a alteração na agitação marítima dentro do porto.

Portanto, na altura terão sido feitos os estudos que foram necessários para aquela obra. Agora, em vista de mais obras no interior da bacia, vão ser complementados com os estudos que também são necessários para a implementação dessa obra.

Relativamente à questão de alteração de nível do aeroporto de Santa Maria, eu devo-lhe dizer que é prática comum, nos aeroportos por esse mundo fora, subirem e descerem de nível, várias vezes ao longo do dia. Isso tem a ver apenas com a constituição da equipa de bombeiros e das viaturas que são mandadas para apoio ao avião que vai aterrar.

Isso acontece, por exemplo, no aeroporto de Lisboa. Quando recebe em um 747, são accionados os mecanismos que permitem isso e acontece no aeroporto de Ponta Delgada. Acontece em todos os aeroportos e brevemente acontecerá no aeroporto internacional do Pico. É assim que as coisas são.

Por outro lado, relativamente à diminuição de mão-de-obra, a informação que nós temos é de que brevemente o quadro de bombeiros do aeroporto de Santa Maria será crescido com mais quatro elementos e que a racionalização muitas vezes não tem a ver com o número de homens, tem a ver apenas com a rotação, em termos de permanência nos diferentes turnos, ou seja, é possível manter a operacionalidade tendo menos bombeiros no turno em rotação, reduzindo alguns custos e até podendo ter mais pessoas no quadro. Daí que muito em breve o quadro de bombeiros do aeroporto de Santa Maria, em vez de reduzir, será acrescido com mais quatro elementos de acordo com as informações que me foi dado recolher.

Muito obrigado.

*(Neste momento o Presidente da Assembleia foi substituído na Mesa pelo Vice-Presidente)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sector Agrícola é um Pilar fundamental da Economia Regional.

Desde a sua tomada de posse em 1996, os Governos do Partido Socialista, com esforço, vontade e crer, empenharam-se no desenvolvimento do sector agrícola. Foram efectuados investimentos consideráveis nas explorações agrícolas e na modernização das indústrias transformadoras regionais, modernizando as estruturas e fortalecendo as infra-estruturas tão necessárias ao sector e que não existiam.

Os investimentos desenvolvidos pelo IROA nos Perímetros de Ordenamento Agrário, nomeadamente na garantia de mais e melhores acessibilidades, na electrificação e no abastecimento de água às explorações agrícolas. Estas medidas para além de melhorar as condições de acesso, vieram melhorar também outros aspectos, como a higiene, a qualidade, o bem-estar animal e a diminuição de custos de produção.

Ainda na vertente de baixar custos, é de realçar a importância do emparcelamento e a compra de terras por rendeiros, como é o exemplo do SICATE, embora nesta área ainda haja algum caminho a percorrer.



Com a passagem do IROA a Sociedade Anónima, será reforçada a sua capacidade de investimento.

Neste contexto, as suas actuações poderão contribuir para que num esforço conjunto com o Governo, Associações e Produtores, se enfrente ainda com melhores resultados o desafio do emparcelamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É de reconhecer o papel desempenhado pelos nossos agricultores, em toda a transformação agrícola, ao desenvolverem um grande esforço de adaptação e aprendizagem, conjugados com o significativo incremento de Formação Profissional nos últimos anos.

De registar também, o investimento privado dos nossos agricultores, é um exemplo demonstrado na modernização das suas explorações agrícolas, garantindo melhores níveis de produção, “mais qualidade”.

As Associações Agrícolas conjuntamente com a Federação Agrícola dos Açores, também têm um papel preponderante no desenvolvimento da agricultura, num conjunto de esforços com o Governo e industriais na defesa dos interesses dos agricultores.

É de realçar o estímulo dado à Federação Agrícola dos Açores na conquista da certificação da carne, Carne dos Açores – Indicação Geográfica Protegida, numa colaboração institucional que também tem grande importância em todo o processo.

Assim, o Governo define como sua prioridade a defesa do rendimento do produtor. Neste sentido, é necessário incentivar a produzir com qualidade, valorizando a produção, continuar a baixar custos, para uma melhor rentabilidade do sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na fileira da carne, é cada vez maior a abertura da União Europeia aos mercados da América do Sul, com custos de produção bastante reduzidos, dificultando a competitividade das nossas explorações. Infelizmente para nós, hoje vamos a um supermercado e já encontramos carne desses Países, especialmente do Brasil.

Perante esta realidade, a aposta a seguir só pode ser uma, a qualidade e a diferenciação do nosso produto. Com a devida atenção que possa merecer a nossa posição geográfica, dimensão de mercado e competitividade.

Os Governos do Partido Socialista fizeram em primeiro lugar, uma aposta clara e evidente, nas infra-estruturas de toda a Rede Regional de Abate.

Com a conclusão das obras, dos matadouros da Ilha do Pico e Santa Maria, a Rede Regional de Abate fica concluída. Todos os matadouros ficam devidamente homologados. Criando-se assim, totais condições para a melhoria da capacidade de abate na Região, quer em quantidade, quer em qualidade.

Estes investimentos realizados pelos Governos do Partido Socialista, permitem que agora possa ser feita de forma sustentada a aposta na promoção e divulgação da carne dos Açores. Com relevância na implementação da Indicação Geográfica Protegida, da qual é detentora em particular, a Federação Agrícola dos Açores.

A certificação de qualidade permite que seja designada por Carne dos Açores, a carne proveniente de bovinos nascidos, criados e abatidos na Região Autónoma dos Açores, respeitando as regras de funcionamento.

A produção de carne de bovino na Região, em particular a carne de qualidade, apresenta-se como factor de extrema importância, de que é exemplo, o recente I

Congresso da Carne de Bovino dos Açores que teve lugar em Abril do ano passado na Ilha do Pico.

A Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário apresentou nesse Congresso um estudo das características produtivas de animais resultantes do cruzamento de vacas da raça Frísia com touros de outras raças.

Os cruzados de Charolês obtiveram os melhores resultados em todos os parâmetros, com um rendimento da carcaça na ordem dos 58%. A raça Frisien, comparativamente aos cruzados com raças especializadas na produção de carne, apresentou sempre piores resultados a todos níveis.

Este é um exemplo de como é importante inovar e continuar a desenvolver investigação experimental nestas áreas. Continuar a fortalecer as Campanhas de erradicação da Brucelose bovina, realçando-se o excelente trabalho que nesta área, histórica e presentemente está a ser conseguido, que é a erradicação desta zoonose na Ilha Terceira e que, com o mesmo método igual resultado irá verificar-se em São Miguel e São Jorge.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a Rede Regional de Abate praticamente concluída; com o estudo feito apurando as melhores raças especializadas na produção de carne; com novas unidades de transformação de alimentos para animais que permitem mais qualidade e preços mais competitivos; com a certificação da carne, Carne dos Açores – Indicação Geográfica Protegida e o empenho nela colocado pela Federação Agrícola dos Açores; perante esta realidade, só podemos ter uma certeza, a Carne dos Açores tem condições para ser uma aposta a ganhar.

Fortalecer a comercialização da carne para o Continente e Madeira, e, procurando ainda novos mercados, pelo exemplo que temos, da forte concorrência à sala de desmancha do Matadouro da Ilha Terceira, de Cooperativas, Associações, e Empresários privados, acreditamos que a aposta da carne é cada vez mais uma certeza, uma realidade.

Certamente será uma mais valia deste sector para a Região e com melhores rendimentos para os agricultores.

Conseguindo-se a comercialização da carne para outros mercados, será importante promover a criação de centros de acabamento de bovinos, de acordo com a nossa especificidade, para que possamos produzir carcaças não de qualidade, mas de excelente qualidade.

Assim desse modo, é importante salvaguardar as questões ambientais e assegurar a sua estabilidade durante os meses de Inverno, devidamente compatibilizados com uma comercialização contínua e a presença permanente nos mercados.

Ao terminar deixo uma mensagem de confiança a todos os agricultores dos Açores. Todos nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista e Governo, estamos empenhados, aliás como não podia deixar de ser, em fazer mais e melhor pela nossa agricultura e continuar a mudar os Açores para melhor.

Disse!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para pedir ou prestar esclarecimentos.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados António Ventura e Luís Henrique, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, os Srs. Deputados Luís Paulo Alves e Henrique Ventura.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Gonçalves traçou aqui uma parte do desenvolvimento agrícola que aconteceu. Esqueceu-se de referir uma série de circunstâncias. Referiu aquilo que continua a subsistir como dificuldades na nossa agricultura, na evolução que ela deve conseguir, acompanhando toda a evolução que existe na Europa.

Falou de alguns temas e em particular aprofundou o tema da carne. Efectivamente, na fileira da carne, que poderia estar muito melhor, existem problemas, quer a montante, quer a jusante, isto é, quer a nível da transformação, comercialização e distribuição, quer ao nível dos produtores.

A fileira da carne não existe, e digo não existe quando comparada com a fileira do leite. Tem que ser montada, estabilizada e tem que ganhar vigor e, acima de tudo, ganhar um mercado que tem que ser direccionado para nichos de consumidores que estão simpaticamente incomodados com aquilo que comem diariamente. Aí sim, eu acho que a nossa carne tem alguma potencialidade de se afirmar nesse mesmo mercado e assegurar para esses consumidores que estão intranquilos e com medo daquilo que acontece diariamente na alimentação, que têm medo das sucessivas e escandalosas crises alimentares que acontecem e são especuladas pela comunicação social, que a nossa carne pode ser posicionada.

Mas deixe-me dizer-lhe que a IGP – Indicação Geográfica Protegida, que existe desde 2001, não está em funcionamento não só por causa da rede regional de abate. Aliás, existe uma comissão técnica de acompanhamento da IGP, porque nós não temos uma raça em particular, temos sim um conjunto de condições geográficas que influenciam as raças existentes na ilha.

Não existe por atraso da Federação Agrícola dos Açores, que é parceira do Governo neste processo, mas sim derivado das dificuldades burocráticas que o próprio processo daí advém. Aí a responsabilidade é do Governo, única e exclusivamente do Governo.

Como sabem, para a certificação da IGP é necessário também haver um canal de comercialização, distribuição e venda e todo ele tem que ser qualificado.

Esta qualificação cabe ao Governo fazê-la. Ou seja, os produtores, para produzirem, têm que cumprir determinados requerimentos, determinados critérios e depois são qualificados.

Os matadouros também têm que cumprir determinados requisitos. Os transformadores de igual modo e os vendedores, ou seja, o final da cadeia, também têm que cumprir alguns critérios.

Dos produtores até à venda falta certificar toda a restante componente, embora exista neste momento matadouros qualificados para o efeito e exista sala de desmancha, mas todos os hipermercados, todos os talhos têm que estar certificados.

Esta competência não é da Federação Agrícola dos Açores e arrasta-se desde 2001 por dificuldades burocráticas do próprio Governo, ou seja, sem ultrapassagem, sem um levantamento do elo final da cadeia, da instalação da fileira, não é possível haver IGP.

Não é por dificuldades da não existência do matadouro industrial do Grupo Central que não existe IGP. Aliás, foi acordado com o Governo Regional, em 2002, que todos os bovinos – temos cerca de 100 produtores inscritos – iriam convergir para o Matadouro Industrial de Ponta Delgada, São Miguel.

Portanto, não é a falta de existência dessa estrutura, mas sim a falta de existência de um canal aberto que tem que ser todo ele efectuado pelo Governo Regional.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Portanto, os atrasos não derivam da não existência de carne em quantidade. Efectivamente nós temos um problema de sazonalidade, de quantidades. Tem que ser nivelado, homogéneo e, como sempre, a produção sempre se adaptou e fez uma grande ginástica à adaptação em relação àquilo que o mercado e as leis exigem. Ou seja, os agricultores, são um dos elementos, nesta nova sociedade económica, que mais se adapta às novas circunstâncias.

Portanto, haja o canal aberto, haja o circuito comercial todo ele qualificado, que vai existir carne IGP.

O atraso não é dos produtores. Existe, sim, desde 2001, mas por falta da existência desse circuito que exige, todo ele, uma complexidade burocrática que não são os produtores que a têm que eliminar.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(\*) **Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas queria referir ao Sr. Deputado António Toste dois aspectos que considero que foram fundamentais para o arranque de um sector chamado “a fileira da carne”.

Nunca se tinha falado nos Açores na fileira da carne. Felizmente que com o Congresso que aconteceu na Ilha do Pico essa terminologia vai acontecendo nos nossos meios.

Por outro lado, o senhor falou ainda noutra que eu não estou muito de acordo: o aumento do rendimento do agricultor. Ainda estamos à espera desse aumento.

No que diz respeito à carne IGP estamos de acordo. No entanto, há aqui dois aspectos, Sr. Deputado, que nós ainda temos muitos estudos para fazer.

O senhor referiu um aspecto de um estudo que foi feito por uma técnica superior dos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha Terceira. Muito bem. Mas julgo que faltam outros estudos que vêm complementar esse e que venham complementar a nossa situação actual da nossa produção de carne nos Açores.

No entanto, quando o Sr. Deputado fala nos centros de acabamento, nós ainda precisávamos de alguns estudos para sabermos até que ponto os centros de acabamentos vão influenciar a nossa carne IGP.

Se nós queremos uma carne com características ecológicas, eu tenho algumas dúvidas que fazer acabamentos em grandes parques, não será aquilo que se faz no Continente?

Será que se nós tirarmos animais das nossas pastagens não vamos descaracterizar a nossa produção de carne?

Ou será que não é na nossa pastagem, se metermos lá complementos necessários, que vamos fazer a boa carcaça?

Muito obrigado.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura é sempre recorrentemente falada em várias circunstâncias. Todos falam de agricultura mesmo quando dela não sabem nada.

Falou-se hoje aqui e o acento tónico está a ser exclusivamente colocado na fileira da carne. Nesse âmbito há que apontar três constatações muito simples:

Primeira – Desde 2001, por esforço do Governo, houve o reconhecimento comunitário para a sua IGP. Era um instrumento fundamental para qualificar e distinguir a carne dos Açores, para lhe dar notoriedade comercial.

Mas falta também algum trabalho no que diz respeito aos métodos de produção, no maneio e controlo, e procedimentos de acabamento, um trabalho que agora está a ser feito pela Federação Agrícola dos Açores com o apoio do Governo Regional. através da Secretaria.

Não há aqui nada de burocrático. Há coisas que têm que ser feitas e as coisas que estão a ser feitas estão a ser implementadas. Essa última, que já devia ter ocorrido e que não ocorreu, não foi por culpa do Governo, mas de outrem.

Agora estamos a fazer o estudo que é necessário e decorreu, em todas as nossas ilhas, o levantamento necessário nos últimos dias.

Quando se fala na certificação da carne ela começa na produção (e os nossos produtores têm sabido sempre adaptar-se às exigências), passa pela transformação (e aí temos os nossos matadouros, e no caso concreto da Terceira, já num processo avançado na concessão da sala de desmancha) e pela distribuição.

Como é evidente, nós temos que alterar de forma significativa o processo tradicional de comercialização de carne nos Açores. Não podemos continuar, como levámos anos, a delapidar mais valias associadas ao processo de transformação da carne, que, pura e simplesmente, fugiam da região, porque, infelizmente o modo tradicional de comercialização da carne viva está condenado, até por condições que têm a ver com o bem-estar e com o transporte animal.

Portanto, nós temos que fazer todo o esforço no sentido de colocar a nossa carne com notoriedade, desossada, embalada, certificada e com uma etiqueta de homogeneidade cientificamente comprovada, para que o nosso consumidor tradicional distinga essa carne a possa aceitar e integrar nos seus actos de consumo.

Nós, infelizmente, nos nossos mercados tradicionais não tivemos carne açoriana à venda. Tivemos gado vivo que foi para o Continente e lá foi desmanchado, tratado, acabado e vendido.

Seria isso alguma vez carne açoriana?

Não era.

Os instrumentos estão plantados no terreno. Naturalmente que ainda este ano e com o processo de concessão da sala de desmancha do matadouro da Ilha Terceira, as novidades para os nossos produtores, certamente ainda serão mais animadoras.

Relativamente ao rendimento dos nossos produtores, duas notas apenas:

A primeira para dizer que num estudo feito por pessoa idónea e que até foi convidada para vir às recentes Jornadas Agrícolas do Ramo Grande, da Ilha Terceira, o Professor Avilez, aliás convidado pelo ex-Secretário da Agricultura do PSD, chegou-se à simples conclusão que, entre as várias regiões agrícolas do país, as regiões onde as explorações eram mais competitivas e com maior rendimento eram a Região Ribatejo Oeste e a Região dos Açores logo a seguir, e comparando duas realidades que são difíceis de comparar, porque no Ribatejo Oeste temos grandes explorações, bem dimensionadas, e nos Açores, infelizmente, não temos isso.

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que concluísse porque o seu tempo está a terminar.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Portanto, quando se trata de rendimentos dos nossos produtores e se fala sempre na tentativa de dizer que eles estão a baixar, o Professor Avilez veio cá e disse-nos que este rendimento dos agricultores açorianos é o segundo melhor do país, muito próximo do Ribatejo Oeste.

A competitividade das explorações açorianas é a segunda melhor do país, muito próxima da do Ribatejo Oeste e todas as demais regiões estão a quilómetros dos Açores.

Se conseguirmos, como julgo que vamos conseguir, dar passos importantes na modernização das nossas explorações, no redimensionamento dessas explorações, na distribuição de água e concessão de melhores caminhos agrícolas e florestais e acessibilidades, nós estaremos em condições de melhorar sensivelmente e ainda mais o rendimento dos nossos produtores.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(\*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro para me congratular que existam atrasos apenas a partir de 2001 e que só agora se fale na fileira da carne. Numa região que por tradição tem actividades agrícola há décadas, de facto, isto é um bom sinal.

É um sinal de que os Governos do Partido Socialista estão, neste momento, a revitalizar duas fileiras, ou uma fileira que já devia ter sido revitalizada há muitas décadas.

Aqueles que tiveram em situação privilegiada em devida altura para o fazer ou para dar os contributos sábios que agora trazem, quer na fileira da carne, na parte que diz respeito às infra-estruturas, quer também na parte da IGP, de facto não o fizeram em devido tempo, mas o seu contributo é sempre bem-vindo, ainda que se reconheça um pouco tardiamente.

**Deputado António Ventura (PSD):** Não viu o que se passou na região nos últimos anos. Esteve ausente!

**O Orador:** Penso que o processo da certificação da carne deve ser colocado de uma forma muito clara. Resulta de uma parceria entre órgãos públicos, a Federação Agrícola dos Açores e os produtores. Os órgãos públicos fiscalizam o cumprimento do caderno de especificações; a Federação assegura a implementação e a gestão da IGP e os produtores asseguram a produção da carne.

Em devido tempo o processo da IGP foi desencadeado pelo Governo Regional dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista. Enfim, penso que todos devemos ser um pouco mais ambiciosos neste processo e cada um assumir um pouco das responsabilidades que tem nos atrasos que o processo tem.

**Deputado António Ventura (PSD):** Está mal informado!

**O Orador:** Os atrasos não são só de 2001. Como volto a frisar, infelizmente, são de décadas.

Por último dizer que não posso, como açoriano e como membro desta bancada, deixar de estar orgulhoso, mais uma vez, por sermos nós a dinamizar todo este processo e, como reconheceram os Srs. Deputados da bancada do PSD, do processo só ter tido andamento e só ter atrasos com os nossos governos.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(\*) **Deputado Henrique Ventura (PS):** Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entrando nesta discussão, para além daquilo tudo que já foi aqui dito, gostaria apenas de lembrar algumas coisas ao Sr. Deputado António Ventura e têm a ver com o processo de mudança daquilo que, neste caso da carne, não tem só a ver com as dificuldades do leite, tem também a ver com a mudança do conceito de carne nos Açores que passou da carne Holstein Frisien para a dos cruzados.

Portanto, é uma questão de qualidade. Leva algum tempo.

Em relação ao esforço que foi produzido aqui por diversas entidades, começando pelos produtores, é de salientar o esforço que os produtores têm vindo a fazer, mas é preciso não esquecer o esforço que o Governo tem vindo a fazer nessa matéria com a rede regional de abate.

Procuramos aqui culpados para o atraso deste processo.

Eu lembrava ao Sr. Deputado António Ventura, e com o devido respeito, as declarações do seu conterrâneo Paulo Caetano Ferreira, no dia 4 de Janeiro de 2005. Ele dizia o seguinte:

“O antigo Presidente da Federação Agrícola dos Açores – estamos a falar de Paulo Caetano Ferreira – acusou os seus sucessores de não terem defendido os interesses dos lavradores terceirenses”. Estamos a falar de carne.

No mesmo dia, à RDP/Açores, outro representante dos produtores – Sr. Jorge Rita, Presidente da Associação Agrícola de São Miguel – considera que “a culpa do atraso no processo de indicação geográfica para a carne produzida nos Açores é dos responsáveis federativos”.

O mesmo Presidente afirma que “pouco ou nada tem sido feito pelos responsáveis por esta área”.

Estamos a falar de representantes dos lavradores que naturalmente querem o melhor para os lavradores.

Muito obrigado.

*(Neste momento, o Presidente da Assembleia retoma o seu lugar na mesa)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelo Sr. Secretário, de facto, o reconhecimento do modo de produção, das nossas características ímpares que levaram ao estabelecimento de uma qualificação relativamente à nossa carne, na minha opinião, deve ser estendido ao leite. Eu próprio já defendi isto várias vezes e já apresentámos um projecto em relação a isto. Não sei por que não acontece.

De facto, nós também temos características ímpares e o nosso leite tem componentes excepcionais que crescentemente são aceites pela saúde humana. Portanto, temos que utilizar e publicitar de modo cada vez mais aprofundado essa nossa benesse. Não sei por que é que ainda não aconteceu.

Em relação à carne, o caderno de especificações deu origem ao selo, todo ele já foi construído antes de 2001. Portanto, não se está agora a encontrar modos de produção.

O que eu acho que se está a encontrar agora são os cruzamentos mais ideais que dêem origem a um regular fornecimento de carne de modo a que os contratos de estabelecimento por esses mesmos mercados sejam assegurados e de modo a que se consiga a melhor carne possível.

Portanto, o caderno de especificações, o modo de produção, já existe antes de 2001 e todo ele já foi construído, na altura, em associação com o Governo e associações agrícolas.

O processo de certificação da carne começou muito antes do Governo do PS ter tomado posse. Já em 94 e em 95 se falava em tentar encontrar...

**Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Falava-se!

**O Orador:** ... um modo que identificasse a nossa carne e que essa identificação tivesse um reconhecimento no mercado e nos nichos de consumidores.

Agora, não havia ao nível da Comunidade Europeia nenhum mecanismo que fizesse esse reconhecimento. Só mais tarde é que apareceram os mecanismos de qualificação e, muito bem, o Governo do PS, conjuntamente com as associações, levou a cabo esse efeito.

Se houvesse esse reconhecimento ao nível da Comunidade Europeia nos anos 90, 94 e 96, isto também tinha sido iniciado.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Não sei!

**O Orador:** A dúvida é vossa. Eu acho que a produção não ia deixar perder essa oportunidade, porque já na altura, como sabe, a fileira da carne vivia dias amargos e grandes dificuldades. A fileira da carne aparece um pouco como diversificação às grandes dificuldades de rendimento que são implementadas pela fileira do leite.

De algum modo, dentro do sector agrícola, a diversificação também acontece com a instalação de um elo de carne.



Evidentemente que o grande desafio actual é aproximar – e aí estamos todos de acordo – dentro da comercialização, todos os outros elos, transformação e comercialização, do produtor, para que os ganhos decorrentes destes outros elos sejam depositados na produção, porque já não é possível ganhar-se dinheiro sem ser os próprios produtores os vendedores do seu próprio produto.

Quanto mais nós estreitarmos esses elos, melhor serão os rendimentos dos agricultores.

Evidentemente que estamos de acordo que esta é uma região de gado vivo que se vai transformar numa região, progressiva e lentamente, de gado morto.

Há muito a fazer.

Há ilhas que tradicionalmente estão vocacionadas para a produção de leite e há ilhas que estão vocacionadas para a produção de carne.

Evidentemente há que potencializar todas essas ilhas da produção de carne e como alternativa ao leite poderá aparecer a carne, mas a alternativa nunca será profunda. A carne está condenada a ser um complemento ao rendimento, porque sem os três elementos, sem prémios à pastagem, sem prémios ao novilho e sem prémios à vaca, não é possível viver-se da fileira da carne sem que ela seja uma actividade secundária.

**Presidente:** Sr. Deputado terminou o seu tempo.

**O Orador:** Neste momento ainda não é uma actividade principal, nem a médio prazo vejo que ela o seja.

Portanto, há que perceber que ela continua a ser um complemento ao rendimento e não substitui outras actividades de rendimento principal.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Terminou o seu tempo.

**O Orador:** Apenas mais uma referência.

No Congresso na Ilha do Pico falava-se de um estudo. Quero apenas lembrar que esse estudo não é uma inovação do vosso Governo. Esse estudo é um acabamento do estudo do Governo do PSD que provém de 95. O que a Direcção Regional fez foi acabar esse estudo.

Um estudo vosso, em relação à carne, ainda não existe, a não ser que esteja a ser implementado agora e eu não saiba.

O que foi apresentado no Congresso no Pico foi o estudo que provém dos Governos do PSD e houve um acabamento desse estudo.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

**(\*) Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Clélio Meneses é muito engraçado, mas não tem graça nenhuma.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Não estou aqui para me achar graça!

**O Orador:** O Sr. Deputado António Ventura diz que o Governo do PSD fez e que aconteceu, já tinha feito...

A realidade é que não fez nada. Quando fala da carne, em 94 e 95, não haviam matadouros em condições para poder transformar a carne.

Há uma coisa que o senhor diz que o Governo é que tem que fazer. O Governo não pode comprar, nem deve, nem pode vender, nem deve.

No que diz respeito à carne, para se ter carne com qualidade, temos que ter raça de qualidade. Julgo que não é o Governo que tem que andar junto dos agricultores a incentivar o que é que é melhor.

A Associação, por sua vez, com os conhecimentos que tem, junto com o Governo e a Federação, ao nível do agricultor, deverá incentivar a produzir em qualidade e em condições.

Neste momento, a sala de desmancha do matadouro da Ilha Terceira vai a concurso e certamente em Abril já sabemos quem ficará a tomar conta, se será uma empresa privada, a associação ou seja quem for.

Se calhar uma coisa que vai acontecer será o facto de precisarmos de carne com qualidade e não termos, porque não temos as raças bem apuradas, embora haja alguma, como disse o Sr. Deputado, que é o charolês, mas provavelmente há em pouca quantidade.

Portanto, não podemos ter carne nos meses de Verão, que são os melhores meses das nossas ilhas e chegar aos meses de Inverno e não termos carne.

Portanto, quando houver uma permanência forte no mercado da distribuição da carne temos que manter sempre uma relação igual.

Não podemos ter 100 cabeças de gado, por exemplo, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Dezembro, que são os piores meses e chegar aos meses de Verão termos às 200, 300 ou se calhar aos milhares.

Temos que equacionar e manter mais ou menos igual.

Por isso eu digo e mantenho, em relação ao Sr. Deputado Luís Henrique, quando falou nos estudos do acabamento, que acho que é sempre necessário termos acabamento de gado, porque o gado que nós temos nas nossas ilhas – e falo em relação à Terceira, porque eu conheço melhor – se tivermos em conta as pastagens mais altas em relação às pastagens mais baixas, por si só, a carne já não é igual em termos de qualidade.

Se nós, penso eu, e quase certo, não tivermos centros de acabamento devidamente estudados, devidamente pensados, quer ao nível do ambiente, quer ao nível da alimentação do gado, não conseguiremos ter uma carne tão boa quanto a carne que conhecemos ao nível da União Europeia e dos países da América do Sul.

Portanto, teremos que ter sempre um centro de acabamento, quer na qualidade, quer na quantidade, para mantermos continuamente a segurança da carne. Não podemos ter hoje carne com abundância e amanhã não termos, porque falhou.

Depois de termos presença nos mercados, julgo que terá que ser sempre igual.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas apenas relativamente àquilo que foi aqui dito.

O Governo, com a Federação Agrícola dos Açores e na outra ponta do triângulo com os produtores, lançou todos os mecanismos que tinha que lançar para que a carne dos Açores fosse uma carne com notoriedade comercial e que pudesse ter, do ponto de vista do rendimento, algum reflexo positivo nos produtores.

O Governo não compra nem vende carne.

O Governo limita-se a implantar aquilo que é necessário implantar para criar condições para que os nossos produtores possam ter rentabilidade e melhoria dos seus rendimentos e competitividade.

As organizações de produtores deverão também complementar o esforço que o Governo faz e que os senhores produtores fazem no sentido de dotar o sector da organização e da planificação que é necessária.

Da parte do Governo as coisas estão feitas e demos finalmente o empurrão para que as coisas, da parte da Federação Agrícola, acabassem de ser feitas.

Nós temos a certeza que os nossos agricultores também tudo fazem para terem rendimento.

A carne é, por tradição, um rendimento acrescido das explorações leiteiras.

Infelizmente não são os nossos produtores, nem sequer as nossas organizações de produtores têm nisso muita vocação, os próprios vendedores daquilo que produzem.

O que nós temos feito é desafiar as organizações de produtores para que, conjuntamente com os seus produtores, façam parcerias estratégicas, capacitantes da fileira, com aqueles que são os distribuidores da carne. Estas são as condições que o Governo entende serem necessárias para melhorar as condições de exploração e a competitividade e rendimento das explorações.

Quando se fala aqui que tudo já tinha sido estudado e pensado desde 1994/95,...

**Deputado António Ventura (PSD):** Não, eu não disse isso. Acusa-me de eu pôr palavras na sua boca, mas agora está pondo na minha!

**O Orador:** ... eu, que já ando nestas ilhas a alguns anos, Sr. Deputado, até me lembro do processo da PROPICO, que certamente o senhor também se recordará. Se não se recorda, estude.

A questão é esta: é vendo esses erros que no passado se cometeram, que não podem ser cometidos e nem são cometidos pelo Governo do Partido Socialista, muito menos pela Secretaria da Agricultura e Florestas.

Portanto, nós continuaremos a trilhar esse caminho, que é o caminho da capacitação da fileira da carne, do rendimento e da competitividade das nossas explorações.

Obrigado.

**Secretária Regional do Ambiente e Mar (Ana Paula Marques):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

**(\*) Deputado Henrique Ventura (PS):** Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dois aspectos, Sr. Deputado.

Eu estou inteiramente de acordo com o acabamento de animais. Eu julgo é que nós temos que perceber o que é que é a carne IGP e que tipo de acabamento é que nós queremos. Foi essa a referência que eu fiz. Quanto ao acabamento nós estamos de acordo.

A minha experiência nestes meios diz-me que os agricultores adaptam-se sempre a um grande desafio e eles têm dado provas disso, por isso julgo que eles vão ser capazes, nesse aspecto.

Quanto à questão de só agora se falar na fileira da carne, Sr. Deputado Luís Paulo Alves, o senhor sabe que na Ilha de São Miguel há alguma dificuldade em se falar na

fileira da carne, tanto é que nas suas realizações de feiras nunca mete lá animais de carne e nós respeitamos isso.

Nas outras ilhas tenta-se passar essa mensagem. A mensagem passou no Congresso, porque o Congresso acontece por sugestão da Associação Agrícola da Ilha Graciosa, nunca aconteceria por sugestão da Ilha de São Miguel. Nós compreendemos.

Sr. Deputado Henrique Ventura, os agricultores de carne e os produtores de animais com apetência para carne, andam, a alguns anos, a arranjar mercado e espaço para eles próprios.

Na Ilha de São Miguel isso não aconteceu, nem julgo que vai acontecer por várias razões e, uma delas, desde logo, é o preço por litro de leite. Mas nas outras ilhas há grandes produtores de animais para carne. Portanto, essa denominação não é nova, nem é agora que se fala nela. Fala-se há muitos anos.

Eu perguntaria há quantos anos as Ilhas do Pico, Graciosa e outras ilhas, importam animais puros com efeitos de reprodução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

De facto, o associativismo nos Açores, como o senhor sabe, melhor do que eu, porque é mais velho (felizmente sou mais novo!), nasceu para dar protecção ao leite e instalou-se para proteger o leite. Não se falava em carne. Era, de facto, um grande potencial de exportação em gado vivo.

O associativismo à volta da carne só há pouco tempo começa a surgir, a nascer e a brotar nestas ilhas.

Nós temos produtores de carne dispersos pelas ilhas, mas não estão agrupados à volta deste produto.

Ora bem, o que é que tem acontecido noutros países?

Efectivamente o sucesso de outros países neste produto, nasceu porque, já que a organização não acontece de baixo para cima, acontece de cima para baixo.

O que é que eu quero dizer com isto?

Foi o próprio Governo que tinha potencialidades, que organizou os produtores.

Nós estamos numa região dispersa, marcada pelo afastamento, pela dispersão e pela pequenez da nossa dimensão e temos várias associações que duplicam serviços e muitas vivem com grande dificuldade.

Portanto, como os produtores estão dispersos, convém que da parte do Governo haja um sinal de que é preciso esse agrupamento.

Aliás, relembro que na Terceira nasceu, neste momento, o primeiro núcleo de produtores de raça de carne, numa ilha vocacionada para a produção de leite, no seio da segunda maior ilha de produção de leite.

Portanto, isso é um grande sinal de que os produtores estão a se organizar e estão a organizar-se porque também sentiram um estímulo do mercado. Houve algum estímulo do Governo, eu não posso negar isso, porque na altura nós também incentivámos a que houvesse esse estímulo. Agora, esse estímulo tem que ser maior. Esse “beliscar” da criatividade, da união, do agrupamento e de aglomerar pessoas à volta de um produto e à volta de uma estratégia, é fundamental que aconteça da vossa parte.

Essa iniciativa da Associação Agrícola da Ilha Graciosa de haver um primeiro congresso foi uma forma de pôr as pessoas à volta deste tema.

Este ano estava marcado para acontecer na Graciosa. Espero bem que aconteça.

Portanto, ao rodar pelas ilhas que estão vocacionadas para a carne leva a que as pessoas despertem para a necessidade de se agruparem e de potencializarem os seus rendimentos.

Relativamente à qualidade, qualidade é uma palavra muito vulgar. Aliás, qualidade neste momento é usada por toda a gente, em todas as situações e em todos os produtos.

Lembro que a França tem 2500 tipos de queijo e todos eles têm uma menção à qualidade. Mais acima ou mais abaixo obtêm uma componente X ou Y, todas eles têm uma qualidade.

Definir qualidade é um termo muito vago. Eu acho que aquilo que temos que apostar não é nesse conceito vago de qualidade, mas naquela que é a qualidade intrínseca dos produtos. Ou seja, a diferença é marcada pela existência de componentes que nós temos nos nossos produtos que mais ninguém tem e que esses são benéficos.

Para se chegar a isto não é só os produtores se unirem e terem boas condições higiénicas nas suas explorações. É preciso investigação para isso, ou seja, a investigação comporta e sustenta a realidade da existência das coisas.

**Deputado António Parreira (PS):** Está aqui escrito!

**O Orador:** Deixe-me acabar e vai compreender.

A relação entre investigação e Governo Regional nesta procura de elementos e para a publicitação desse tipo de sugestão, que irá ganhar consumidores, não tem existido.

Aliás, lembro que a Associação Agrícola, com a necessidade de aproximar o Governo à investigação, fez as Jornadas Ciências Agrárias, essencialmente para dizer que sem investigação não temos sustentabilidade daquilo que vendemos.

Portanto, a qualidade não se pode pôr só ao nível dos produtores.

**Presidente:** Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** A qualidade é mais do que isto. A qualidade começa com esta íntima ligação entre os produtos e a investigação e nós temos um potencial de investigação muito grande. Aliás, o DCA – Departamento de Ciências Agrárias, não é nenhum armazém de conhecimentos, mas neste momento está a ser.

Ele tem técnicos, tem pessoas formadas, tem bastante *know how* para que se inverta a tendência dos últimos anos, ou seja, uma tendência de afastamento, uma tendência de estacionamento na investigação em relação à agricultura. Essa aproximação é necessária e não tem havido.

**Presidente:** Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** Nós fizemos um requerimento em relação à investigação e vimos que as verbas para a investigação têm sido irrisórias, quase que não existem.

Outra situação que quero relembrar: o matadouro industrial da Ilha Terceira já existe há 10 anos nos Planos do Governo.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Olhe que eu tenho aqui um mecanismo igual ao do Dr. Mota Amaral, é só carregar no botão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(\*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os senhores falam e estudam. Nós construímos e implementamos.

Do meu lado, posso avançar um pouco no discurso e dizer que em relação a muito daquilo que é dito e muitas das reflexões que foram feitas nós estamos de acordo.

O nosso modo de produção confere características únicas aos nossos produtos, como muito bem disse o Sr. Deputado António Ventura, não só na carne, como também no leite e isso é um factor que decisivamente temos que apostar. É isso que neste momento está a ser feito.

Já existem neste momento empresas que estão, em parcerias com a Universidade, a desenvolver estudos nesse sentido. Também já existe, por parte da Secretaria, a sensibilidade para que esses trabalhos e as mensagens destas características químicas que os nossos alimentos têm sejam passadas para o mercado, que é, no fundo, aquilo que falta na fileira da carne, é transpor toda esta conceitualização para o mercado, objectivando-a e isso o Governo também está a fazer com a mensagem que é necessária criar estas parcerias, nomeadamente parcerias com a parte comercial, com a parte da produção, no sentido de fazer chegar as coisas ao mercado.

O consumidor é o único que decide estas coisas. Portanto, enquanto as pessoas não tiverem a carne ou os lacticínios dos Açores nos seus hábitos diários de consumo, tudo isto que nós falamos, e que os senhores falaram durante décadas, não terá qualquer efeito.

Neste momento estamos a construir, a implementar, a dinamizar e esperamos que tenha efeito.

Do ponto de vista de características químicas, o nosso modo de produção é importante, porque confere uma sociedade que se preocupa com o bem-estar dos animais.

Esse modo de produção vai ao encontro desses nichos de mercado. O nosso ambiente, naturalmente, é um factor diferenciador.

Portanto, toda a promoção que foi aqui falada no sentido da carne e do leite, é uma das componentes que nós temos em vista, temos que apostar e passar para o mercado que é onde tudo isso se vai decidir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Pedia aos Srs. Membros da Mesa para se reunirem comigo na Sala da Mesa.

*(Eram 11 horas e 45 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos dar continuidade à nossa Sessão.

*(Eram 12 horas e 10 minutos)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As novas orientações da política de fomento do investimento turístico, não obstante não tenham ainda dado origem às correspondentes iniciativas legislativas, foram já objecto de declarações políticas, susceptíveis de uma avaliação de mérito.

Constituindo os sistemas de incentivos, o principal instrumento de orientação do investimento e, nessa medida, de modelação da oferta regional, a sua anunciada revisão, deverá merecer a mais séria e profunda reflexão, com vista a garantir soluções equilibradas, realistas e eficazes. Faz, por isso sentido, interrogarmo-nos, desde já, sobre os fundamentos técnicos e de política sectorial – apenas esboçados até agora – subjacentes a soluções tão radicais como a anunciada decisão de reduzir ou mesmo suprimir os incentivos à hotelaria de 4 e 3 estrelas e incentivar especialmente a construção de hotéis de 5 estrelas nas ilhas com maior oferta a saber, S. Miguel, Terceira, Faial e Pico.

Desde logo, devo afirmar tratar-se de uma simplificação inaceitável aplicar o mesmo princípio/travão e reorientação do investimento a realidades turísticas tão distintas em termos da relação qualidade/quantidade da respectiva oferta turístico – hoteleira. Sobretudo nos casos das ilhas do Faial e do Pico, mas também da ilha Terceira, poderão mesmo resultar comprometidas legítimas expectativas de crescimento e o efectivo redimensionamento da respectiva operação turística.

Depois, importa ter presente que patenteando a procura turística para os Açores clara preferência por produtos multi-destino, interessa assegurar adequadas relações de equilíbrio entre a oferta turística dos principais centros de recepção/distribuição, sob pena de resultar diminuída afinal a capacidade de comercialização do destino Açores. Se, por outro lado, se visa apenas reagir ao conjuntural “excesso de oferta”, então pareceria mais avisado enveredar por soluções mais localizadas e, em qualquer caso, assumir desde já, o princípio da transitoriedade de tais restrições, sob pena de resultar a conclusão de que essas ilhas atingiram a “carga turística máxima”, o que para além de não estar sustentado tecnicamente, seria verdadeiramente, uma declaração não séria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A opção estratégica de privilegiar, através do quadro financeiro de apoio ao sector, a hotelaria dita de luxo, classificável com 5 estrelas é, por seu turno, mal fundamentada, inconsistente e, atrevo-me a afirmá-lo, mesmo contraproducente. Esta opção tipológica radica, afinal, em vários erros de análise.

Em 1º lugar, reflecte o erro primário de confundir qualidade com sofisticação e luxo.

Em 2º lugar, ignora que o principal traço distintivo, entre os melhores hotéis de 4 e os hotéis de 5 estrelas, é a qualidade dos serviços oferecidos (afinal o factor crítico da oferta actual) e que já existem nos Açores, unidades hoteleiras cujas instalações permitiriam, sem intervenções de vulto, classificação superior.

Em 3º lugar, a hotelaria de 5 estrelas, podendo naturalmente emergir no futuro e designadamente associada a produtos específicos, como o jogo ou como o golfe, não deverá ser, de momento, especialmente incentivada, por falta de condições objectivas para uma aposta bem sucedida, nem é, seguramente, essencial, à comercialização do produto turístico Açores e à captação de correntes turísticas

qualificadas, sublinho, nem é, seguramente, essencial à comercialização do produto turístico Açores e à captação de correntes turísticas qualificadas.

A qualidade do destino Açores terá sempre a ver com a sua oferta natural e cultural e menos com instalações turísticas particularmente luxuosas, as quais, na actual conjuntura, degenerariam quase fatalmente, em instalações de elevado nível com serviços de nível médio, na melhor das hipóteses.

Com efeito, a hotelaria clássica de 3 e 4 estrelas corresponde ainda hoje, face aos condicionalismos do turismo regional, à tipologia mais apta e versátil para corresponder eficazmente a um vasto leque de clientelas turísticas, com quadros motivacionais e graus de exigência muito diversos, sendo que a elevação da qualidade dos serviços, pode e deve fazer-se, por referência a estas unidades. Para além disso, o momento presente é de consolidação de uma oferta, a operar em condições de grande instabilidade, debatendo-se com uma concorrência desenfreada e pressionada a praticar preços de saldo, para garantir ocupações mínimas, que uma promoção insuficiente e incipiente não pôde, atempadamente, garantir.

Todavia, o absurdo maior dessa aposta, está na verdade, em privilegiar unidades hoteleiras, cujo principal factor distintivo assenta precisamente na excelência do serviço, quando não conseguimos sequer, corresponder às expectativas da clientela turística, com as actuais classificações e quando todos os indicadores de qualidade turística são negativos, nos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é, na verdade, a equação impossível:

Como compatibilizar então tal opção, com baixas taxas de ocupação hoteleira, receita média/cama em queda ininterruptamente desde 1997, insuficiência de oferta de formação turística, falta de dignificação das profissões turísticas e com as mais baixas remunerações médias por trabalhador praticadas em Portugal? A resposta é simples e cristalina: se, por absurdo, vingasse tal aposta na hotelaria de 5 estrelas, para além de induzir ainda mais a degradação de preços da hotelaria instalada, assistiríamos à construção de hotéis com instalações e equipamentos de excelência, para depois de inaugurados, solicitarem a respectiva desclassificação. Ou então, pior que isso, passaríamos a ostentar hotéis de 5 estrelas com serviço de 4 ou 3 estrelas, o que, para além de assassinar a imagem do destino, é pura publicidade enganosa!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não obstante a aparente convicção que transpareceu das declarações proferidas, nesta matéria, pelo Presidente do Governo e pelo Secretário Regional da Economia, gostaria sinceramente de acreditar, ter-se tratado de mera precipitação discursiva, ou de uma deficiente comunicação em termos conceituais. Porque dramático mesmo, é haver uma só possibilidade, de o governo alimentar, de facto, a fantasia delirante de que a qualidade turística se pode simplesmente decretar e que hotéis de 5 estrelas podem gerar, automaticamente, a qualificação da procura.

Se alguma certeza tenho é que, nos próximos anos, a promoção e a formação turísticas, deveriam ser, não apenas prioridades, mas verdadeiros desígnios regionais, na busca determinada de soluções decisivas, para na vertente promoção, prosseguir o objectivo do redimensionamento e qualificação da procura turística e, na vertente formação, promover a dignificação das profissões turísticas, a elevação dos níveis de qualidade dos serviços e para o desenvolvimento de uma cultura



turística avançada. São, em boa verdade, metas e objectivos dificilmente quantificáveis e, alguns deles, até alcançáveis, e implicam, indubitavelmente, uma acção planeada no curto, no médio e no longo prazos, não admitindo políticas de circunstância ou acções governativas dependentes de calendários eleitorais. Definitivamente, uma cultura turística é obra de gerações e não de um qualquer governo em particular. E certo mesmo, Sra. e Srs. Deputados, é que a qualidade nunca é um acidente. Mas é sempre o resultado de um esforço inteligente!

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados Ana Isabel Moniz, Lizuarte Machado, o Sr. Secretário Regional da Presidência, os Srs. Deputados Jaime Jorge, Jorge Macedo, Carla Bretão e Rogério Veiros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

**(\*) Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Pereira:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a discussão das alterações ao diploma do Sistema de Incentivos Regionais será feita nesta Casa no seu devido tempo.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado Alberto Pereira não pode querer sol na eira e chuva nas couves. Primeiro, critica a política do Governo Regional por ter incentivado um crescimento excessivo da oferta hoteleira sem qualquer qualificação, para depois dizer que as ilhas do Faial e do Pico têm falta de camas.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Estamos aqui a assistir a um momento histórico do desenvolvimento do turismo da Região.

Passo a citar apenas alguns dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística:

**Deputado Nuno Tomé (PS):** Isso é que o mata!

**A Oradora:** Em 2004, como sabe, as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros na Região aumentaram 20%. Passamos para um total de 955 mil dormidas na Região. A receita total das unidades hoteleiras aumentou 17,7%, em idêntico período, e tivemos mais 22,8% de estrangeiros em 2004 do que em 2003 e mais 17,4% de nacionais.

As ilhas que tiveram maior crescimento foram as de Santa Maria, Faial, Terceira, São Miguel e Flores, sendo que a taxa média de ocupação cama, em todo o ano foi de 37,4%.

Se nós quisermos comparar estes dados com os restantes do país, podemos verificar que a Região Autónoma dos Açores continua numa posição de grande destaque no contexto nacional.

Só para citar o caso da variação móvel das taxas de dormidas na Região, verificamos que os Açores tiveram as variações positivas maiores no contexto nacional.

Portanto, em relação a questões de desempenho dos responsáveis da Região nesta área, gostaria de recordar que a revista Turismo Hotel distinguiu como personalidade do ano...

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Olhe que eu conheço essa revista!

**A Oradora:** ... o Sr. Secretário Duarte Ponte.

Foi a primeira vez que recebemos esta distinção e convém dar valor àquilo que é preciso valorizar.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, não houve engano nenhum da parte do Sr. Secretário da Economia quando anunciou estas medidas, antes pelo contrário, houve a reconfirmação, por exemplo, em sede de Comissão da Economia, quando este assunto foi falado, uma matéria na qual estamos profundamente empenhados.

Não pensamos ser os detentores da verdade absoluta, mas julgamos que é esse o caminho a seguir. É por aí que temos vindo, é por aí que continuaremos a ir e os resultados estão à vista.

Dramático Sr. Deputado, dramático mesmo, era o tempo em que, por exemplo, o Hotel Caravelas só tinha uma televisão...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Há 50 anos não havia televisão!

**O Orador:** ... e em que o Sr. Secretário dos Transportes e Turismo da altura a monopolizava e levava para o quarto deixando os outros poucos hóspedes do hotel a olhar para as paredes. Isto é que era dramático! Este é que era o tempo dramático!

**Deputado Nuno Tomé (PS):** Quem era o Director Regional na altura?

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Eu não era de certeza!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(\*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, em relação à intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira, de tecer algumas considerações que me parecem importantes e úteis, em nome do Governo Regional.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado, na sua intervenção, começou por tratar de um aspecto: a declaração, que foi feita pelo Sr. Presidente do Governo, da reorientação em termos de apoio à construção de novos estabelecimentos hoteleiros e aquilo que é a intenção do Governo de definir prioridades que efectivamente estabelece em termos dessa intervenção.

Mas depois, o Sr. Deputado acaba por falar num conjunto de outros aspectos e, de certa forma, na minha opinião, acaba por embrulhar todo um conjunto de outros aspectos, a pretexto dessa intervenção, e acaba por não conseguir estabelecer uma ideia clara, a não ser a divergência que compreensivelmente manifesta em relação à política do Governo Regional.

É preciso não esquecer que, a propósito desta reorientação de incentivos, no que diz respeito à construção de novas unidades, se possa dizer que dentro das múltiplas

vertentes de formação, de promoção turística, de acessibilidades e de serviços, a política que o Governo Regional tem desenvolvido efectivamente, tem sido uma política que coloca perigos ou um panorama de certa forma negro, como o Sr. Deputado aqui traçou.

Eu acho que é essencial separar cada uma destas vertentes e analisar especificamente, em relação a cada uma delas, aquilo que tem sido feito pelo Governo Regional.

O Sr. Deputado tratou de um aspecto, na base de uma declaração que diz respeito a uma destas vertentes e que tem a ver com a construção de novas unidades e dessa reorientação.

Aliás, eu aproveitava para reafirmar a ideia que aqui já foi deixada pela Sra. Deputada, no que diz respeito à oportunidade desta discussão, sem prejuízo de ser feita agora, que terá dados mais concretos e será mais útil no momento em que essa reorientação vier a esta Assembleia.

Mas isto serve para dizer, no que diz respeito a formação, por exemplo, parece-me inegável o esforço que o Governo Regional tem feito no sentido de garantir a melhor capacitação para os profissionais deste sector.

Portanto, em relação a esta matéria, o Sr. Deputado fala na dignificação, mas essa dignificação, na sua opinião, e confrontando com aquilo que tem sido a actuação do Governo Regional no que diz respeito, por exemplo, a formação profissional, não é um passo a alcançar? Ou acha que o panorama, em função daquilo que tem sido feito, é assim tão negro?

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Acho que não é uma prioridade para o Governo!

**O Orador:** Em relação à questão da promoção turística, o Sr. Deputado continua a insistir na promoção turística, ou no demérito daquilo que tem sido feito pelo Governo Regional, mas os dados – quer os dados que foram apresentados pela Sra. Deputada, quer os dados, por exemplo, já surgidos em Janeiro deste ano e que dão conta que efectivamente a Região está a liderar... Sr. Deputado, está a dizer que não?!

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Claro que não.

Não estou a dizer, tenho a certeza!

**O Orador:** A Região Autónoma dos Açores, em termos do número de dormidas, na hotelaria classificada, cresce, em relação ao mês anterior, 17,9%. Está à frente da Madeira, de Lisboa e da média nacional.

Em relação ao número hóspedes cresce mais que a Madeira, que Lisboa, que o Algarve e que o Norte.

Em relação aos totais e proveitos de aposentos, cresce mais do que a Madeira, Algarve, Lisboa. Acha que isso acontece por milagre?

É óbvio que isso não acontece por milagre.

Aliás, o problema é que quando a política do Governo resulta, a postura do PSD é: isso é óbvio, isso aconteceria sempre, não há nada de especial em relação a isso.

Quando acontecem algumas dificuldades de percurso, a culpa é do Governo.

Eu acho que temos que nos entender, pelo menos da minha parte acho que é essencial, em relação a essa matéria.

Se o turismo, a partir de 1996, teve o crescimento que teve na Região Autónoma dos Açores, é porque esta política foi acertada.

Eu não estou a dizer com isso, Sr. Deputado – e gostava de salientar este aspecto – que não existam fragilidades ou dificuldades neste processo. Como qualquer sector em crescimento, é óbvio que o turismo nos Açores também os tem e é óbvio que é necessário fazer esses reajustamentos.

Agora, uma coisa é considerar que o quadro é globalmente positivo, como efectivamente é, e salientar para a necessidade de aperfeiçoar. Por exemplo, a questão da qualidade dos serviços. Isso já foi dito e foi afirmado. É óbvio que é um desafio que a Região tem que vencer, mas não foi isso que o Sr. Deputado fez ali.

Aquilo que o Sr. Deputado fez ali foi traçar, em todas as vertentes de actuação do Governo, no que diz respeito à política de turismo, que está tudo mal.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não, não foi isso!

**O Orador:** Na parte da construção, a reorientação não deve ser feita. Na parte da formação o Governo não dignifica as profissões ligadas ao turismo. A parte da promoção é, enfim... desastrosa.

Penso que é este tipo de intervenção que põe a perder um contributo válido que eventualmente o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata poderia trazer para esta discussão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(\*) **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo de voltarmos a discutir o diploma relativo ao “Sistema de Incentivos Regionais”, a devido tempo, eu não posso deixar de subscrever uma preocupação que resulta da intervenção do meu colega Alberto Pereira, ou seja, o facto da Ilha do Pico pertencer ao grupo que fica de fora do sistema de incentivos.

Nós, e quando digo nós quero incluir também o meu colega Deputado Lizuarte Machado, porque na audição feita ao Sr. Secretário, na Comissão de Economia, ele também manifestou essa preocupação, achamos prematuro que a Ilha do Pico não fosse incluída. Porquê? Porque achamos que não tem os índices de desenvolvimento que têm as outras ilhas, designadamente a Horta, Terceira e São Miguel. Obviamente que cada uma tem o seu diferente nível de desenvolvimento.

A proposta de uma gateway para o Pico pode trazer, a curto e médio prazo, uma procura turística para a ilha que a oferta actual não dê resposta cabal a essa procura.

Julgamos que não será a aposta só em hotéis de 5 estrelas que pode, no curto e médio prazo, resolver esse problema.

Portanto, não posso deixar passar sem registar aqui essa preocupação, esta nota, este alerta, que o Pico deve, ainda numa fase transitória, ser incluído no grupo das ilhas que têm incentivos para a construção de hotéis de 3 estrelas.

Muito obrigado.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** O seu colega é contra isso. O que é que se há-de fazer?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostei de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira, porque por parte do PSD, e nesta matéria, foi introduzido um contributo que eu considero construtivo.

Foram trazidas a esta câmara algumas preocupações legítimas. Eu bem sei que é preocupação do Governo Regional dizer agora: “eu tenho que encher os hotéis que os empresários açorianos construíram nas ilhas da Região Autónoma dos Açores”.

A Sra. Deputada Ana Isabel referiu as taxas de ocupação. Se eu fosse empresário turístico não estava muito sossegado ou muito tranquilo, porque neste momento as taxas de ocupação como aquelas que foram referidas, são preocupantes.

São números que vão evoluir, naturalmente. Os negócios não nascem de hoje para amanhã e de hoje para amanhã se encham 100 ou 200 camas em cada um dos nossos hotéis. Evidentemente que não.

Uma coisa é certa: dizer-se que a partir de agora vão ser apenas apoiados hotéis de 5 estrelas, dizer-se que só para projectos de luxo é que vai haver apoios e incentivos, é a mesma coisa que dizer que durante os próximos anos os senhores empresários não pensem em apresentar projectos de construção de hotéis. Isto porquê? Porque o empresário, à partida, quer saber como é que enche as suas camas, como é que enche o seu hotel.

Isso, como o Sr. Deputado Alberto Pereira referiu e bem, só é conseguido num segmento de 5 estrelas através, por exemplo, do jogo ou do golf. Não se vislumbra que essas duas condicionantes, que existem neste momento nos Açores, possam ser ultrapassadas a curto prazo.

Ou seja, este alerta que foi lançado é um alerta de que esta ideia travão que vai ser discutida posteriormente no diploma que vai regulamentar esses incentivos, é claramente travão a fundo e com o travão de mão também puxado para cima.

Muito obrigado.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputado Carla Bretão (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu teria preferido prestar os esclarecimentos individualmente, no final de cada intervenção, porque foram levantados muitos e variados temas. Não fui eu que levantei todos esses temas, se me permite, Sr. Secretário Regional da Presidência, na minha intervenção. Foram V. Exas. e muito bem. Estão no seu pleno direito.

Eu bem que gostaria de poder pronunciar-me sobre cada um dos temas. Agradeço, aliás, se algum tema não for afluído, que seja objecto de nova intervenção para poder ter oportunidade de expor a minha opinião sobre o assunto.

Em relação à oportunidade da minha intervenção, foi dito que é um tema que irá ser presente a esta Assembleia, porquanto envolve iniciativas legislativas e a apresentação de propostas de decreto legislativo regional. Certamente que sim.

Nessa altura, prometo que serei bem mais exaustivo nas opiniões que emitir e no espírito sempre proponente e construtivo, no sentido de contribuir para a melhoria, em termos materiais, da política de turismo para os Açores, assim o Partido Socialista esteja disposto a aceitá-lo, coisa que não tem revelado, com toda a franqueza e que ainda ontem foi evidente na discussão e sobretudo na votação da

Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Estatuto do Pessoal Dirigente na Administração Pública.

Em todo o caso, aproveito a oportunidade também para manifestar a esperança de que o Governo Regional não tenha a tentação de subtrair, a esta Assembleia Regional, parte da discussão deste tema – eu considero-o, sinceramente, crucial, porquanto vai ser decisivo para a modelação da oferta turística regional para os próximos anos – através, eventualmente, da remissão para decreto regulamentar regional, no âmbito do processo de revisão do sistema de incentivos.

Foram referidos vários aspectos e feitas precisões nesta matéria. Sobre isso, eu quero dizer o seguinte:

Emiti uma opinião na base de uma formulação, ainda mal esboçada, relativamente à política de revisão do sistema de incentivos. É óbvio que estamos numa fase em que o Governo manifesta meras intenções. Parece-me, por isso, ser este o momento oportuno para procurar influenciar, para ser proponente, para manifestar opiniões.

Quando essas intenções se vierem a traduzir em propostas e iniciativas de natureza legislativa, então, sim, pronunciar-nos-emos sobre soluções concretas e certamente com mais propriedade.

O que é importante salientar é que o Governo Regional tem sido useiro e vezeiro, em matéria de turismo e noutros sectores, em fazer afirmações públicas, em jeito de sentenças com trânsito em julgado, sem apresentar os fundamentos e as razões pelas quais faz estas ou aquelas opções.

Bom, assim é difícil sermos mais precisos na explicitação desses temas, porque não se pode ser preciso relativamente a afirmações imprecisas. Por isso emiti uma opinião relativamente à questão central que resulta da formulação e declarações do Governo que se prevê para a próxima revisão do sistema de Incentivos.

Discordo profundamente em privilegiar o investimento na hotelaria de 5 estrelas pelas razões expostas na minha intervenção. Creio que fui bastante explícito. Para além disso, referenciei os aspectos da promoção e da formação turística por uma razão muito simples: é que eu considero que deveriam ser, de facto, as prioridades das prioridades para os próximos anos, pelas razões que eu julgo que também expus de forma relativamente pormenorizada.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

Eu reitero essa preocupação, porque em matéria de promoção, ao contrário do que V. Exas. dizem, e tivesse tempo para o expor ficaria tudo ainda mais claro, o Governo pecou por omissão grave e por isso mesmo teve que lançar mão de expedientes perfeitamente atípicos, que produziram aquilo a que eu chamo “o milagre da multiplicação dos turistas”, e que tem a ver com o que se passou nos mercados nórdicos, que foi algo de particularmente grave.

Na prática, o que o Governo Regional fez, embora por culpa própria, em verdadeiro estado de necessidade, foi pôr os açorianos, com o dinheiro dos seus impostos, a pagar aos turistas para virem aos Açores

Se quiserem, na perspectiva macroeconómica, vamos ver isto de outra maneira:

É igualzinho a dizermos que uma das regiões mais pobres e ultraperiféricas da Europa está a financiar as férias sociais dos países ricos do Norte da Europa.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Informo a câmara que o PSD esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha duas ou três questões para colocar ao Sr. Deputado Alberto Pereira, mas não o vou fazer uma vez que o PSD esgotou o seu tempo. Ficam para uma próxima oportunidade.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É cordial e fica registado!

**O Orador:** Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Jaime Jorge...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Também não tem tempo!

**O Orador:** Mas a questão é completamente diferente e verá que tenho razão naquilo que vou dizer.

... penso que houve aqui um desentendimento em termos de linguagem, porque há aqui duas questões distintas: aquilo que o Sr. Secretário afirmou e aquilo que nós defendemos relativamente ao desenvolvimento das infra-estruturas turísticas.

Neste momento, em infra-estruturas turísticas na Ilha do Pico, temos nomeadamente 24 projectos que estão em fase de desenvolvimento e que se referem ao turismo rural. No seu conjunto ultrapassam mais de 100 camas e estão a ser apoiados.

Relativamente à outra questão, Sr. Deputado, partilho da sua preocupação, como sabe. De facto, fazendo uma análise exaustiva daquilo que foi a utilização das verbas do III QCA e dos incentivos disponibilizados por ilha, eu também estou de acordo que o Pico é uma ilha que, do ponto de vista sócio-económico, está ainda mais próximo de Santa Maria, da Graciosa, do Corvo, das Flores e de São Jorge. Portanto, nas alterações do nº 4, do artigo 9º, do Regulamento do SIDEL, talvez fosse ainda conveniente considerar aqui um período de transição em que o PIB pudesse beneficiar da majoração de algum tipo de incentivos.

Como vê, Sr. Deputado Mark Marques, não era nenhuma questão transcendente em face do vosso grupo já não ter tempo para responder.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(\*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Pereira:

Será mera coincidência ou terá sido um acaso do destino que o número de dormidas dos turistas nos Açores tenha crescido 124% nos últimos anos, passando de 429 mil dormidas, em 96, para mais do dobro em 2004?

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Não faça isso, Sra. Deputada. Esta Assembleia não vai aguentar uma réplica do Dr. Duarte Ponte!

**A Oradora:** Será que eu preciso recordar aqui novamente tudo o que disse no último plenário quando se discutiram as prioridades do investimento turístico em termos de mercados prioritários da promoção para este ano de 2005?

Se quiser, eu posso voltar a recordar, mas penso que posso poupá-lo a esse trabalho.

Posso-lhe dizer, relativamente a estas reformulações dos sistemas de incentivos que se está a referir, que há um grande engano da parte da sua bancada. Nunca se disse que não se iam apoiar, não se iam incentivar as novas unidades.

O que disse apenas é que ia haver alterações nas taxas de majoração dos incentivos.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Então façam a discussão pública primeiro. Informem antes de sentenciar.

**A Oradora:** Relativamente à questão da qualificação da oferta, nós conhecemos perfeitamente os investimentos que têm sido feitos na área da promoção e animação turística, a nível de pequenas candidaturas. Só no ano de 2004 foi necessário pedir aos empresários para reformularem os valores das suas candidaturas na animação turística, uma vez que havia um volume de investimento de 3 milhões e 400 mil euros. Foi necessário fazer um reforço nas verbas afectas a essa medida do SIDET. Esse reforço foi feito atempadamente.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Não houve promoção turística. Houve foi financiamento do desporto profissional!

**A Oradora:** ... e neste momento esses candidatos estão a desempenhar com grande sucesso esses programas de animação nas suas unidades hoteleiras para além das festas de animação nas localidades.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Ou seja: estiveram a promover os mercados nórdicos em Portugal e nos Açores.

Se não receberem o Prémio Nobel da Economia vai ser uma grande injustiça!

**A Oradora:** Como é que o Sr. Deputado pretende promover um destino sem fazer promoção, sem afectar verbas à promoção?

Neste ano de 2005 são 4 milhões e meio afectos à promoção turística. Já falámos aqui na campanha da natureza mágica.

Nós temos novidades na área dos Congressos e Incentivos. Temos áreas em desenvolvimento, como é o caso do golf e dos cruzeiros e, só para citar mais um caso de sucesso na área dos incentivos, temos aqui a Women's Ecommerce Association International que decidiu organizar este ano o seu I Congresso na Região Autónoma dos Açores, em detrimento das cidades de Lisboa e Porto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É pena que o PSD não tenha mais tempo e vou-lhe dizer por que razão é que tenha pena que o PSD não tenha mais tempo, é porque me enganei. Percebe? Eu enganei-me e gostava de continuar o debate. Os senhores estavam a rir, mas é este o motivo pelo qual eu tenho pena do PSD não ter mais tempo.

A falha que eu cometi, e que gostava que ficasse esclarecida no Diário das Sessões, tem a ver com as críticas que dirigi à intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira relativamente à oportunidade deste debate.

Esta é uma alteração que, em princípio, se processará por Decreto Regulamentar Regional, não será Decreto Legislativo.

Na minha intervenção disse que seria por Decreto Legislativo. Portanto, não está correcto.

Contudo, isso não quer dizer que seja intenção do Governo Regional subtrair o debate a esta casa. Tanto não é intenção de subtrair o debate a esta casa que a intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira prova exactamente que o assunto, independentemente de ser ou não decidido por Decreto Legislativo Regional, pode e merece essa intervenção.

Portanto, era este pedido de desculpa à câmara que gostaria de deixar registado.



Muito obrigado.

**Presidente:** Eu pedia ao Sr. Secretário Regional da Presidência e aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares que se acercassem da Mesa.

*(Pausa)*

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Depois desta rápida conferência na Mesa, vamos dar por encerrados os nossos trabalhos da parte da manhã e vamos regressar às 15 horas, mas já na Agenda do Dia.

Bom almoço.

*(Eram 12 horas e 55 minutos)*

**Presidente:** Boa tarde, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:  
Vamos entrar na nossa ordem de trabalhos.

*(Eram 15 horas e 10 minutos)*

O primeiro ponto é a **Proposta de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2002”**.

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à Conta da Região de 2002, gostaria de salientar alguns aspectos.

Por um lado, o montante da receita global que se situa nos 728,5 milhões de euros, que representa uma taxa de execução de 94% e um crescimento de 3,7% em relação ao valor verificado em 2001, ou seja, mais 26,3 milhões de euros.

Destacaria a boa execução fiscal, da receita fiscal, e a boa execução do global da receita, apesar de nesse ano não se ter verificado a transferência de 20 milhões de euros referentes à solidariedade nacional no processo de reconstrução, conforme inicialmente tinha sido previsto e acordado.

Em relação às receitas correntes as mesmas aumentam significativamente o seu peso relativo, derivado, como referi, à boa execução das receitas fiscais, ou seja, representam 70,5% do total da receita (513 milhões de euros), e tem uma taxa de execução de 103,3%, ou seja, 3,3% acima do valor inicialmente previsto e um acréscimo em relação ao ano anterior de 28,7%.

Dentro das receitas correntes destacava as receitas fiscais, que têm um peso relativo de 82,2% do total da receita. No que concerne aos impostos directos há um acréscimo de 67,3%.

As transferências do Orçamento de Estado – outra componente fundamental – tiveram um montante total de 194,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,2% em relação ao ano anterior, apesar da falta, como foi referida, dos 20 milhões de euros referentes ao processo de reconstrução das Ilhas do Faial e Pico. Na componente da despesa, salientaria, como montante total, 728 milhões de euros, mais 3,85 do que o ano anterior, o que representa uma taxa de execução de 94%.

A despesa corrente representou 66,3% do total, um montante global de 482 milhões de euros com um acréscimo de 10,9% em relação ao ano anterior, tendo as despesas com pessoal representado 51,5% do total dessas receitas, mais 5% do que ano anterior. Salientava aqui o aumento bastante reduzido das despesas com o pessoal, que aumentaram apenas 5%, enquanto no Orçamento de Estado essas despesas tiveram um acréscimo, em 2002, de 6,7% e 41,6% do total das despesas correntes, referentes a transferências correntes, que inclui as transferências para o Serviço Regional de Saúde.

Em termos de investimento, o montante global de investimento inscrito no Plano, Capítulo 40 do Orçamento, situa-se em 216,9 milhões de euros, um acréscimo de 6,1% em relação ao ano anterior, uma taxa de execução de 88%, significativamente superior ao ano anterior que se verificou uma taxa de execução de 75,2%.

Porque algumas das matérias que vou referir seguidamente têm a ver com a Conta da Região de 2002, gostaria de anunciar e dar uma boa notícia a esta câmara.

Como sabem, foi apresentado, durante o ano de 2003 e de 2004, por um senhor chamado Manuel Fagundes, à União Europeia, um conjunto de queixas em relação aos procedimentos da Região.

Esse senhor, é bom lembrar, tinha dado para endereço de resposta uma caixa postal que, por acaso e curiosamente, de acordo com o que foi comprovado por um jornal, correspondia ao endereço da sede do PSD, em Ponta Delgada.

Três dessas queixas diziam respeito a questões fundamentais para o desenvolvimento da Região.

Uma referente à SATA e ao procedimento do Governo Regional ao fazer um ajuste directo com a SATA por um período de 10 anos para o planeamento e exploração do serviço público de apoio à aviação civil nos aeroportos das ilha do Corvo, Graciosa, Pico, Flores e São Jorge e conseqüentemente através da SATA realizar um conjunto de investimentos de modernização dessas infra-estruturas aeroportuárias.

Essa queixa foi apresentada a 28 de Janeiro de 2004 e posso comunicar, em primeira mão, a esta câmara, que ontem, após a reunião do Colégio de Comissários da União Europeia, ...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Isto diz respeito à Conta de 2002?!

**O Orador:** ... a União Europeia deu razão aos Açores, deu razão ao Governo Regional e mandou arquivar a queixa feita contra o Governo Regional pelo Sr. Manuel Fagundes.

Também nessa reunião tinha sido analisada uma queixa apresentada a 16 de Março de 2003 contra o Governo Regional, tendo em conta a constituição da SPRHI, SA bem como a sua prática de funcionamento, pondo em causa a legalidade da realização de empreitadas por esta empresa de capitais exclusivamente públicos.

Também ontem, a 16 de Março, o Colégio de Comissários da União Europeia mandou arquivar a queixa e deu razão aos Açores, deu razão ao Governo Regional e considerou que o processo feito e realizado pelo Governo Regional era correcto do ponto de vista legal e à luz das regras da União Europeia.

Também ontem o Colégio de Comissários da União Europeia, reunido, analisou a queixa apresentada a 5 de Abril de 2004 sobre o processo das SCUT'S, no que concerne à forma como foi o concurso de concessão rodoviária dos regimes SCUT'S para a Ilha de São Miguel, os critérios de avaliação da comissão de análise de

propostas. Também ontem o Colégio de Comissários da União Europeia deu razão à Região e ao Governo Regional. Mandou arquivar a queixa feita e realizada pelo Sr. Manuel Fagundes.

São três excelentes notícias para os Açores. São três provas de confiança da União Europeia na razão técnica e fundamentada do Governo Regional e são três processos que terão agora a sua continuidade de forma segura e consistente.

Mais uma vez o Sr. Manuel Fagundes, infelizmente se calhar para alguns, mas felizmente para os açorianos, não tinha razão.

São decisões tomadas em relação ao procedimento de 2002, mas gostaria de dar esta excelente notícia aos Açores, esta demonstração de confiança das instituições europeias no Governo Regional e que, com certeza, é partilhada por todas as bancadas, independentemente da morada que por acaso foi dada para a recepção dos resultados dessas queixas. Sei que alteraram a morada dessa caixa postal, mas a resposta que vai seguir é esta que referi aqui, a bem dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Tenho inscrito os Srs. Deputados António Marinho, Alvarino Pinheiro e José Rego. Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que quando ouvi o Sr. Vice-Presidente dizer que tinha uma excelente notícia para dar a esta casa, fiquei com medo. Porquê? Porque me lembro que em Dezembro passado, na discussão do Programa do Governo, também disse que iríamos ter boas notícias dentro de pouco tempo. Agora, confesso que fiquei com medo porque pensei que o Sr. Vice-Presidente, como estamos a discutir a Conta da Região referente a 2002, tivesse encontrado um superavit nessa conta.

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

Vamos à Conta de 2002, porque é esse o ponto da ordem de trabalhos, de acordo com a ordem de trabalhos que nos foi distribuída.

Falámos na de 2001 há 2 dias atrás e lembrei-me de uma coisa: isto é um pouco “vira o disco e toca o mesmo”!

Começou, à excepção da parte final que não diz respeito à Conta de 2002, ou pelo menos não é isso que estamos aqui a discutir, com a apresentação, talvez um pouco menos desenfreada ou com menos frenesim do que o fez relativamente à de 2001. Penso que talvez tenha atendido ao que disse ontem o Sr. Secretário Regional da Presidência, quando admitiu, realmente, que mandar uma sucessão de números para

frente – disse isso a propósito de outra intervenção – era para não compreendermos nada.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Foi boa a tentativa, mas não pega!

**O Orador:** Penso que foi muito oportuno, Sr. Secretário Regional da Presidência, quando disse isso ontem, com esta apresentação dos números.

Espero também – e ontem falámos nisso a propósito de um relatório relativo à área da saúde – que o Tribunal de Contas não tenha metido aqui as confusões que, segundo ontem foi dito pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, existiram em relação a outro relatório.

Penso que não há confusões e por isso nada melhor do que recorrer novamente ao relatório do Tribunal de Contas para vermos o que é que nos diz o Tribunal de Contas relativamente a 2002.

Penso que aqui mais uma vez temos a história do “toca a mesma coisa, embora se vire o disco”, isto é, também em 2002 há eternização das recomendações em relação aos pontos negativos. Há algumas coisas novas, algumas francamente piores, mas no essencial mantém-se exactamente a mesma coisa: aumentam os números.

Relativamente a 2002 são 22 os aspectos negativos. Como é norma, são em cerca de 50% os pontos positivos. São novamente em número de 4 as recomendações que foram acolhidas e lembro-me a propósito, quando fizemos a discussão na Comissão de Economia, um elemento da comissão, que não é propriamente afecto a esta bancada, ter dito: o Governo escolhe sempre quatro para acolherem ano a ano. Deve ser uma prática para não ficar tudo, até seria monótono e denotaria ainda uma menor vontade em melhorar o processo orçamental do que efectivamente existe.

Mas vejamos os aspectos fundamentais que nos são trazidos pelo relatório do Tribunal de Contas. Começamos por uma questão referida pelo Sr. Vice-Presidente, numa discussão iniciada na Conta de 2001: esta tinha, em termos de execução do Plano, melhorado francamente relativamente à execução dos anos anteriores, designadamente do ano de 2001.

Em 2002, e ainda chegámos a falar nisto na discussão que se seguiu na apresentação na Conta de 2001, há uma taxa de execução de 88% (é verdade!) em relação ou na sequência da reprogramação efectuada em Novembro daquele ano.

Por isso julgo que vale a pena voltar a dizer aqui, relativamente ao Plano de Médio Prazo 2001-2004, que revela o conjunto de intenções que o Governo tinha para um quadriénio, que continuou a verificar-se aqui uma execução correspondente a  $\frac{3}{4}$  daquilo que estava efectivamente programado.

Depois foi feita uma reprogramação. Não me lembro exactamente o dia, mas terá sido meados do mês de Novembro, isto é, um mês e meio antes do final desse exercício...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Do Governo da República!

**O Orador:** ... e mesmo assim há uma execução de 88%. Mesmo depois de uma reprogramação aprovada, a um mês e meio do final do ano, não conseguem ter uma execução que se aproxime dos 100% , ficando muito aquém, o que eu penso que é, no mínimo, revelador de alguma incapacidade em termos de execução das verbas do plano.

Temos um ano em que mais uma vez o princípio do equilíbrio não foi formalmente cumprido. Desta vez, uma conta que já está expressa em euros, atingiu quase 30 milhões de euros, mais ou menos semelhante aos 6 milhões de contos em que a despesa tinha ultrapassado a receita efectiva no ano anterior.

Há aqui questões que eu acho que são extremamente importantes e que revelam até uma situação de algum desleixo, que é o facto da entrada de verbas – isto como ponto negativo apontado pelo Tribunal de Contas – ter entrado directamente para a Conta da Região e não ter passado pelas tesourarias regionais. Eu chamaria a isto de desleixo, no mínimo.

Relativamente a uma questão abordada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, relativamente à Conta de 2001, em que havia um conjunto de projectos que tinham tido execuções baixíssimas, na ordem dos 14, 15 e 16% e eram projectos em áreas fundamentais, consideradas prioritárias por parte do Governo Regional, é o próprio Tribunal de Contas que diz “no relatório anual de execução do Plano é apresentada a realização de 452 acções integradas em 105 projectos, nada referindo quanto às 62 que ficaram sem qualquer execução”.

Portanto, não foi nem 10, nem 14, nem 15%. Foi zero! Então por que é que lá as colocaram?

Há uma questão fundamental, também referida neste mesmo relatório. Os montantes de subsídios pagos e apresentados nos documentos que compõem a Conta da Região divergem entre si. Eu acho que é francamente lamentável que no mesmo documento haja números divergentes. Das duas uma, ou um ou outro não estará bem, há um problema se calhar de revisão do próprio documento – o documento foi apresentado de uma forma descuidada – ou então podem estar aqui contempladas situações que serão menos correctas.

Há a permanente falta de mapas que esclareçam convenientemente os movimentos orçamentais. É também uma questão que se repete.

Há, entre os pontos negativos, uma parte significativa dos bens que foram adquiridos naquele ano e que não foram contabilizados em termos do património regional, o que dificulta ou impede que se possa avaliar o património, o que obviamente tem consequências em termos do controlo deste mesmo património e há, e esta é a situação que eu classificaria das mais graves que tem aparecido ano a ano, uma falta de suporte legal em relação aos subsídios atribuídos, a maior parte das vezes, escondida um pouco sob a capa do Estatuto Político-Administrativo da Região ou das orgânicas dos organismos a quem compete a atribuição destes subsídios.

É importante ler a forma como o Tribunal de Contas se refere a esta situação: “como se de enquadramento legal se tratasse, o que não é...”.

Há ainda casos em que não é feita qualquer menção aos objectivos dos referidos apoios e estas situações traduzem “falta de transparência no relacionamento entre a Administração Pública e os Agentes Económicos Regionais”.

A dívida do sector da saúde continua a ser um problema. Neste ano ela já atingia 109 milhões de euros.

Mais uma vez, com uma quantidade apreciável, cerca de 74 milhões de euros deste montante – palavras do Tribunal de Contas – “foram realizadas sem cabimento orçamental, situação susceptível, tal como acontecia no ano anterior de constituir infracção financeira, prevista e punida nos termos da b) do nº 1 do artigo 65º”.

Com isto, há também um conjunto de recomendações que continuam a ser efectuadas. Há as tais 4 recomendações de anos anteriores que foram acolhidas e voltamos, novamente às mesmas. Mais uma vez “vira o disco e toca o mesmo” e a situação não se resolve.

Entre as recomendações, temos a necessidade de elaboração de uma proposta de orçamento que contenha toda a informação que é exigida por lei e que permita que se avalie convenientemente o orçamento e depois estabeleça a comparação com os relatórios de execução final e com a Conta da Região.

Mais uma vez há o pagamento de despesas de funcionamento da Administração Pública Regional através de verbas do Plano, o que quando estamos a dizer que há investimento, muito dele não é investimento, são pinturas – mas haveremos de ver isso no dia 5 – de fachadas de organismos da Administração Regional que estão contempladas no Plano.

Obviamente há aprovação da legislação necessária a suportar os subsídios atribuídos, o acompanhamento e controlo de aplicação dos apoios financeiros, etc., etc...

Há aqui uma situação que me parece extremamente importante e uma recomendação que eu penso que cada vez tem mais cabimento, que é a identificação dos fluxos financeiros destinados às empresas públicas participadas e outras. Isto é tanto mais importante quando sabemos que, nos tempos que correm, designadamente ao longo de um período mais recente, a intensificação deste tipo de empresas, ao longo desse período, tem feito ou pode fazer, como passa à margem do orçamento, um conjunto de despesas que deviam estar devidamente orçamentadas e que não chegam sequer ao conhecimento desta Assembleia, isto é, operações de desorçamentação que não temos dúvidas que existem. Daí o facto deste Grupo Parlamentar ter apresentado um requerimento para conhecer esta realidade ao pormenor, porque esta Assembleia tem direito de conhecer esta situação.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O senhor Fagundes também conhece!

**O Orador:** Perante todo este tipo de problemas, da continuação dos problemas de sempre, da não vontade de resolver e de melhorar o processo orçamental, obviamente que este Grupo Parlamentar, tal como fez em relação à Conta de 2001, não lhe resta outra hipótese senão não aprovar esta Conta, utilizar a abstenção na votação que se seguirá dentro de momentos, porque de outra forma seria pactuar com um conjunto de irregularidades, de situações menos correctas, de situações que não podem ser consideradas razoáveis.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**(\*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Conta da Região de 2002, em relação à sua estrutura, apresenta uma nítida recuperação das receitas correntes, ultrapassando a anomalia constatada em 2001, embora aqui também se registre uma quebra significativa de receitas ao nível do que estava previsto e programado, desta feita nas transferências de capital.

**Deputado Nuno Tomé (PS):** É o Governo do PSD!

**O Orador:** Era um governo de coligação, mas este era socialista e é a do governo socialista que estamos a analisar agora.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Transferiu essa competência!

**O Orador:** Quem fez o Orçamento foi o Governo Socialista. Como o Governo Socialista é que fez o orçamento, e como nós estamos aqui a avaliar a correspondência entre o executado e o orçamentado, o Governo Socialista é que leva o cartão amarelinho, neste caso.

Novamente, não acertou na estimativa. Aliás, relativamente a essa questão, o Sr. Vice-Presidente salientou e muito bem.

Isso leva-nos a uma velha história muito debatida nesta casa sobre o carácter científico das estimativas e das previsões, neste caso, dos orçamentos regionais.

Eu acho, Sr. Vice-Presidente, que devemos ter muito cuidado em remeter para o exterior as causas e as justificações de tudo, porque – e aí talvez está a nossa coerência que deve sempre presidir à defesa da Autonomia e daquilo que justifica a nossa presença aqui – o que acontece de bem ou de mal depende muito do que se passa na República e isso não abona para a nossa Autonomia.

A Região, na maior parte dos casos, não tem instrumentos para elaborar um orçamento no sentido que nós aprendemos nas escolas, porque lhe falta os centros de decisão para isso. Nalguns casos até falta, a nós, região, os meios de diagnóstico capazes.

Nós estamos profundamente dependentes do que se passa no resto do país. Estamos dependentes para o bem e para o mal.

Estamos dependentes no que toca à arrecadação das receitas, no que toca à evolução da própria economia. Se a economia está bem no país é bom para a nossa administração. Até as medidas impopulares dos Governos da República são excelentes para a nossa administração.

Eu sei que o senhor está preocupadíssimo, como socialista militante, se o novo Governo da República vai fazer aquilo que o Governador do Banco de Portugal já sugeriu, isto é, acabar com a taxa intermédia do IVA, mas está felicíssimo como Vice-Presidente responsável pela tesouraria regional se isso acontecer. Sempre vem mais uns dinheirinhos!

Essa contradição, que é uma contradição inerente à nossa autonomia, depende das matérias financeiras.

Portanto, temos que ter muito cuidado.

Há alguns anos atrás houve um Sr. Secretário Regional que apresentou aqui um Orçamento com uma fundamentação científica como se ele tivesse sido feito no seio do banco mundial ou coisa do género e acabámos esse orçamento muito desconsolados, porque tinha dependido de 3 telefonemas de Lisboa. Isto já foi há muitos anos.

O carácter científico da elaboração dos nossos orçamentos é relativo. Isso tem a ver com questões de boa informação, tem a ver com questões de um palpite mais ou menos certo e tem muitos imponderáveis como tem sempre um documento de previsão.

Sr. Vice-Presidente, por essa via não vale a pena darmos carácter muito científico a essa matéria.

O que aconteceu efectivamente foi que a previsão de transferências do Orçamento de Estado não coincidiu com o nível de transferências efectuadas.

A esse propósito convém referir uma questão (o Sr. Deputado António Marinho já referiu, quer anteontem, quer hoje e o Tribunal de Contas também referiu): a necessidade da Região, através do Governo, definir previamente – e o relatório da Comissão deu relevo a isso – os critérios objectivos da afectação das transferências, quer às receitas correntes, quer às receitas de capital.

Portanto, e o Tribunal de Contas também o cita, há neste momento uma liberdade total, que é considerada no texto do Tribunal como uma arbitrariedade. Nós compreendemos isso.

A Administração Regional afecta às receitas correntes a quantidade de transferências que necessita para equilibrar o orçamento.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** A deficiência é do Orçamento de Estado!

**O Orador:** Mas o Orçamento de Estado tem que ser negociado com a Região.

Eu percebo a recomendação do Tribunal de Contas. Parece-me uma recomendação acertada e acho que a nossa Assembleia, em conjunto com o Governo, partindo do princípio que o Governo também tem essa vontade, devia fazer um esforço para que se acertasse num critério do que é que é decorrente do conjunto das transferências e o que é que não é e, portanto, será de capital.

Acho que se avançarmos nesse capítulo estamos a conseguir disciplinar, no fundo, as nossas receitas e ter uma afectação mais lógica.

Ao nível do investimento, e porque o Governo Regional e a maioria que o apoia se satisfaz muito com a execução financeira do Orçamento, 2002 é melhor do que 2001. Deixa a bancada socialista mais tranquila, deixa de ser 85 e passa para 88. Portanto, sob esse ponto de vista, já começa a aproximar-se de valores mais consentâneos.

O Sr. Secretário pode guardar os quadros, porque eu vou apresentar outros de seguida que arrumam com esses.

*(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)*

**O Orador:** O Sr. Secretário Vasco Cordeiro acredite em mim, porque o Sr. Vice-Presidente não vai ter colunas suficientes para responder a uma pergunta que lhe vou fazer.

A execução global, sob o ponto de vista financeiro, traduz 88%. Não traduz 100%, porque como diz o Deputado José Rego não havia dinheiro para isso, porque se houvesse lá estava. Essa parte compreendemos. Já aquele imperiozinho na Guarita também trabalha assim, como o senhor sabe.

Sabemos como são essas coisas. Quando há dinheiro bota-se, quando não há... é como as donas de casa, fazem o cozido conforme a dispensa. Aí a coisa é mais ou menos parecida.

Será sempre assim, seja qual for o Governo. Se for outro a coisa não vai ser muito diferente.

É bom referir que a execução material – e isto é uma obrigação do Parlamento – deve ser objecto de um grande esforço de análise por parte do Parlamento. Se assim



não fosse, seria escusado o exercício que vamos fazer daqui a 15 dias quando analisarmos um Plano com programas, projectos e acções. Se o problema fosse só afectar verbas a uma dúzia de programas estava feito e escusava essa cerimónia e esse trabalho, nomeadamente por parte do Governo, de apresentar aqueles documentos. Portanto, é bom fazer um esforço.

Sob esse ponto de vista, sabemos que o segundo ano de acção do Governo Socialista, no último mandato, também não foi bom sob o ponto de vista da execução material. Este registo tem que ser feito aqui, porque durante 4 anos andámos a discutir essas matérias – os que pertenceram à Legislatura anterior – e sabem o que foi a luta no sentido de deixar claro (e acabou por ficar claro!) a falta de respeito da Administração Regional pelos calendários que então estavam estabelecidos.

Dou alguns pequenos exemplos de baixas execuções:

- Rede Regional de Abate – 36%
- Apoio à Indústria Agro-Alimentar – 60%
- Produção de Produtos Agrícolas – 33%

Em termos de projectos e acções concretas, o Sr. Deputado, fazendo um exercício mental em relação à sua ilha, sabe perfeitamente o que aconteceu com a Escola Secundária da Horta. Os da Terceira têm uma lista que está publicada neste Parlamento, permanentemente, das estradas regionais, da ligação da via rápida ao porto, das escolas...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** É por isso que temos 60%!

**O Orador:** 60% é outra coisa, meu amigo. Isso é outra história!

Aliás, tinham escusado de começar algumas obras à última da hora, porque os 60 estavam garantidos. O Sr. Vice-Presidente sabe isso melhor do que eu.

A verdade é que as coisas não se fizeram. Primeiro, não se fizeram no tempo certo, e é isso que estamos aqui a ver; segundo, algumas nem se fizeram durante a Legislatura, e isso é inegável.

Que isto não tenha sido considerado pelos eleitores também é inegável e a prova está à vista. Bem que eu tive esperanças, mas não serviu de nada. Mas que os senhores não fizeram, não fizeram!

Nós temos toda a legitimidade para chamar a atenção para essa questão.

Há uma observação que eu também queria fazer, um bocadinho a nível técnico e a nível político, que tem a ver com a tendência, que é muito simpática para a maioria, de nos relatórios de execução fazer sempre a análise em relação às verbas executadas e ao orçamento revisto.

Esse exercício tem que ser feito, mas é enganador se não for feito em relação à dotação inicial, porque na maior parte dos casos é a dotação inicial que nos faz aqui ter algumas brigas. Essas brigas depois não têm sentido se os relatórios, quer do Parlamento – e nesse capítulo ficam apenas por isso – quer outros que o Governo nos apresenta, fizerem só o rácio entre o executado e o revisto.

É bom termos presente que algumas das dotações revistas podem ser feitas no dia 30 de Dezembro. Portanto, é um exercício que o Governo tem que fazer, vai fazendo ao longo do ano, mas é feito o mais tarde possível – e eu tenho vários exemplos que posso dar – e é essa uma preocupação do responsável das finanças e aí de nós se não a tiver.

Por outro lado, sob o ponto de vista da análise política da capacidade de execução do que efectivamente foi aprovado no Parlamento, nós não podemos ficar por aí. Temos que saber por que razão é que as coisas não aconteceram. Aí insere-se uma outra observação já aqui muito bem feita pelo Sr. Deputado António Marinho, que o Tribunal de Contas também realça e que nós temos a obrigação de o fazer, que é a necessidade dos relatórios de execução dos Planos terem a preocupação, que não tem existido (já houve intercaladamente), de justificar os motivos pelos quais alguns projectos não avançam.

Eu digo isso com toda a franqueza e sinceridade, porque nalguns casos isso até pode ser um instrumento de defesa do próprio Governo, porque também há injustiça por parte de quem critica que, de forma nua e crua, diz que a escola de São Carlos estava prevista e não foi feita em 2002. Não foi o caso certamente, foi por incapacidade do Governo.

O exemplo que eu escolhi podia ter justificação por parte do Governo, podia dizer que houve um empreiteiro que recorreu e o concurso foi anulado. Há situações que o próprio Governo não pode ultrapassar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acreditem e tenham em conta que muitas dessas observações não podem ser vistas à luz de um exercício de oposição por oposição. Tem que ser visto à luz de um exercício de apelo a que sob o ponto de vista técnico o Governo dê mais atenção e tenha mais respeito pela tarefa de informar o Parlamento das razões, nomeadamente das não execuções materiais.

Portanto, é um apelo que fica independentemente daquilo que o Tribunal solicita.

**Presidente:** Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o tempo da sua primeira intervenção esgotou-se completamente. Tem direito a uma segunda.

**O Orador:** Posso continuar a segunda já?

**Presidente:** Eu sei que dava imenso jeito, mas era melhor esperar.

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** Então, só para a coisa ter um fecho razoável...

**Presidente:** Também acho que sim. É bom terminar com alguma alegria.

**O Orador:** Se eu termino assim ainda pensam que eu votar a favor. Portanto, eu tenho que terminar com outra nota. Se for só com esta eu fico desgraçado.

*(Risos da Câmara)*

Eu acho que fui um bocadinho infeliz, demasiado benevolente e muito construtivo.

Sr. Vice-Presidente, eu só ouvi a parte final da sua declaração política, que me pareceu revelar o seu grande empenho em esclarecer os açorianos e, todos nós, de algumas situações, de algumas trapalhadas - um termo muito em voga, agora adoptado pela extrema esquerda - que andam por aí.

Portanto, eu devo ter perdido a sua informação. Espero bem que também tenha informado a Assembleia e o plenário do que se passou, porque entretanto já se passou alguma coisa, naquela situação que envolveu a construção da lagoa do Faial. Julgo que haveria todo o interesse em esclarecer esta Assembleia. O senhor deve ter

dito, mas peço desculpa se não ouvi. Se não disse, estou sempre pronto para ouvir os dados que encerram de uma vez por todas aquelas dúvidas que existiram sobre a adjudicação da lagoa do Faial.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às apreciações feitas pelos Srs. Deputados António Marinho e Alvarino Pinheiro, julgo que já eram esperadas, bastava ler as recomendações do Tribunal de Contas e ainda bem que temos um órgão na Região que fiscaliza as nossas contas.

Tem havido empenho da parte do Governo em resolver algumas situações e noutras, apesar (e já o disse no último dia) de existir alguma dificuldade em cumprir, há, da parte do Governo, empenho para que sejam acolhidas, quando não, não propúnhamos que as contas viessem a ser aprovadas por esta Assembleia.

Uma coisa é certa: na nossa Região, em alguns sectores que o Tribunal de Contas hoje continua a apontar como sendo uma deficiência, – e uma está relacionada com os subsídios que o Governo Regional tem dado quer à Economia, quer às nossas instituições culturais ou económicas – tem havido da parte do Governo Regional um esforço para que haja o respectivo enquadramento financeiro e isso é reconhecido pelos diplomas que foram criados, aquando da entrada do PS no Governo. Em determinadas áreas que não havia qualquer critério, hoje existem os respectivos diplomas.

Se é certo que algumas se recorre para personalidades jurídicas que poderão não ser as mais correctas por falta desse instrumento, hoje, a nossa economia, as nossas associações culturais, conhecem quais são as regras que estão estabelecidas nos respectivos diplomas.

Por isso, na análise a esta conta, gostaria de realçar um aspecto que foi apontado pelos Srs. Deputados, mas que é importante realçar aqui:

É tradição do Partido Socialista, desde que está no Governo, ter taxas de execução bastante altas face a orçamentos que a Região teve no passado.

Não me quero referir à pré-história, mas ter desta vez no orçamento níveis de execução na ordem dos 90 e tal por cento, são taxas muito boas.

Foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro o que é que é um instrumento de planeamento, como o orçamento e como um plano, em que estarmos próximos das taxas de 90% ou acima dos 90%, são taxas muito boas e quem tem experiência autárquica sabe perfeitamente que não há nenhum município na Região que vá além dos 60%. Portanto, o que o Governo tem feito é de saudar.

Pode haver em termos de execução material, como foi dito nesta casa, algumas obras que não foram executadas. Nós que vivemos aqui estes 4 anos sabemos algumas de cor e que foram discutidas aqui na realidade.

Todavia há razões, como foram apontadas a devido tempo, para algumas obras não se terem executado e espero que neste novo mandato do Partido Socialista, alguns dos anseios dos açorianos, em determinadas ilhas, venham a acontecer.

Relativamente às despesas do Plano, eu gostaria de realçar um aspecto que tem a ver com as funções económicas.

Se em relação à Conta de 2001 falei na área social, gostaria de realçar que as funções económicas, com esta Conta de 2002, tiveram um crescimento, que é diferente do que acontecia no passado em que o crescimento era essencialmente negativo.

Queria realçar que parte significativa dos instrumentos da Região continua associado ao objectivo de dinamizar o crescimento da capacidade da economia regional, na qual se inclui os sectores da agricultura, das pescas, do turismo, do comércio, da indústria e dos sistemas de incentivos.

Outra parte que gostaria de realçar, em termos das despesas do plano, é a distribuição sectorial que foi dada aos investimentos feitos pelo Governo relativamente ao plano. Cerca de 31% dos investimentos foram feitos na Ilha de São Miguel; as Ilhas Terceira e Faial foram responsáveis por 23,4%. No conjunto, essas três ilhas que têm mais que 80% da população absorveram 54% da parte que estava desagregada.

Sabemos que podíamos entrar aqui num diálogo sobre a quantidade de verbas desagregadas ou não, mas este plano apresentava qualquer coisa na volta dos 29% de verbas não desagregadas.

Para finalizar, no que concerne aos subsídios, esses subsídios ao fim e ao cabo também têm feito com que haja uma dinamização, um crescimento e uma competitividade da economia regional. O programa de incentivos foi responsável por 23,8% dos subsídios entregues da parte do plano, o que demonstra que vieram contribuir para a melhoria da nossa economia.

Estamos a apreciar a Conta de 2002. O ano de 2002 foi aquele que veio provar que a Região já não era a última região do país na notação das NUTs II.

Por fim, gostaria de dizer que a execução das Contas agora apresentadas contribuíram de forma significativa para a concretização dos objectivos do Governo Regional e do Partido Socialista para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na abordagem da questão da Conta de 2002, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que esperaria, sinceramente, um contributo mais amplo por parte da bancada do PSD, em relação a esta matéria.

Terem-se limitado a reler as conclusões, curiosamente os aspectos negativos – esqueceram-se, se calhar por falta de tempo dos aspectos positivos – e as observações realizadas pelo Tribunal de Contas, não lança nenhum contributo acrescido a este debate, porque todas as pessoas tiveram acesso a este relatório. Todas as pessoas o leram. No fundo, estiveram, pura e simplesmente, permitam-me a expressão, a perder tempo, no sentido em que não acrescentaram absolutamente nada à mera leitura do que estava já aqui escrito e ao que tinha sido escrito pela Comissão.

Esperava, sinceramente, um contributo mais forte do que a mera leitura de um relatório que já era do conhecimento de todos.

Segunda observação:

Falaram que uma das questões apontadas era o erro na previsão das receitas. Têm razão! Houve um erro na previsão das receitas, curiosamente numa das componentes

da previsão da receita. A execução das receitas fiscais foi superior ao valor orçamentado, 103,3%, logo, nas receitas fiscais em 2002, não houve qualquer erro de previsão, até houve uma sobre avaliação da previsão em relação à real execução. Aí não houve erro.

Nas transferências do Orçamento de Estado ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que cresceu 6,2% em relação ao ano anterior, o valor inscrito foi o valor executado.

Então onde é que houve erro de previsão nas receitas?

Apenas num item. Tinha sido inicialmente, em Novembro ou Dezembro de 2001, quando foi nesta casa aprovado o orçamento, inscrita uma verba de 20 milhões de euros para financiamento da reconstrução. Por acaso, em Março de 2002, mudou o Governo, situação que não era previsível aquando da apresentação e discussão do Orçamento.

Logo, o que não era previsível e não pode ser assacado ao Governo Regional essa culpa, foi que o novo Governo da República, da simpática coligação PSD/PP, não transferiu os 20 milhões de euros.

A não execução da receita, e consequentemente depois da despesa e do Plano de Investimentos ter ficado num montante mais baixo do que inicialmente estava previsto e consequentemente a necessidade de um orçamento rectificativo, deriva, única e exclusivamente, como estão lembrados, do não cumprimento por parte do novo Governo da República do compromisso de transferência dos 20 milhões de euros.

Como compreendem, podem tentar assacar ao Governo Regional responsabilidades em tudo, mas nessa matéria a culpa não é do Governo Regional. Era uma matéria que só um astrólogo poderia ter previsto na altura em que este documento foi discutido nesta casa.

Esta questão, nas componentes que estavam dentro da capacidade do Governo Regional, foi bem prevista. Pode ser ainda melhor prevista e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tem toda a razão.

É possível nós termos uma perspectiva mais correcta e mais científica da previsão da receita fiscal para o ano seguinte, mas para isso precisamos de uma coisa, de um elemento, de um instrumento que o PSD e o PP ainda na discussão do último Orçamento de Estado votaram contra a Região ter acesso a esse documento, que é a Base de Dados dos Contribuintes Nacionais.

Se a previsão orçamental da componente da receita fiscal não é totalmente exacta, tem toda a razão, mas para ela ser totalmente exacta precisamos ter acesso à Base de Dados Nacional dos Contribuintes. Os senhores quando estavam no poder (PSD/PP) recusaram a proposta apresentada pelos Deputados do Partido Socialista para termos acesso a essa Base de Dados.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): O Governo de Guterres fez isso?

**O Orador**: Nós somos coerentes.

Apresentámos a proposta e vamos mantê-la. A proposta estava no programa do novo Governo da República e será uma realidade neste mandato do Governo da República.

Com certeza que quando essa proposta for apresentada os senhores irão manter a sua coerência e irão continuar a votar contra a que os açorianos e o Governo Regional dos Açores tenham acesso à Base de Dados dos Contribuintes Nacionais...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Governo de Guterres fez isso durante 6 anos?

**O Orador:** ... e tenha um instrumento para melhorar e aperfeiçoar o grau de previsão da receita fiscal.

Portanto, meus senhores, sob essas duas razões que apontaram para erros de previsão de receita, nenhuma delas pode ser assacada à responsabilidade do Governo Regional.

Para terminar gostaria também de dizer, já que estamos em momento de balanço e de contas, no que concerne às próprias contas da reconstrução e dando uma informação objectiva, que em 2002, os 20 milhões não vieram, e em contrapartida os senhores disseram e repetiram inclusivamente na última campanha para as eleições para a República, mas em 2003 o governo de coligação cumpriu exactamente aquilo que tinha prometido transferindo o que tinha acordado (60% do montante da reconstrução). Tenho ou não razão?

O Governo da República da coligação, em 2003 transferiu para Região 60% do valor da reconstrução. É verdade ou é mentira?

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É a única verdade!

**O Orador:** É verdade. Os senhores dizem que é verdade.

Os senhores afirmaram. Confirmam neste momento que o Governo da República, da coligação, em 2003 transferiu para Região 60% do valor da reconstrução.

Então vamos a contas referentes a 2003.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Estamos a discutir a Conta de 2002!

**O Orador:** Mas é uma informação adicional.

Facturação emitida em 2003: 75,6 milhões de euros referentes à reconstrução.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Mas por que é que o dinheiro não vem?!

**O Orador:** Pelas minhas contas, 60% dá 45,36 milhões de euros.

Verba transferida: 17,5 milhões de euros,

Verba em falta em 2003: 27,86 milhões de euros.

Se as vossas contas e o vosso rigor é este, digo-vos que estamos muito mal!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma intervenção muito rápida, porque, para já, estamos a repetir algumas questões relativas à Conta de 2001, mas decidi intervir, primeiro relativamente aos subsídios e à intervenção do Sr. Deputado José Rego quando falou das óbvias consequências que determinados subsídios têm sobre a actividade económica. Ninguém duvida disso. Como é óbvio tem que ter.

Sobre a questão que aqui é afluada, que é afluada pelo Tribunal de Contas, e eu continuo a utilizar o Parecer do Tribunal de Contas porque me parece o documento mais importante, já falarei com o Sr. Vice-Presidente a propósito dela.

O que está em causa não são os efeitos positivos de determinados subsídios. O que está em causa é a legitimidade para atribuir determinados subsídios, em primeiro lugar, a razoabilidade de atribuir outros, porque se atribuem muitos subsídios.

Quando falamos aqui em subsídios, há subsídios à actividade económica, há subsídios a grupos de escuteiros e há subsídios a outro tipo de entidades destinados a outros fins que não se sabe muito bem quais são, mas que, sob a capa de ser atribuída a esta ou aquela instituição, estão a servir para outras coisas completamente diferentes. Não tenha dúvidas nisso!

Daí que o Tribunal de Contas apele, e bem, para que na atribuição destes apoios seja seguida (é outra das recomendações que vem no Parecer do Tribunal de Contas), primeiro, legalidade na sua atribuição, suportada em termos legais por legislação clara, e, segundo, o seu seguimento.

Confesso que não li a conta do princípio ao fim, como é óbvio, nem tinha essa hipótese, nem o Sr. Vice-Presidente, seguramente a leu do princípio ao fim. Passou-lhe os olhos por cima. Parou nas páginas mais interessantes, noutras disse “isto não interessa para nada, não vão mexer nisto, não me vou aborrecer com isto, nem preciso de olhar para aquilo” e eu, obviamente, fiz a mesma coisa.

Ler aqueles calhamaços todos? Pelo amor de Deus, Sr. Vice-Presidente!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Eu li!

**O Orador:** A conta?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sim!

**O Orador:** Então não sabe o que é a conta! O problema é mais grave, Sr. Vice-Presidente. É que o senhor não sabe o que é a Conta da Região!

Quando chegar aos seus serviços, na Terceira ou em Ponta Delgada, há-de pedir a conta do ano passado. Parece-me estranho como é que fala nela, com a propriedade que fala, não a conhecendo.

Eu destaco o parecer do Tribunal de Contas, porquê?

Primeiro, porque reconheço ao Tribunal de Contas credibilidade, independência e obviamente facilita-me também a vida (não tenho problemas em admitir isso!) porque há ali uma equipa constituída por um auditor chefe, que é acompanhado por 5, 6 ou 7 pessoas que seguramente vasculharam a conta até ao pormenor.

Eu, quando confio nas pessoas, confio naquilo que elas me transmitem: o conjunto de recomendações, de pontos negativos e também o conjunto dos pontos positivos.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Esqueceu-se desses!

**O Orador:** Outro dia falava com o Sr. Deputado José Rego e ele dizia-me que valorizava aquilo que lhe interessa e eu valorizo aquilo que me interessa a mim.

Digo-lhe claramente: quando nós temos 22 pontos negativos e 11 pontos positivos dos quais 50% deles são perfeitamente inócuos e é o Tribunal de Contas que os põe lá, porque senão era aborrecido aparecer uma conta só com 3 pontos positivos e com 20 e tal negativos, não tenhamos dúvidas ... Isto é um bocado para alindar as coisas!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Os positivos são inócuos e os negativos não são?!

**O Orador:** Depois temos as recomendações. As recomendações são muito graves!

Há ali recomendações relativas a aspectos muito graves e o que mais me preocupa é que eles se mantêm de ano a ano. Não se fez nada.

Há ali questões de tal forma importantes, de tal forma graves e nada se faz. É isso, sinceramente, que me preocupa.

Relativamente a uma análise mais aprofundada que pudéssemos fazer disto tudo, devo dizer-lhe que, até por experiência própria – neste momento estou aqui, mas sou funcionário da Administração Regional – ...

**Deputado Nuno Tomé (PS):** Noutros tempos não estaria aí!

**O Orador:** ... é complicado e vou dizer-lhe porquê. Eu sei por que é que há determinados programas que continuam a estar previstos no Plano que se sabe, à partida – eu era capaz de lhe dizer alguns programas – que irão ter zero de execução no final do ano, mas entretanto há uma verba que dali vai ser libertada, e o que tem o valor de 100 e o outro de 50 vai terminar com 120 e 30. Mas há outros propósitos.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não é na execução de 2002!

**O Orador:** E o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Sr. Deputado José Rego, todos sabem. É verdade que há!

Eu não diria que essas são as situações mais graves. Não são graves, mas, à partida, estou a planear uma coisa. Isto é um pouco a capacidade de previsão. Há bocado o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falava nisto. São exercícios. Nós atiramos uns valores para ali e depois aquilo interessa-nos porque passamos de um lado para o outro. Não tenhas dúvidas que isto existe assim.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para completar uma questão que era a fundamentação daquilo que eu tinha dito em teoria, mas que é importante reflectirmos para termos a consciência do que é que esta Assembleia deve pedir e o que deve ser a avaliação quando o Governo cumpra, portanto, quando se respeita o que aqui é decidido ou, apesar de se gastar o dinheiro, não se respeita. No fundo é isso. O problema do plano e da sua execução!

Nós tínhamos aprovado aqui, em relação aos troços das estradas regionais, na Ilha Graciosa, em 2002, uma dotação de 374.098 euros, o que era muito significativo para aquela ilha e deixou os deputados da bancada da maioria, da Ilha Graciosa, numa satisfação imensa, e nós até partilhamos.

Executaram-se 2.687 euros, o que corresponde a 0,7%. Portanto, não se fez nada.

Vamos ao relatório e o que é que vemos: execução dos troços da Estrada Regional da Graciosa – 100%. Porquê? Porque o Governo, antes de terminar o mandato, fez uma revisão e onde tinha 374.098 euros passou para 2.698 euros, isto porque já sabia que tinha gasto 2.687 euros. Então, ficou rigorosamente 99,6%. A questão é esta.

Fica aqui fundamentado o que estávamos a dizer e a chamar a atenção do que devia ser e não aquilo que está a acontecer.

Mas há mais exemplos:

A correcção e reabilitação da estrada Lajes/Santa Cruz, na Ilha Terceira, tinha uma dotação 249.399 euros. Executou-se 21 mil euros, 8% da dotação.

Todos nós anunciámos aqui, os que são de lá porque têm essa obrigação mais específica, os 8%. Resultado no documento da nossa Comissão: execução – 100%.



O Governo, antes de fazer “a árvore de Natal”, nem sequer disfarçou e atribuiu 21.137, o que equivale a 100%. Não falha!

Mas há outras ainda mais interessantes:

A variante à Estrada Regional 6-2ª São Carlos tinha como dotação 500 mil euros. Para esta a execução desapareceu. Portanto, transferiram-se os 500 mil euros para um sítio qualquer, e como se diz em linguagem de Carnaval “a dança comeu”, desapareceu.

A reabilitação da Estrada Regional no interior das Capelas, por exemplo, tinha uma dotação de 49.880 euros e foi revista para 13 mil, porque se tinha gasto efectivamente 12.989. Execução orçamental – 99,9%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para isso é que o Sr. Vice-Presidente não tem nenhum gráfico. Sabe qual é o gráfico que tem?

É em branco!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Está aqui o gráfico da taxa de execução!

**O Orador:** Aí é que está a diferença. Agora eu deixo isto ao juízo dos Srs. Deputados, mesmo os que são do Partido Socialista.

Façamos de conta que não íamos votar isso agora; façamos de conta que não éramos amigos de Sérgio Ávila; façamos de conta que ele não era socialista; façamos de conta que estávamos aqui num júri a apreciar...

A reacção que deveríamos ter como deputados representantes do povo dos Açores, perante a denúncia de uma situação que sob o ponto de vista técnico carece de melhor tratamento – não é resolução, porque os dados estão na Conta para quem quiser ver – era exigir uma informação mais esclarecedora. É só isso.

Eu acho que era preferível o Governo Regional ter humildade de dizer que esse é um assunto que irá melhorar, corrigir, irá ter o cuidado de dar mais relevo à coluna da dotação inicial, sem prejuízo da coluna do revisto e ter a execução tendo em conta as duas referências, que é a execução em relação ao inicial e a execução final. Acho que era muito mais fácil, com todo o respeito, do que o senhor passar o dia aqui a mostrar aquele gráfico...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não. Tenho muitos. É só escolher o tema que eu mostro o gráfico!

**O Orador:** ... como se estivéssemos num programa de televisão.

Acho que devemos ser mais exigentes perante o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário tem que ter em conta alguns desses aspectos, com a devida modéstia, que julgo que são úteis e válidos, porque isto não é bem um programa televisivo, nem é pré-campanha eleitoral. Só daqui a 4 anos.

Portanto, acho que agora era melhor guardar os gráficos e tomar nota das críticas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão técnica do planeamento, como sabe, é dividida em programas, em projectos e em acções.

A possibilidade de variar as dotações iniciais entre acções é uma prática e um funcionamento em qualquer administração, local, regional, empresarial, etc., etc. Se isso não fosse possível as taxas de execução seriam muito mais baixas.

Como referiu e muito bem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, por vezes, há obras que não avançam em determinado momento por factores externos à própria intenção da própria administração.

Consequentemente o ajustamento ao longo do ano da dotação de determinada rubrica e com certeza estará a falar apenas nas acções, ...

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Em determinado plano!

**O Orador:** ... que pelo seu grau de especificidade têm necessariamente que ter ao longo do ano, uma alteração das suas cotações – isso é normal, uma prática corrente e um critério de boa gestão em qualquer instituição – não deve ser em si criticado, sob pena de que se isso não fosse possível fazer, contribuía para taxas de execução extremamente mais baixas naquilo que interessa até na globalidade.

O senhor apontou três ou quatro que implicaram uma alteração de dotação e consequentemente valores baixos em relação à dotação inicial, mas na globalidade – e foi o quadro e o gráfico que lhe mostrei – a taxa de execução foi de 88%, e só foi 88% precisamente porque ao longo do ano foi necessário alterar as dotações de algumas acções que, com certeza, baixaram por razões que não foi possível executar neste ano, mas em contrapartida esse processo permitiu reforçar – essas o senhor certamente esqueceu, por isso não falou – a dotação de outras acções que se calhar tiveram, do ponto de vista prático, uma execução muito superior àquela que estava inicialmente prevista.

É isto boa técnica de gestão orçamental. É isto boa prática de execução orçamental.

É por isso que analisamos na globalidade, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Em qualquer Orçamento de Estado de qualquer instituição, local, regional ou nacional, irá encontrar sempre quatro ou cinco matérias para fazer o filme que fez.

Em todo o lado do mundo, em qualquer orçamento, de qualquer departamento do mundo, em qualquer município, em qualquer junta de freguesia, em qualquer Governo da República, em qualquer Governo da Nação, o senhor entre 450 acções, encontrará sempre quatro ou cinco acções que tiveram uma execução muito baixa, mas o senhor se calhar também irá encontrar 200 ou 300 que tiveram uma execução superior ao que estava inicialmente previsto. É aquilo que distingue entre quem analisa isto de uma forma global, de uma forma isenta, de uma forma independente e quem tem que encontrar 3 ou 4 situações para concluir e extrapolar situações e conclusões que não definem a realidade que estamos a analisar.

É isso que distingue também entre uma oposição que pretende apenas criticar e quem pretende analisar estes documentos com objectividade e independência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo a forma empolgada com que o Sr. Vice-Presidente quis dar agora aqui um tom de uma coisa importante.

Hoje está a exceder-se uma coisinha nessa parte final, porque o que eu disse não foi de molde a justificar a reacção, até porque não o piquei e pelo menos esforcei-me

para pôr isso num quadro, se me permite e se isso ajuda a explicar, mais técnico e político. Pelo menos esforcei-me por isso. Se não consegui, a culpa foi minha.

Portanto, sempre numa lógica de que se deve melhorar, deve-se dar essa informação e aí com a convicção plena de que é um exercício e um direito deste Parlamento.

O Sr. Vice-Presidente tem que compreender, porque estamos deste lado, temos esse direito e essa obrigação.

De resto, como bem sabe, eu não o culpei nem usei essa meia dúzia de exemplos para tirar conclusões indevidas. Podia ter enumerado, porque tenho isso nos trabalhos preparatórios, não 6, mas talvez 50 ou 60 acções, talvez não tão flagrantes.

Queria chamar a atenção lembrando-lhe – e o Sr. Vice-Presidente vai ter ocasião de viver o que eu lhe vou dizer agora – o empenho com que os Srs. Deputados, e neste particular nomeadamente os Srs. Deputados da maioria que o apoiam, introduzem alterações, em sede de Parlamento, ao plano que o Governo traz.

Nós somos testemunhas que ainda no último ano o PS passou horas e horas a fazer alterações no Grupo Parlamentar e trouxeram para aqui dezenas de alterações todas ao nível de projectos (mais 50 mil euros para o projecto das estradas, em Santa Maria, mais 30 para a Graciosa, mais o reforço de uma verba para aqui).

Em que conta é que o Governo tem os Srs. Deputados – neste caso são os do PS, mas podiam ser outros – se não acha importante esse tipo de análise que estou aqui a fazer?

Eu não disse, Sr. Vice-Presidente, que o Governo não tinha competência para tirar a verba da Estrada Regional das Capelas e pôr na estrada Regional de São Carlos. Eu não disse que não tinha competência para isso. Obviamente que tem. O problema é que tem que explicar que fez isso, tem que dar conta que o fez e tem que chegar ao fim e tem que reconhecer que em relação a algumas das acções não executou e sobretudo dizer porquê. É isso que nós politicamente exigimos, se me permite a palavra.

Acho que não estou a ser hipócrita se disser que os Deputados da bancada socialista certamente também deviam ter esse desejo. Se passam horas e se acreditam no Governo para lhe fazer alterações na acção, não é para o Governo não lhes passar explicação sobre essa matéria. Quando digo não passar é perante o Parlamento e perante os relatórios.

Acho que se este Governo melhorar esses documentos que são essenciais para o controlo da acção do Governo presta um bom serviço à Autonomia e à democracia.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos proceder à votação desta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução sobre a Conta de 2002, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Srs. Deputados, antes de passar ao ponto seguinte eu lembrava que, como é do vosso conhecimento e sem prejuízo do debate, temos uma longa agenda para cumprir. Portanto, gostava que tivessem isso em consideração.

Está aberto o debate para o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a Proposta de Resolução “relativa à Política Regional da União Europeia”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Prometo tomar em consideração que o senhor acabou de dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, no nosso entender, assenta em duas questões:

O pedido de urgência tem a ver com o facto de ser importante, neste período legislativo, a Assembleia formalizar a aprovação da proposta que propomos e que falaremos nela de seguida, a tempo de poder fortalecer a posição no âmbito da conferência das regiões periféricas e marítimas da Europa.

Portanto, faz sentido na construção que se pretende, tendo em vista a tomada de posição do Conselho da Europa a propósito da reunião de Junho onde vão definir as verbas afectadas ao IV Quadro Comunitário de Apoio.

Esse processo é necessariamente moroso, é um processo que tem a ver com estas engrenagens das instituições europeias. Portanto, é urgente proceder-se a esta votação neste período legislativo de Março de 2005.

Quanto à dispensa de exame em Comissão, nós entendemos, como pensamos que é perfeitamente claro na proposta, que esta questão é muito objectiva em termos de defesa dos interesses dos Açores.

Portanto, é nesse sentido que achamos que esta Proposta de Resolução deve ser votada, tem fundamento em termos de urgência, em termos de dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.

**Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José San-Bento:

Para o futuro vou-lhe dizer mais ou menos como é que pode fazer.

O CDS/PP concorda com o pedido do processo de urgência.

Muito obrigado.

**Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não se opõe ao processo de urgência com dispensa de exame em Comissão.

**Presidente**: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário**: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente**: Passamos ao debate da **Proposta de Resolução “relativa à Política Regional da União Europeia”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A nossa Proposta de Resolução tem a ver, como também já foi referido na comunicação do Sr. Vice-Presidente na Terça-Feira na Assembleia, com este momento oportuno que os Açores podem ter, mesmo no processo da construção europeia, de reforçar a sua posição, de contribuir para uma iniciativa que neste momento está a ser desenvolvida no âmbito da conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, visando o apoio à proposta da Comissão Europeia para a definição do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Como sabem, e também já foi dito, no próximo mês de Junho vai ser realizado o Conselho Europeu que, salvo uma anomalia inesperada, irá definir esse Quadro Comunitário de Apoio e tudo indica que em cima da mesa haverão duas propostas, uma, vinda da Comissão Europeia, que pretende afectar 1,14% do Rendimento Nacional Bruto da União Europeia a este Quadro Comunitário de Apoio, e a outra, que parece ser defendida por alguns dos maiores e mais ricos países da União Europeia, que pretende rever em baixa esse tecto ou esse volume financeiro.

É uma diferença de 0,14 pontos percentuais, mas que traduz num horizonte temporal de 2007 a 2013 muitos milhares de milhões de euros. Portanto, a sua redução no próprio processo de construção europeia seria uma medida que teria grandes repercussões.

Há questões aqui que se prendem com a fase do pré-alargamento que ainda não estão devidamente resolvidas, mas eu não vou divagar muito nesta temática. Apenas refiro que esta iniciativa é fundamental.

A nossa proposta de resolução visa, nos três pontos concretos de recomendação, em primeiro lugar, manifestar a convicção por parte da Assembleia, por parte do povo dos Açores, através da nossa representação, que o desenvolvimento pleno das estratégias, quer da estratégia de Lisboa, quer da estratégia de Gotemburgo, passe por uma construção europeia que não diga respeito só às administrações centrais dos estados, mas que envolva profundamente as regiões.

Nesse sentido, no plano dos princípios é feita a manifestação desta convicção.

O segundo ponto prende-se com o apoio da proposta da Comissão Europeia, precisamente nos termos em que eu referi há pouco, face a um contraponto da proposta mais restritiva ou menos generosa.

O terceiro ponto é um alerta para os próprios agentes europeus, para o efeito negativo que a aprovação de uma medida destas, de uma medida que de certa forma defraudaria as expectativas e afectaria o desenvolvimento das regiões, teria numa altura em que se fala na rectificação do Tratado Constitucional da Europa.

Portanto, há aqui aspectos que são relevantes e que poderão também ter uma influência muito negativa na própria opinião pública em relação ao processo de construção europeia.

Tentando ser sintético, no caso desta proposta ser aprovada, nós solicitaríamos que o texto da mesma fosse enviado para o Presidente do Parlamento Europeu, para o Presidente da Comissão Europeia, para o Presidente do Conselho da União, para o Sr. Primeiro-Ministro e também para o Sr. Presidente da Assembleia da República e com isso exprimir ao mais alto nível a posição que a Assembleia assume aqui.

**Presidente:** Já agora, não seria de enviar para os Srs. Deputados Europeus portugueses?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votará favoravelmente esta Proposta de Resolução, porque consideramos importante a participação do Parlamento no processo de construção Europeia e em todas as organizações internacionais em que o país e a região estão envolvidos. É fundamental que a Assembleia possa participar e manifestar o modo como interpretamos o interesse regional.

Aliás, tal como um dos parágrafos da Proposta de Resolução diz, é importante uma mobilização que se consubstancia na pronúncia dos Parlamentos Regionais sobre as referidas propostas da Comissão.

Não se percebe, por isso, muitas vezes o ziguezague, a desorientação e a obsessão do Partido Socialista em votar contra, quando surgem propostas com esta mesma matriz, vindas do PSD.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** A verdade é que esta opção admitida pela CRPM – Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, mobiliza os Parlamentos das Regiões Autónomas para esta pronúncia e enquadra-se numa política de coesão que apoiamos.

Foi Portugal, liderado pelo anterior Governo, que formou um vasto grupo de países amigos da coesão.

É neste âmbito e nesta filosofia que nos enquadrámos.

A política de coesão é um princípio e um instrumento fundamental para assegurar, com sucesso, o alargamento da União Europeia.

Para nós, a política de coesão não pode ser a principal variável dos exercícios da restrição orçamental da União.

Gostava de dar a nota, para que fique registado, de que se deveria propor a revogação da norma que determina a suspensão do fundo de coesão por incumprimento do pacto de estabilidade e crescimento.

O que fica a faltar nesta Resolução é, para além do que os nºs 1, 2 e 3 prevêm, se comunique ao Governo da República esta nossa posição e que ele se envolva também na defesa deste propósito e deste entendimento que a Assembleia Legislativa Regional faz.

Acabou de corrigir o Sr. Deputado San-Bento a omissão da Resolução quanto à comunicação que há-de ser feita pela Assembleia e conduzida pela Mesa da Assembleia aos autores e decisores desta nossa pronúncia.

Espero que o Sr. Presidente tenha entendido que apesar da omissão no articulado desta Proposta de Resolução, ela só faz sentido e tem consequência se for devidamente comunicada, designadamente aos decisores citados pelo Deputado José Carlos San-Bento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(\*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, em relação a esta proposta de resolução, e na medida em que tal seja admissível, manifestar, da parte do Governo, o sentido de considerarmos que esta é

uma proposta muito oportuna e que surge num momento, muito actual e muito particular, em que efectivamente se está a analisar e a discutir as propostas financeiras para 2007/2013.

Conforme é salientado na própria resolução, os Açores integram-se, assim, num amplo movimento desencadeado pela Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa e visa alertar as entidades europeias para a importância desta matéria e manifestar apoio às propostas da Comissão.

Relativamente à sugestão que foi feita pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro sobre a suspensão da Fundo de Coesão, eu gostava de lhe dizer que o Governo Regional dos Açores, representando a Região no âmbito da reunião da Comissão de Coesão Territorial do Comité das Regiões, teve a oportunidade de votar favoravelmente uma proposta que surgiu nessa Comissão, relativamente ao parecer da própria comissão e parecer do Comité das Regiões, que visava efectivamente chamar a atenção para esse aspecto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para associarmo-nos a esta iniciativa no sentido de que ela nos parece oportuna, parece ir ao encontro do interesse regional, como referiu agora o Sr. Secretário Regional. Diria que é um compromisso que fica satisfeito se o Parlamento tomar essa iniciativa, porque também devemos estar em plena solidariedade com os restantes órgãos representantes regionais que participam noutras sedes. Portanto, é a nossa estrita obrigação. Se porventura ela não tivesse surgido diria que teria sido um esquecimento, mas ainda bem que ela surgiu e se enquadra. Sob esse ponto de vista é uma atitude lógica. É a defesa do nosso interesse.

A introdução de um conjunto de destinatários institucionais desta posição do Parlamento dos Açores, que pelos vistos será unânime, realmente também parece muito pertinente, não só as sugestões que o Sr. Presidente da Assembleia deu, como a proposta apresentada pelo Deputado José Manuel Bolieiro, porque na verdade importa que o lado português, desde logo, esteja numa plena identidade e identificação com esse nosso interesse que é um interesse profundo.

Portanto, acho que o Governo de Portugal já é co-responsável por esse ambiente positivo no seio da Comissão, mas importa ter-se presente e sempre na agenda do país este particular interesse dos Açores.

Portanto, julgo que todas as propostas no sentido de alargarmos as entidades a serem informadas desta nossa posição, só reforça e dá peso operacional à nossa decisão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir muito rapidamente que, face à alusão que o Sr. Deputado Bolieiro fez sobre a questão do envolvimento do Governo e da República, ainda muito recentemente foi anunciado pelo Sr. Primeiro-Ministro que passaria a ser o interlocutor directo com as regiões autónomas, designadamente com os seus Presidentes.

Eu acho que isso é muito importante e tem todo o sentido falarmos, porque isto representa um grande aumento do peso de influência das Regiões no país, representa um reforço da posição dos Açores, neste caso particular, de poderem influenciar a afirmação da vontade do país. Portanto, acho que é importante percebermos que o Governo de Portugal terá agora, com certeza, muito maior consideração por aquilo que é a vontade legítima, neste caso, das suas duas regiões autónomas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Decreto Regional – “Transpõe para a Directiva nº 91/676/CEE, do Conselho de 12 de Dezembro de 1991, referente à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola”.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A última revisão constitucional atribui às Regiões Autónomas o poder de transpor actos jurídicos da União através de Decreto Legislativo Regional.

No uso de tais poderes e com a Proposta de Decreto Legislativo Regional ora submetida a esta Assembleia, estamos perante a primeira transposição de uma Directiva da União para a Região Autónoma dos Açores – a Directiva Nitratos, que modelará a actividade agro-pecuária às crescentes preocupações sobre o Ambiente e sua preservação. Mais uma preocupação para quem, como os Agricultores Açorianos, tanto faz pelo ordenamento do território e protecção da paisagem.

Se a matéria em análise é de relevância para a protecção das nossas águas, os nossos agricultores são os primeiros interessados em contribuir para tal protecção, uma vez que a água lhes é essencial à qualidade das suas produções. São também eles, agricultores, quem pode contribuir com as suas práticas agrícolas, para a protecção das águas contra a poluição difusa de origem animal.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional presente a esta Assembleia prevê, como a própria Directiva, a necessidade da agricultura recorrer à aplicação de fertilizantes e de estrumes azotados. Do que se trata, é da necessidade cautelar, de prevenir uma excessiva utilização de fertilizantes, pelo risco que pode trazer ao ambiente e, em particular, para as zonas das bacias hidrográficas e massas de água com condições de drenagem que as tornam particularmente vulneráveis.

As zonas consideradas vulneráveis serão tecnicamente identificadas pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, partindo do que já se encontra contido, por indicação da Região, em diploma próprio nacional e também das informações que a rede de monitorização da qualidade da água nos for fornecendo, numa perspectiva de permanente análise e sempre que necessário para a sua revisão, o que aliás, é fundamental para a instituição de um programa de controlo sobre a evolução da concentração de nitratos, que será repetido de 4 em 4 anos, excepto se tal concentração for inferior a



25mg/l nas amostras recolhidas e não tiver ocorrido, entretanto, qualquer novo factor susceptível de a aumentar.

Na prática, para os nossos agricultores, o diploma em análise traduz-se na observação do Código de Boas Práticas Agrícolas que lhes já é familiar (recordo que em todas as acções de formação para agricultores e jovens agricultores, o Código de Boas Práticas Agrícolas está presente), reforçado com as questões da condicionalidade e com preocupações sobre:

- períodos de aplicação de fertilizantes;
- aplicação de fertilizantes em terrenos de forte inclinação;
- aplicação de fertilizantes em terrenos saturados de água;
- aplicação de fertilizantes nas proximidades de cursos de água;
- tratamento e depósito de estrume animal;
- métodos de aplicação de fertilizantes, incluindo estrume animal;
- utilização de solos e rotação de culturas;
- níveis mínimos de revestimento vegetal do solo;
- planos de fertilização de explorações e registos de utilização.

Outro contributo para contrariar a poluição das águas e impedir a propagação da poluição, é a prevista elaboração de programas de acção para as zonas vulneráveis, bem como de relatórios periódicos sobre a situação, o acompanhamento por comissão técnica e, inevitavelmente, as sanções aos prevaricadores.

Os programas de acção desenvolver-se-ão sobre três aspectos fundamentais (controlo da aplicação de fertilizantes, controlo do encabeçamento e implementação de sistemas de tratamentos de efluentes sempre que necessário). Tais programas são de elevada importância para o próximo Quadro Comunitário de Apoio no eixo prioritário relativo à modernização da base produtiva tradicional, promoção do desenvolvimento sustentado em zonas rurais e permitem o contributo das ajudas directas ao fortalecimento do rendimento dos nossos produtores.

A proposta que vos foi presente, uma vez aprovada, dará cumprimento ao determinado pela União Europeia nesta matéria e constituirá um instrumento fundamental para a agricultura e para a preservação das nossas águas.

Obrigado.

**Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ferreira) e Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Às vezes não nos apercebemos, mas este é um momento importante, porque a aplicação de uma Directiva Comunitária por esta Assembleia Regional é, realmente um facto histórico que resulta da última revisão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria justamente por aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia acabou por referenciar.

Estamos a viver, enquanto legisladores, neste momento e nesta câmara, um momento histórico no processo legislativo da Autonomia dos Açores, que é a

possibilidade de, pela primeira vez, uma região autónoma, e no caso concreto a Região Autónoma dos Açores, ter a faculdade e a competência legislativa, de transpor uma Directiva Comunitária.

Isto resulta directamente da Revisão Constitucional de 2004 que no seu artigo 112º, nº 8, confere exactamente às Regiões Autónomas a competência de transporem para o Direito Interno Directivas Comunitárias.

Isto significa que no caso concreto que estamos a tratar hoje, da Directiva Nitratos, passarão a existir, na Ordem Jurídica Portuguesa, as transposições efectuadas por legislação nacional, o Decreto-Lei 235/97, de 3 de Setembro e o Decreto-Lei 68/99, de 11 de Março e simultaneamente o Decreto Legislativo Regional que hoje estamos a discutir e que esta câmara, com certeza, irá aprovar com os votos favoráveis da bancada do Partido Social Democrata.

Este momento é importante para ser referido desta maneira, porque assume um significado especial. Hoje, inauguramos uma prática legislativa, a coberto de uma Revisão Constitucional, que nesta matéria aumentou, de uma maneira exponencial, a capacidade e a competência legislativa das Regiões Autónomas, o que significa que, para o futuro, nalgumas matérias de interesse da Região que hoje estão definidas no artigo 8º do nosso Estatuto, haverá, possivelmente, em matérias que tenham por objecto directivas comunitárias, três ordens jurídicas: a ordem jurídica nacional, com a transposição efectuada para o território continental, a ordem jurídica da Região Autónoma dos Açores e a ordem jurídica da Região Autónoma da Madeira. Portanto, um processo legislativo completamente diferente, completamente inovador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira nota é esta. Uma nota de congratulação e, como legisladores também, uma nota de orgulho por termos a possibilidade que a Revisão Constitucional nos conferiu de exercermos em plenitude uma competência que representa um avanço significativo na capacidade legislativa das Regiões Autónomas.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, para referir que este diploma que está em discussão resulta também do cruzamento entre questões de natureza agrícola, com questões ambientais, como, aliás, ficou bem expresso pelas palavras do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e representa um desafio com um duplo sentido: um desafio para o Governo, porque tem um conjunto de tarefas para cumprir (aprovar o código das boas práticas agrícolas, aprovar o programa de acção para as zonas em causa e preparar de quatro em quatro anos os relatórios de diagnóstico e os relatórios de previsão) e um desafio para o mundo agrícola dos Açores para se adaptar a uma novidade, para respeitar melhor e mais o ambiente e para também ajudar a preservar o ambiente dos Açores e a combinar de uma maneira sábia e inteligente a agricultura com a protecção do ambiente, numa luta contra a poluição.

Acho que este é um balanço interessante e interessa que fique também aqui para registo esta nota de que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, transpondo uma Directiva Comunitária, deixa um desafio para o Governo no plano legislativo, administrativo, mas um desafio também para a nossa agricultura no plano da execução prática e da defesa do ambiente.

Muito obrigado.

## **Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!***

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que a Directiva Comunitária já existia muito antes da reforma da PAC e contra essas questões nós não devemos nem podemos fazer dique na sua transposição para os Açores.

Contudo, essas questões ambientais, na reforma da PAC, engordaram e fizeram com que esta preocupação, hoje em dia, da sociedade se materializasse de uma melhor forma, ou seja, através da transposição desta mesma directiva, embora a ambientalização da PAC (que é um outro assunto que podemos discutir), apresente aqui vários riscos e perigos para a nossa agricultura.

Eu gostaria de recomendar, quer à Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, quer seja à Secretaria Regional do Ambiente, que antes do controlo dessas boas práticas agrícolas e para evitar uma lógica policial como tem acontecido, em parte, noutros códigos de boas práticas agrícolas, em concreto nas indemnizações compensatórias, que antes fosse feita uma formação aos nossos agricultores, porque eles é que vão ser o alvo desta directiva, mas uma formação de explicação do que é que é possível ou não fazer.

Acontece muitas vezes, quando se fazem os controlos, que muitas das coisas que nós tínhamos a percepção que era possível fazer, depois, no terreno não são possíveis fazer.

Portanto, fazer uma formação, mas não é uma formação de sala mas uma formação no terreno, pode ser até uma formação de grupo, explicando o que é que é uma inclinação forte, o que é que é um terreno que pode sofrer uma erosão. Explicar esse tipo de situação, para quando acontecer o controlo tenha havido um esclarecimento prévio no terreno ou junto do agricultor para evitar penalizações nesta matéria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou repetir naquilo que foram os argumentos já expandidos nas anteriores intervenções relativamente à questão que estamos aqui a tratar em concreto, transposição de uma directiva, por força daquilo que dispõe a x) do nº1, do artigo 227º, da Constituição, que repõe nos poderes das Regiões Autónomas as competências de transposição de actos jurídicos da União Europeia.

A Directiva Nitratos que foi transposta para a ordem jurídica nacional em 97, cujo Decreto-Lei foi alterado em 99, não salvaguardou as particularidades da organização administrativa regional e as especificidades e os condicionalismos naturais da Região, designadamente no que diz respeito à competência para a aprovação dos programas de acção a aplicar às zonas vulneráveis. É isto essencialmente que está em causa.

Neste momento, e desde 2003, já foram identificadas na Região 8 zonas vulneráveis, no âmbito da Directiva Nitratos (5 na Ilha de São Miguel, 2 na Ilha do Pico e 1 na Ilha das Flores).

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional reveste para a nossa Região uma nobre importância tendo em conta aquilo que, em resultado da reforma da PAC, entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro, designadamente nos aspectos da condicionalidade que condicionam o pagamento das ajudas directas aos agricultores, ao cumprimento de medidas agro-ambientais e de conservação do ambiente, aquilo que se designa vulgarmente por eco-condicionalidade.

Portanto, é fundamental, como referiu o Sr. Secretário e bem, a aplicação e o cumprimento das boas práticas agrícolas, conforme constem no código que venha a ser aprovado.

Neste momento e por este aspecto em particular, esta matéria é de enorme importância, de enorme urgência para a Região, de forma a que rapidamente possam ser aprovados os programas de acção e não venham a ser penalizados os nossos agricultores que tenham explorações nessas áreas, no que diz respeito ao pagamento de ajudas directas a que têm direito no âmbito da PAC.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas apenas relativamente ao que aqui acabou de ser dito na bancada do PSD e do PS, relativamente ao diploma em apreço.

Primeira questão:

De facto, é a primeira vez que a Região tem oportunidade de directamente fazer a adaptação de uma Directiva Comunitária. É, como disse na minha intervenção, um motivo de orgulho e de registo para a posteridade.

Relativamente aos demais queria deixar apenas uma referência à já existência de um Código de Boas Práticas Agrícolas, que agora irá ser reforçado com as questões da condicionalidade e, no que diz respeito, em particular, à Directiva, tem a ver com a aplicação de fertilizantes em certas zonas, nomeadamente junto a cursos de água, depósitos de estrume animal e métodos de aplicação de fertilizantes de estrume animal e de rotação de culturas, revestimento do solo, etc.

De qualquer maneira queria só dizer-vos que, em termos de divulgação, o Código das Boas Práticas Agrícolas já prevê muitas coisas destas.

Em todos os cursos de formação e em todas as oportunidades é sempre o documento que está ao dispor e nós sabemos, aliás, que tem sido amplamente observado por muitos dos senhores produtores.

Relativamente aos programas de acção que o diploma prevê, já eles estão preparados e balançam-se fundamentalmente em três questões fundamentais: o controlo da aplicação de fertilizantes, o controlo dos encabeçamentos e a implementação de sistemas de tratamento de afluentes, sempre que a natureza de uma determinada exploração assim o justifique.

Esses diplomas já preparados estão agora em fase de divulgação pelas organizações de produtores e, naturalmente, em breve serão publicados. Ficaremos assim com o quadro legal, no que diz respeito à Directiva Nitratos, concluído.

Portanto, não estarão em causa, certamente, os direitos dos nossos produtores, nomeadamente quanto ao pagamento de ajudas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A formação em sala não é suficiente.

Nós conhecemos a grande aversão que os agricultores têm aos papéis e que são inundados diariamente com uma grande complexidade burocrática. Isto é uma evidência e quanto a isto não há que dizer que não.

Portanto, são cada vez mais papéis e cada vez mais se tornam difíceis de ler e compreender as próprias medidas.

Mas não é só em relação aos agricultores. Quero-lhe também referir em relação aos técnicos. Por vezes é preciso ter tacto e sensibilidade para lidar com este público e não existe.

Recorde-se, por exemplo, que nós tivemos um problema bastante grave com um controlo em que os técnicos identificaram um silo de trincheira como sendo uma cova de lixo. Isto é só um exemplo de muitas situações de controlo que são vistas pelos técnicos de um modo diferente e há outras situações em que tudo indicava que era possível fazer determinada tarefa, ou actuar em determinado meio e usar determinado método agrícola, e depois no controlo já não é possível.

Tenho que reconhecer que tem havido autuações em relação a isso. É verdade. Mas tem havido reprimendas (uma primeira reprimenda, ficam avisados para uma segunda).

Não é necessário haver primeiras e segundas reprimendas. Tem que haver é um esclarecimento cabal e eficaz, uma linha de comunicabilidade suficiente e extremamente ampla para que o agricultor perceba o que é que é possível ou não fazer.

Nós não podemos fazer barreira contra essas situações e acho muito bem que, nos Açores, se preserve o meio ambiente, agora é preciso não esquecer que os Açores são o misto desta condicionalidade, deste meio natural em que tem que co-existir uma actividade agrícola, uma actividade económica, ou seja, virada para o lucro e não uma actividade limitada, constantemente limitada por práticas ambientais que, por vezes, não são as mais adequadas à nossa agricultura.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à especialidade.

Não havendo oposição da câmara, vamos debater e votar simultaneamente os artigos deste diploma.

Está aberto o debate para os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º, incluindo os anexos.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos postos à votação, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos e os anexos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Resolução – “Por um melhor POSEIMA Agrícola”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentar a proposta tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

**Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando se pensa na agricultura Açoriana não se pode fazê-lo sem se encararem, desde logo, as suas especificidades e o meio físico onde se desenvolve.

Um terreno fragmentado em nove ilhas de dimensões diversas, umas maiores do que as outras mas todas muito pequenas, com uma orografia muito acidentada, acessos difíceis, tudo sujeito a um clima que está longe de ser calmo e ameno.

Por isso as mudanças no programa POSEIMA são difíceis e requerem grande ponderação.

Este programa surge como um instrumento legislativo que permite fazer face ao afastamento e à insularidade das regiões ultraperiféricas dos Açores e da Madeira.

Surge com ajudas às produções locais, a franquia das 73 mil toneladas de leite, e as ajudas estruturais. No aprovisionamento fazer chegar às Regiões cereais forrageiros a preços Mundiais.

Na sua génese, possibilita que, por via de apoios específicos e excepcionais a estas regiões, se rompa a desigualdade social com a restante sociedade europeia, o que se materializa por meio de uma parcial abolição de determinados constrangimentos geográficos de carácter perpétuo como seja a suplementariedade do custo dos transportes.

Trata-se de um reconhecimento da nossa diferença que tem de ser aperfeiçoado.

Com a última reforma da Política Agrícola Comum e toda a sua mudança de filosofia a Comissão Europeia prepara-se para alargar alguns princípios estabelecidos nesta reforma aos POSEI - Agricultura.

Neste sentido, a Comissão irá regulamentar uma maior flexibilidade de apoio dos POSEI dentro de um tecto financeiro estabelecido.

Esta atitude possibilitará às Regiões ultraperiféricas terem, por exemplo, uma maior influência na programação anual, permitindo uma melhor adaptação das medidas de apoio e a sua melhor adequação à realidade. Isto significa que a Comissão entregará aos Açores a capacidade de elaboração de uma proposta de programa de apoio às produções agrícolas locais.

Pela primeira vez, nós temos a liberdade de fabricar integralmente a nossa estratégia de apoio.

Urge, deste modo aos Açores saberem aproveitar eficazmente esta autonomia para apresentarem um planeamento de ajuda financeira, que seja apropriado aos novos tempos. A oportunidade é bem vinda para a Região.

Ademais, sendo revisto de 5 em 5 anos, só teremos uma nova revisão quantitativa e qualitativa do POSEI para 2012/2013.

Nesta consequência e das várias benesses que o POSEIMA consagra algumas requerem uma viva adaptação para melhor servirem os sectores que são alvo e outras deverão nascer para cobrir as novas necessidades produtivas. É, pois, crucial rever-se montantes, complementos de apoio regional e assegurar-se outros.

Genericamente, o grande desafio da modificação deste programa passa pelo saber aprofundar as suas vertentes de acção: O regime específico de abastecimento e o apoio às produções locais, de modo a permitir uma maior compensação das desvantagens ligadas às condições de afastamento e insularidade.

Por outro lado, as eventuais alterações terão de ser igualmente um ponto de encontro com a nova Política Agrícola Comum, com uma fisionomia virada para a sua agropolítica e em concreto para o Desenvolvimento Rural.

Trata-se de firmar um compromisso com a política da Europa para um futuro melhor para a Agricultura Açoriana onde o ponto de partida para a competitividade seja uma igualdade dentro e fora da Europa Unida. Tenhamos habilidade e agilidade suficientes para usufruir da liberdade dada pela Comissão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Das várias alterações que tem de acontecer neste programa, somos da opinião que não podemos deixar cair os complementos aos prémios, no sector da carne de bovino, manter ajudas à produção local, o sector leiteiro deve ser revisto e mantida a centralidade na “vaca leiteira”. Defendemos sistemas eficazes de produção horto-fruti-floricola também direccionados ao mercado local.

É também consistente estudar-se um conjunto de produtos, de importância estratégica e fundamentais para o desenvolvimento da Região, para serem apoiados na sua exportação.

Finalmente, julgamos que a utilização das novas possibilidades legislativas que irão ser colocadas a esta Região, devem resultar de um esforço conjunto, também da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para efectivarmos um POSEIMA-Agricultura mais proveitoso para os próximos cinco anos, visto a Região não ter sabido servir-se eficazmente do actual, como acontece com os artigos 7º e 26º do presente regulamento, que poderia ter constituído uma preciosa colaboração financeira de apoio ao progresso desta Região. O Governo Regional não esgotou as possibilidades financeiras colocadas ao seu dispor por este programa.

Disse.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabemos e de acordo com a proposta da Comissão, a revisão do POSEIMA assenta em dois pressupostos: por um lado, numa maior flexibilidade e, por outro, na estabilidade orçamental.

Relativamente às questões orçamentais não vou fazer nenhuma referência, uma vez que ainda há pouco acabámos de aprovar uma Resolução que dá enfoque a essa matéria.

Quanto à maior flexibilidade, aí, sim, vale a pena tecer alguns comentários já que nessa segunda fase e depois de definido o envelope financeiro a Região terá um papel activo muito importante na elaboração de programas específicos de apoio às necessidades que entender ser necessárias apoiar a bem do nosso desenvolvimento.

Não se trata de fabricar integralmente a nossa estratégia na medida em que, e só seria rigorosamente verdade, se fossemos nós a definir o envelope financeiro. Vamos tentar que ele seja o melhor possível, mas não somos nós que o vamos definir. Portanto, trata-se apenas de fabricar parcialmente dentro das medidas do possível a nossa estratégia de desenvolvimento.

Por outro lado, e ainda no âmbito do preâmbulo, há aqui uma outra imprecisão quando se afirma que o ponto de partida para a competitividade seja uma igualdade dentro e fora da Europa unida.

O ponto de partida não é uma igualdade. O ponto de partida é exactamente a diferença...

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... e é exactamente por isso que o POSEIMA propõe medidas diferentes para regiões diferentes.

Por outro lado, e referimo-nos em concreto àquilo que é o objecto da proposta, no seu ponto 1, o que se propõe é que se recomende à Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que acompanhe a formulação das propostas da Região.

Nós consideramos que este ponto 1 não faz qualquer sentido, já que no âmbito das competências da Comissão de Economia está claramente a agricultura.

Não há memória nesta casa de que alguma vez uma Comissão Permanente tenha deixado de exercer as suas competências e a sua fiscalização sobre aquilo que são as propostas e a actividade do Governo. Portanto, não faz sentido recomendar a uma comissão que faça aquilo que é a sua obrigação. Naturalmente a Comissão de Economia também fará a sua obrigação sobre esta matéria. Desde logo, havendo dúvidas, há diferentes formas dos deputados terem acesso à informação, e uma que dissemos que seria possível, seria a convocação para a reunião da Comissão de Economia do Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, que nos prestará todos estes esclarecimentos.

De resto, dissemos logo, que estaríamos abertos a isso e que isso teria a nossa concordância, mas esse não foi o sentido dado a esta questão pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Relativamente à elaboração de um relatório sumário da aplicação do actual POSEIMA, é bom que fique claro que há matérias que são do âmbito desta casa, matérias claramente legislativas, e há matérias que são claramente competência e que estão no âmbito do executivo. Portanto, não as devemos misturar.



Elaborar os relatórios da aplicação do actual POSEIMA é uma competência que é claramente do executivo. Todos nós teremos acesso a esses relatórios, queremos conhecê-los, temos forma de termos acesso a eles e temos forma de os pedir logo que estejam elaborados pelo executivo.

Portanto, o objecto desta proposta, no que se refere a estes dois pontos, no nosso entender, não faz qualquer sentido e, por isso, nós não estamos de acordo com ele.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente, que isto não faz sentido na vossa perspectiva. Se não fizesse sentido na nossa perspectiva, não tínhamos entregado esta Proposta da Resolução.

Nós estamos a falar de um programa, de um convite que vai ser formulado, que permite descentralizar as decisões. Pela primeira vez vamos ter capacidade de decisão.

Também permite derrogações, auxílios estatais da Região, ou seja, dá-nos uma liberdade de decisão.

No fundo, o que é que está aqui a acontecer?

Se, por um lado, em todos os outros fundos comunitários, nós temos capacidade de influência, aqui nós temos capacidade de decisão. Nós já chegámos ao fim, ou seja, já podemos decidir sobre aquilo que queremos apoiar. Isto é, no fundo, aquilo que o relatório, quando for objecto de regulamento, vai fazer em relação aos Açores.

Em relação à estabilidade orçamental deixe-me dizer que o relatório da Comissão sobre as regiões ultraperiféricas, e que serve também para a elaboração de um anexo para as perspectivas financeiras 2007/2013, não contempla as verbas do FEOGA-Garantia, ou seja, não contempla o POSEIMA. Portanto, isto não foi votado nesta sala.

O ponto de partida é a equidade social e económica dos cidadãos desta Europa unida. Evidentemente que é.

Se o ponto de partida é este, nós encontramos diferenças. Então temos que encontrar instrumentos que amortecem esta diferença e esta diferença é amortecida por este instrumento específico que é diferente para regiões diferentes como a nossa, caracterizada pelo afastamento, a insularidade, a dispersão, a sua pequena dimensão e o seu pouco volume populacional.

Evidentemente que, tendo isso em conta, nós não achamos que esta nossa proposta não tem cabimento. Ela insere-se num acto de fiscalização, mais em pormenor, de uma coisa que a Região vai ter capacidade de decisão.

Então não é esta casa suprema, esta Casa Mãe, que deve acompanhar estas propostas?

Não é uma atitude açoriana que está em causa?

Não é a elaboração de uma estratégia açoriana em que deve haver consensos, debate?

Não deve a Comissão de Economia acompanhar, à partida, a elaboração deste programa? Ou vai acompanhar no sexto mês, isto é, depois do programa ter sido entregue à Comissão?

Eu não vejo a diferença.

Se V. Exa. vê diferença, deixe-me lembrar que foi aprovado por unanimidade, em 18 de Março de 2004, uma Resolução da Assembleia Legislativa, apresentada pelo PCP, sobre matérias de interesse regional na Revisão do Tratado da União Europeia. Eu tive o cuidado de ler o relatório, tive o cuidado de ler a proposta e ela foi aprovada por unanimidade.

Comparando com esta proposta, a conclusão a que eu posso chegar é que há dois pesos e duas medidas. A balança que pesa não tem o mesmo peso que pesa esta proposta.

Será que o Grupo Parlamentar do PCP, por ser mais reduzido, não provoca danos, não provoca visibilidade e por vir da nossa parte é um problema?

Eu não vejo diferenças entre aquela que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, que é um assunto de interesse regional, e aquela que nós estamos a apresentar.

Nós estamos a pedir que sejamos mais interventivos, que possamos acompanhar pormenorizadamente. Isso não significa que vamos acompanhar do mesmo modo que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas o irá fazer.

Podemos fazer de um nível mais superior, mas não deixaremos de estar atentos, não deixaremos de dar atenção, não deixaremos de ser perspicazes, não deixaremos de dar a nossa opinião a cada momento em relação a isso.

Portanto, nós achamos que a nossa proposta tem fundamento devido a essas questões.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(\*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a analisar uma proposta que tem por base a proposta da Comissão para a revisão do Regulamento do Conselho, relativamente ao POSEIMA.

Esta proposta, nesta fase, encontra-se claramente numa fase europeia.

Nesta fase europeia o Governo Regional já tomou as suas considerações sobre a proposta de regulamento que tem alguns problemas para a Região, nomeadamente no que concerne à SINAGA.

O que era de esperar nesta fase era que, tal como a proposta anterior que apoiou a proposta da Comissão relativamente às matérias europeias, aparecesse nesta fase uma proposta que apoiasse também as medidas que o Governo Regional propôs para a revisão da proposta da Comissão.

Seria de esperar essa preocupação da vossa parte. Mas como isso seria apoiar as posições do Governo Regional, enfim, não tiveram nessa disposição, como também é habitual nesta câmara.

Passaram à fase seguinte, à fase nacional. Ou seja, depois de aprovado o regulamento, haverá um programa da competência nacional que será presente à Comissão, ou ao Conselho, e nessa fase o Governo Regional, em conjunto com os parceiros sociais, fará consubstanciar a fase da proposta que diz respeito às medidas para as nossas produções locais.

Quanto a essa fase, já houve neste momento algumas reuniões preparatórias e ela está em seguimento.

A Comissão vai acompanhar todos estes processos como, aliás, estatutariamente isso é possível.

Portanto, não há aqui nenhuma demissão. O que não existe aqui é a possibilidade de, neste momento, dar passos fora de tempo; não há a disponibilidade de fazer as coisas como V. Exas. pretendem, porque não há essa necessidade, porque o quadro regulamentar assim permite fazer dentro da normalidade de funcionamento.

Portanto, mesmo quanto às questões de financiamento aqui levantadas, e que são levantadas embora não directamente na proposta, eu lembro que o documento da Comissão já as tem consideradas por base.

Portanto, para aquilo que é possível, digamos assim, no apoio às produções locais, a preocupação das verbas e a não aplicação dos artigos 7º e 26º, que penso eu que será muito bem explicada daqui a pouco, não compromete de maneira nenhuma os montantes que estão em causa para o financiamento do programa, porque essa aplicação, nos capítulos das produções locais, será feita pelos limites máximos teóricos que eram já aplicados no presente programa.

Portanto, também por aí há pressupostos na vossa proposta que não se confirmam, que se desvirtuam e que são um pouco desadequados, pelo menos no espírito que nós temos no momento, para a proposta de revisão do Regulamento do POSEIMA.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que aqui está em análise, no meu entender, contém objectivos totalmente descabidos e considerações totalmente infundadas.

Como é sabido, a origem dos regimes de apoio do POSEIMA remontam a 1991/92 e o POSEIMA tem demonstrado alguma eficácia a dois níveis: ao nível da promoção da agricultura das regiões ultraperiféricas e ao nível do abastecimento de produtos agrícolas às regiões ultraperiféricas.

A gestão dos regimes de apoio à agricultura nessas regiões tem-se caracterizado, no entanto, por uma grande rigidez, quer no regime especial de abastecimento, quer no apoio às produções locais que estão, aliás, divididas em 56 micro-acções estabelecidas em diversos regulamentos do conselho e sujeitas a procedimentos burocráticos e inter-institucionais de alguma complexidade.

Essa complexidade e essa rigidez que foram evidenciadas na execução do POSEIMA é que determinaram a mudança da filosofia do apoio às regiões ultraperiféricas, aconselhando uma nova metodologia no sentido de trazer à participação da tomada de decisão as regiões ultraperiféricas e à adaptação às especificidades que elas apresentam.

A proposta do Conselho prevê duas questões fundamentais, como também já aqui foi referido:

- o plafondamento das fontes de financiamento e da sua intensidade, o que significa que não vamos poder dizer que apoiamos tudo o que queremos, porque a Comissão impõe determinado tecto;

- a apresentação por parte do Estado-Membro, através das regiões ultraperiféricas, de programas, quer quanto ao regime especial de abastecimentos, quer quanto ao apoio às produções locais.

No que respeita ao apoio às produções locais, devemos sempre acautelar, por exemplo – e é isso que devemos ter em atenção hoje:

- as questões relativas à derrogação do cultivo das castas dos produtores directos até 2013, como aliás está previsto no nº 2 do artigo 19º;

- o mecanismo previsto no nº 2 relativamente às aleitantes que também deveria ser aplicável a ovinos e caprinos;

- as derrogações do artigo 16º relativamente ao desenvolvimento rural para o período de programação 2007/2013;

- e devíamos ter uma referência expressa de salvaguarda àqueles que são os interesses da Região Autónoma dos Açores na reforma da OCM quanto ao tabaco e ao açúcar.

Não vejo, nessa matéria, nenhuma preocupação. Vejo apenas preocupações quanto aos programas a apresentar, quando ainda não está sequer assegurada nem aprovada a própria proposta.

Eu acho que se devia discutir e devíamos fazer força para que estas questões preocupantes da proposta tivessem da parte dos partidos aqui representados essa preocupação.

No que respeita ao regime especial de abastecimento, deveríamos acautelar, por exemplo, o cálculo da média das expedições tradicionais, devíamos ter preocupações quanto à definição dos períodos que servem para essa definição.

No que respeita ao tecto, ao limite orçamental, apesar da perspectiva de plafonar os montantes a locados a este programa, devíamos ter em consideração, por exemplo, que esse plafondamento condiciona a ajuda, nomeadamente à disponibilidade financeira existente, aos custos adicionais crescentes dos transportes, ao crescimento dos preços do mercado mundial e que tudo isto condiciona, como é evidente, o apoio aos nossos produtores. Esta preocupação também está ausente desta proposta.

O que esta proposta visa é outra questão.

Tal como de manhã falámos nas questões que dizem respeito à IGP, aqui também estamos preocupados naquilo que o Governo vai fazer relativamente aos programas a apresentar, só que nós não iremos fazer a apresentação de programas nessa matéria de uma forma desleixada e inconsequente, como houve no passado.

Como de manhã falámos exactamente nas questões da IGP, queria só lembrar que o regulamento ao abrigo do qual podiam ter sido criadas Identificações Geográficas Protegidas é o Regulamento 2081/92 e só em 2001 é que tivemos a IGP para a carne açoriana.

Portanto, não vamos demorar todo esse tempo que se demorou no passado relativamente aos programas aqui apresentados, porque a própria proposta prevê que esses programas sejam apresentados nos seis meses seguintes à sua aprovação.

O que a proposta do PSD deveria ter como preocupação era a proposta do Conselho e as questões que aqui anunciei, porque sem esta proposta, aí, sim, ficam condicionados os programas a apresentar ao programa.

O programa a apresentar dependerá mais do parecer, do empenhamento e do contributo dos nossos produtores e das suas organizações de produtores, porque é

para eles que estes programas se destinam, e menos, muito menos, a qualquer parecer mais ou menos destinado a qualquer protagonismo político de ocasião.

Portanto, nesta medida julgo que todos devemos estar preocupados com a apresentação da proposta da Comissão, a correcção daqueles elementos que nós consideramos que representam alguma perspectiva de estrangulamento de algumas unidades produtivas regionais, nomeadamente nas agro-indústrias e na SINAGA, em particular, e menos no propósito propagandístico de andarmos aqui a ver quais são os programas que se fazem, que jeito é que se dá, porque esses programas destinam-se aos nossos produtores e, em primeira mão, é com eles que temos que discutir.

Quanto às infundadas considerações que a proposta contempla, eu fui confrontado, nas primeiras reuniões da Assembleia que tive o prazer de participar, com a invocação do artigo 26º do POSEIMA e muitas vezes se fala nesse artigo.

Certamente que a bancada do PSD, porque até tem juristas com mérito, poderia ler o artigo 7º, saber que ele faz parte de um conjunto de artigos, que está submetido a uma secção, que não está isolado, e deviam saber o que é que contém esse artigo e o que é que ele representa do ponto de vista de volume e de importância na nossa região.

Relativamente ao artigo 26º, queremos sempre fazer barulho por alguma coisa e queremos saber menos o que é que foi feito.

Recorrentemente se tem falado que não aproveitamos o que dispõe o artigo 26º do POSEIMA.

A propósito disso e para ver se não há mais confusões sobre essa matéria, eu queria dizer que, como sabem, este POSEIMA entrou em vigor (o período de transição foi 2001/2002) e no princípio de 2003 o Governo Regional apresentou ao Ministério da Agricultura uma proposta de programa global de apoio ao sector pecuário e dos produtos lácteos dos Açores, de acordo com o artigo 26º do Regulamento 14/53/2001 – POSEI.

Este programa que aqui tenho cópia, foi enviado ao Ministério e, desde o princípio de 2003 até hoje, o Ministério não deu resposta.

A fim de avivar a memória do Ministério, porque às vezes não gostamos que essas coisas fiquem esquecidas, em 2004 mandou-se umas notas sugerindo algumas alterações ao programa mandado no início de 2003 e esta nova comunicação ao Ministério da Agricultura também não teve qualquer resposta.

Portanto, quando aqui se invoca recorrentemente que a Região não sabe aproveitar os mecanismos que tem à sua disposição, primeiro os Srs. Deputados deviam perguntar se alguma coisa foi feita para aproveitar ou não esses mecanismos.

Portanto, deixem cair o artigo 26º do vosso argumentário, porque também aqui não há qualquer fundamento para a sua invocação.

Obrigado.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro** (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente todas as intervenções, nomeadamente a do Sr. Secretário. O Sr. Secretário vai-me desculpar, mas foi com muita preocupação que ouvi algumas das suas afirmações políticas, nomeadamente que do programa a elaborar estava muito

mais interessado em relação ao parecer das associações e dos parceiros sociais do que propriamente das iniciativas dos partidos ou desta Assembleia, tendo usado até um termo de menor consideração.

O Sr. Secretário compreenderá o meu ponto de situação política, porque nesta Casa, “cada macaco no seu galho” e o macaco principal desta casa são os 52 deputados eleitos.

O Governo depende politicamente desta Assembleia e acho que devemos fazer todos um esforço muito grande para nunca desconsiderarmos o papel, o peso e a função primeira e decisória deste Parlamento, independentemente da iniciativa ser da oposição, ser da situação, ser incómoda ou não. É uma questão de princípio e enquanto membros desta Assembleia, o Sr. Secretário compreenderá, é nossa obrigação zelar sistematicamente por essa deferência, compreendendo também, e digo isto com toda a sinceridade, o papel e a atenção que o executivo dá e deve dar em questões que têm uma componente técnica muito forte aos parceiros sociais, mas não é isso que está em causa.

Nós compreendemos o trabalho íntimo, e quanto mais íntimo melhor, da Secretaria Regional relativamente aos produtores e à associação. Agora, nunca, por nunca, se pode desvalorizar ou até generalizar, mesmo que uma proposta possa ser menos feliz, e secundarizar o papel deste Parlamento.

Peço desculpa, mas é uma nota que, politicamente, em nome do meu partido, sinto a obrigação de fazer.

Relativamente às observações feitas, quero desde já dizer que o Grupo Parlamentar do CDS/PP está disponível para apoiar esta Proposta de Resolução.

Tivemos muito atentos aos argumentos aduzidos e até reconhecemos a seriedade e a honestidade política e técnica de muitos dos argumentos apresentados relativamente a esta proposta, quer os da sua defesa, quer os apresentados pela bancada do Partido Socialista e também os argumentos técnicos apresentados pelo Sr. Secretário Regional e pelo Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Posto isto, eu gostaria de colocar a seguinte questão:

A determinada altura fiquei com a sensação de que a principal crítica que era feita a esta iniciativa do Partido Social Democrata era, digamos, ter aparecido cedo demais, ou seja, há um assento muito forte de que estamos neste preciso momento numa fase do processo que está ainda situado na própria iniciativa da Comissão e a fase que a iniciativa do PSD pretende essencialmente salvaguardar é a de que o acompanhamento num dos seus pontos da proposta da Região só seguirá e terá lugar 6 meses depois do início do processo.

Ora, se o principal problema desta Proposta de Resolução é ser um bocadinho precoce, para isso há a *encubadora*, como existe em relação aos seres vivos.

Eu diria que isso teve em sede de Comissão e sob esse ponto de vista é metê-lo na *encubadora* e esperar dois ou três meses para ela ter a sua oportunidade e ter condições, passado esse tempo, de sobreviver pelos seus próprios meios.

Eu vi também algumas observações, que eu respeito, relativamente às Comissões Permanentes desta Assembleia, de que estas têm, à partida, a obrigação de zelar por tudo. Efectivamente têm e certamente que todos se esforcem para cumprir com essa obrigação.

Permitam-me também chamar a atenção para o seguinte:

É também norma, quando determinadas matérias, pelo seu impacto e dimensão, o justificam - eu já assisti e julgo que os deputados de todos os partidos e ainda há pouco foi salientada a postura da maioria do PS perante uma iniciativa do PCP e certamente já o fez em relação a iniciativas do CDS e outras - recomendar a uma Comissão...

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Encarregar!

**O Orador:** Ora, aí está uma mudança de termo. Eu por mim também achava bem o termo encarregar.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Exactamente!

**O Orador:** Eu não quero assumir as dores que não são minhas. O que eu quero é também, com esta discussão, contribuir para o meu próprio esclarecimento.

Mas, dizia eu, é normal e vamos assistir ao longo deste 4 anos, e é bom termos memória, a recomendações no sentido de que as Comissões Permanentes, no âmbito das suas áreas específicas, façam determinado estudo, fiscalizem mais intensamente isto ou aquilo, peçam um relatório, etc.

Foi sob este ponto de vista que o CDS/PP não viu nenhum inconveniente nessa iniciativa do Partido Social Democrata, embora reconheça que entre o vir cedo de mais ou vir fora de tempo, eu prefiro que seja um pouco antecipada, porque fora de tempo é que não tem remédio.

Portanto, nós vamos votar favoravelmente não é por vir do PSD, porque se viesse do PS o CDS/PP também votaria favoravelmente este tipo de proposta, com melhorias. Esta proposta foi apresentada em sede de Comissão e foi liminarmente chumbada e eu reconheço isso.

Se, porventura, a posição do PS fosse no sentido de dar viabilidade a esta proposta, naturalmente, e como é hábito no seio das comissões, teria introduzido algumas melhorias, algumas sugestões e alterações. Aliás, o Sr. Secretário Regional, com a sua experiência, já estava com a cabecinha a dar sugestões positivas para esta proposta.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Mesmo assim não se safa!

**O Orador:** Parece que esta proposta está condenada à nascença, mas a questão que nós queríamos pôr com acuidade era que não víamos, pela parte do CDS/PP, nenhum mal, nem a dignidade das Comissões desta Assembleia era posta em causa e podia ser útil dar uma prioridade e um agendamento, que julgo que é parte do espírito da iniciativa, prioritário a esta matéria, até porque temos o privilégio dos deputados europeus e julgo que qualquer um deles terá grande protagonismo nesta matéria que actualmente já tem no seu acompanhamento e terá no futuro, porque há sempre uma ligação muito forte entre os deputados europeus, oriundos dos Açores, e esta Assembleia.

Portanto, o que nós dizemos é que vamos votar a favor desta Proposta de Resolução e acho que a Assembleia não perdia nada se isso fosse aprovado e até, no âmbito da Comissão, a calendarização dos trabalhos que aqui são sugeridos, no nosso modesto entendimento, seria adequada às necessidades.

Por outro lado, o ponto 2 chama a atenção para a necessidade de se apresentar um relatório sumário da avaliação da aplicação do actual POSEIMA.

Que eu saiba esse documento não existe, pelo menos, actualizado, embora o Governo tenha, certamente, informação sobre esta matéria.

É uma sugestão que me parece positiva da Comissão, não directamente pelos seus próprios meios, porque temos limitações próprias, mas junto do Governo no sentido de atingir esse desiderato.

O Sr. Secretário, de forma muito clara, apontou aqui e até enumerou um conjunto de problemas sérios que se põem à Região nesta fase do processo. Esses problemas existem e foram detectados, também na sequência da própria experiência de aplicação do POSEIMA nestes últimos anos.

Portanto, é também da própria aplicação do POSEIMA e da avaliação dos seus resultados que permite, em consciência, melhor avaliar o que é que é preciso acautelar ou não nesta fase do processo.

Penso que é assim sob o ponto de vista metodológico e se assim fosse, por exemplo, mais uma razão para que o Parlamento tivesse actualizado um relatório em relação à actualização do POSEIMA.

Pode não ser perfeita e certamente não o será, mas vemos aspectos positivos.

Se ela fosse apresentada daqui a um ou dois meses, talvez não perdesse grande oportunidade.

Foi apresentada agora e vai receber, pela parte do CDS/PP, o seu voto favorável

**Presidente:** Eu pretendia que este ponto fosse debatido antes de irmos para intervalo, mas não é possível, porque já temos mais 5 Srs. Deputados inscritos.

Assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

Pedia aos Srs. Membros da Mesa que me acompanhassem, porque temos um compromisso com a conta.

*(Eram 17 horas e 45 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

*(Eram 18 horas e 40 minutos)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois da toada morna que foi tentada imprimir ao debate da parte do Grupo Parlamentar do PS e do Governo, naquilo a que na gíria futebolística se chama adormecer o jogo para não passar muito daqui; depois do adormecimento do intervalo, permitam-me que coloque aqui algumas questões no sentido de, exactamente, pôr no devido local aquilo que está aqui em discussão.

Está aqui em discussão um programa da importância do POSEIMA, como foi identificado na apresentação da proposta, que é decisivo para a nossa actividade sócio-económica que tem a característica especial de, pela primeira vez, os Açores terem a oportunidade de contribuir activamente para a definição dos tipos de apoios no âmbito da política agrícola europeia no que concerne aos Açores e toda esta importância é que deve ser realçada. É isto que está em causa, nem mais nem menos.

O que é que o PSD pretendeu com a Proposta de Resolução que apresentou?

Também ao contrário daquilo que o PS quis fazer crer, ao contrário daquilo que o Governo tentou iludir, o que o PSD quis com a apresentação da Proposta de



Resolução não foi nem mais nem menos do que isto: que a Comissão de Economia acompanhasse as propostas relativamente a este programa, que fosse feito o relatório relativamente à situação actual do Programa POSEIMA e que fosse dado um parecer relativamente à proposta a apresentar. Nem mais nem menos do que isto e o PS entende que não, entende que a Assembleia não se deve preocupar com o tal problema da antecedência e vai votar contra.

O que está aqui em causa é que a Proposta de Resolução tem apenas por objecto as três questões seguintes: o acompanhamento da proposta da Região, o relatório sobre a situação actual e o parecer sobre o futuro.

E a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tendo a oportunidade de conhecer o presente de um programa importantíssimo como o POSEIMA, tendo a oportunidade de contribuir para o futuro deste Programa, tendo a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento dos Açores, assumidamente omite a sua participação sobre um programa importantíssimo para a vida dos açorianos.

Depois assistimos aqui àquilo que é a grande contradição do PS em todo este processo e permitam-me que diga que um Grupo Parlamentar com 31 deputados, com maioria absoluta e com um Governo, não se percebe tanto ziguezague, tanta contradição, quando dizem que não faz nenhum sentido que haja um relatório numa comissão sobre o POSEIMA.

Ainda há pouco tempo fundamentavam as suas posições de ataque ao PSD com o relatório numa comissão sobre a saúde.

Depois é a incoerência que ouvimos aqui durante estes dias, quando dizem que nós só falamos mal e que nunca apresentamos propostas, mas quando apresentamos uma proposta concreta os senhores não querem, não aceitam.

Os senhores caíam na realidade de perceber o que é que está em causa, perceber quais são as vossas contradições e, sobretudo, perceber que isto é importante para a Região.

Esta proposta não fica em nada diminuída por ser apresentada pelo PSD. O prejuízo desta proposta não é ser apresentada pelo PSD.

Ainda terça-feira, no início dos nossos trabalhos, ouvimos o Sr. Vice-Presidente do Governo assumir a importância da participação dos parlamentos regionais no processo europeu, no futuro dos fundos comunitários da Europa. Este discurso hoje, na prática, não é cumprido.

O PS teve a oportunidade de ser coerente, mas é só contradições, o Vice-Presidente diz uma coisa, o PS faz outra, mas a contradição ainda é mais grave, mais preocupante quando ainda hoje foi aprovada, por unanimidade, uma Proposta de Resolução relativamente à participação dos Parlamentos Regionais no processo de construção europeia, apresentada pelo Partido Socialista.

Hoje temos a oportunidade concreta de concretizarmos aquilo que foi aprovado por esta casa e cumprir aquilo que são as deliberações da Assembleia e os senhores votam contra.

Faço lembrar, porque talvez os senhores não saibam em que é que votaram, que um dos considerandos da Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Socialista e aprovada por unanimidade, diz exactamente isto: "... que a mobilização das regiões no processo de construção europeia se consubstancia na pronúncia dos parlamentos regionais sobre as referidas propostas da Comissão".

Mas, se é importante para o Partido Socialista que os parlamentos regionais se pronunciem e participem, deixa de o ser quando é o PSD a apresentar uma proposta.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** É isto que está em causa e não tentemos iludir, não tentemos adormecer o jogo com questões técnicas de pormenor, importantes todas elas. O que está em causa é ficarmos a saber que o PS assumidamente não quer que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores acompanhe este processo; que o PS assumidamente não quer que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores faça um relatório sobre a situação actual do POSEIMA e que o PS não quer que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tenha um contributo prospectivo para o futuro dos Açores, neste âmbito especial da agricultura.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** É só isto que estamos aqui a discutir.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura, nesta confusão, acaba por lhe fugir a boca para a verdade quando diz: “É um problema de protagonismo”.

Eu não percebo como é que um partido, como o Partido Socialista, com maioria absoluta e com o Governo Regional, está assim tão ávido de protagonismo, na linguagem actual, super ávido de protagonismo. Só por essa razão rejeita as propostas sérias e responsáveis do Partido Social Democrata que quer cumprir o interesse dos Açores.

Se os senhores pensam que, votando contra uma proposta consciente e séria do PSD, vão com isso diminuir o PSD, não o vão fazer, mas sim diminuir o papel desta Assembleia, vão diminuir um programa importante como o POSEIMA e vão pôr em causa os interesses dos açorianos que dependem da actividade agrícola.

Se os senhores pensam também que com essa sua posição estão a desmotivar o PSD para apresentar propostas de resolução para em cada dia e a cada hora contribuir decisivamente para o futuro dos Açores, estão muito enganados.

De cabeça erguida vamos defender sempre e sempre aquilo que, de acordo com a nossa convicção, é o melhor para os Açores.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\*) Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começava por um ditado popular: “deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer”.

Se pensam que a nossa proposta peca por ser muito temperana, ela não peca por isto. Reparem que nós temos 6 meses para apresentar a nossa proposta e quando é que a Comissão vai ouvir as entidades responsáveis por isso? No 6º, 5º ou 4º mês, quando já for tarde? Este não vínculo à Comissão para que acompanhe, não isola aqui o Parlamento? Não dá um ar único e exclusivamente de pouca graça, como se costuma dizer? Não faz aqui um número supérfluo em relação ao Parlamento? Trata-se de ausentar a participação deste Parlamento neste processo.

Em relação ao preâmbulo disseram que havia coisas incorrectas. Digam qual é a parte que está incorrecta que eu quero responder.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Eu já disse duas.

**O Orador:** Eu já desfiz esse seu argumento que não é válido de maneira nenhuma. Diga uma coisa que não seja correcta no preâmbulo. Diga-me que eu respondo.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Não sabem. Votam contra só por votar.

**O Orador:** Em relação ao abastecimento do dinheiro para este programa diferente, evidentemente que nós já temos exemplos do passado e aquilo que está neste momento em matéria para ser regulamentado, pode não ser, de facto, aquilo que vai acontecer.

Vocês todos sabem que na reforma da PAC a proposta da Comissão foi extremamente tímida em relação àquilo que foi aprovado e que em 2002 foi aprovado o acordo franco-alemão que reduzia as despesas.

Nós não sabemos que vai haver aqui um corte pela não utilização dessas verbas.

Nós temos uma proposta do Conselho e da Comissão, mas não temos ainda a resposta da França nem da Alemanha que têm muita influência neste processo. Não tenhamos dúvidas em relação isto.

Portanto, não vale a pena dizer que o dinheiro está todo assegurado. Oxalá que assim fosse, mas esta não é a verdade. Nós estamos numa fase de preparação daquilo que vão ser as propostas.

Nós não falamos em relação à SINAGA, porque eu acho que o processo está a ser bem conduzido, Sr. Secretário, e tanto está a ser bem conduzido que o Parlamento Europeu já recusou esta proposta e, portanto, quando está bem nós reconhecemos e é isso que eu estou aqui a fazer, mas toda a outra fase está mal.

Eu perguntava ao Sr. Secretário que influência está o Governo a fazer junto de Bruxelas? Nesta fase alguma influência pode ser feita e penso que isso não está a acontecer. O senhor identifique-me qual é essa fase.

Em relação ao artigo 26º, de facto, não houve utilização.

Mas não entrando em muitos pormenores, pergunte ao seu governo de então por que é que não foi utilizado e não seguiu essa proposta? Por que é que houve, em parte, um recuo e substituição dessa proposta?

Na realidade o que temos aqui apurado é que o dinheiro não foi utilizado, mas houve culpas de dois governos em relação a isto. Se o senhor não sabe, fica a saber.

O senhor informe-se do porquê desta proposta não ter seguido em frente, para depois não vir dizer que a culpa foi só do Governo da República, porque não foi. Se quiser mais explicações sobre esta questão eu dou-lhas.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O que está aqui em causa, e já me apercebi disso, é o seguinte:

Os senhores têm medo de mostrar a vossa estratégia e a vossa forma de negociar com o sector produtivo, não querem evidenciar essa estratégia, não querem mostrar a forma de como a vão negociar.

Isso vai ser uma guerra muito difícil e nós estamos aqui para participar nessa guerra se os senhores quiserem, mas já nos apercebemos que não querem, querem esconder essa guerra.

Esta é, em profundidade, a grande questão que está aqui presente.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por citar, se calhar, uma disposição esquecida, neste debate, do Estatuto Político-Administrativo da Região, o artigo 32º. Vou lembrar aquilo que os Srs. Deputados da maioria pelos vistos esquecem:

“Competência de fiscalização

Compete à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no exercício de funções de fiscalização:

e) fiscalizar a aplicação dos fundos estruturais na Região e de outros programas comunitários de âmbito regional ou de âmbito nacional com incidência na Região.”

Isto está no Estatuto.

Aquilo que esta Proposta de Resolução visa é exactamente isto: permitir que esta Assembleia Legislativa possa cumprir cabalmente as suas funções de ente fiscalizador da actividade do Governo numa matéria sensível para a Região, numa matéria importante para o desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O que está aqui em jogo, perante a matéria do POSEIMA, é uma concepção quanto à competência de fiscalização desta Assembleia.

Nós vivemos nos Açores num regime parlamentar em que a Assembleia fiscaliza o Governo e o Governo responde politicamente perante este Parlamento e nós, Grupo Parlamentar do PSD, queremos tirar todas as consequências das competências de fiscalização da Assembleia e também do modelo de fiscalização que está inscrito no Estatuto e do sistema parlamentar que vivemos nos Açores.

Esta concepção não é partilhada, pelos vistos, pela maioria que apoia o Governo que, com o comportamento que aqui demonstrou hoje e já indiciou desde o início desta legislatura, quer transformar esta Assembleia apenas no notário do Governo e isso não permitimos, não pactuamos com isso, porque esta não é a nossa visão do papel da Assembleia e esta não é a nossa visão do sistema de governo dos Açores.

Não estamos apenas a discutir o POSEIMA, estamos a discutir, de facto e verdadeiramente, o papel fiscalizador desta Assembleia sobre a actuação e actos do Governo e, em particular, de matérias que têm a ver com a política comunitária e que afectam a vida de tantos e tantos açorianos.

Eu ainda não percebi, de facto, se a objecção de fundo do Partido Socialista é em relação à matéria deliberativa desta Proposta de Resolução, porque se o é, então digam concretamente onde é que estão as objecções, porque a bancada do PSD está na disposição de alterar os termos da sua Proposta de modo a que os senhores a possam aprovar.

Eu acho que este é um momento importante e é um momento de separação política das águas neste Parlamento.

Aquilo que se fizer aqui hoje vai marcar o vosso e o nosso comportamento enquanto órgão de fiscalização do Governo.

Aquilo que os senhores fizerem vai marcar para o futuro a vossa vontade de diálogo e a vossa vontade de dignificar este Parlamento, enquanto órgão de fiscalização do Governo Regional dos Açores.

O repto está lançado e como os reptos merecem resposta, eu e a bancada do PSD queremos ouvi-la, não do Governo, mas da maioria parlamentar e dos 31 deputados da maioria Socialista.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): E vai ouvi-la!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No meu entender a questão fulcral que se coloca é a questão de discutir a proposta da Comissão no que ela pode ter de positivo e no que ela pode ter ainda de angustiante para a Região nalguns aspectos, não tanto dos programas a apresentar para uso do POSEIMA, porque, como é sabido, parece-me que esses programas são da exclusiva competência do Governo Regional.

Não quis, com a minha intervenção de há pouco, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, desconsiderar, nem pouco, nem muito, os Srs. Deputados, muito menos esta casa.

Aliás, estou sempre disponível para prestar qualquer esclarecimento e informação que me peçam sobre esta ou outra qualquer matéria da área de competência da Secretaria Regional da Agricultura, inclusive para ir à Comissão tantas quantas vezes forem necessárias para esclarecer e informar sobre os programas que estão em elaboração.

O que eu quis apenas dizer, e repito, foi que os programas de utilização das verbas que o POSEIMA nos porá à disposição, são programas que dizem respeito aos agricultores e às suas organizações e têm que ser discutidos, falados e concertados com eles. É isso que temos feito ao longo dos últimos tempos e temos recolhido deles ensinamentos e preocupações várias que vão informar sobre os programas a apresentar.

Portanto, não se pode estar aqui a trazer à colação deste problema uma questão de acompanhar, dar parecer e coisas desse género, quando a questão primeira que temos a discutir é a questão da proposta da Comissão e do seu mérito, discutir alguns aspectos que nela são angustiantes ainda nalgumas coisas e não estarmos aqui a criar pareceres e questões prévias à programação que vai ser apresentada e que, no meu entender, tem que ter dos destinatários, o parecer prévio e meritório.

A questão da fiscalização da Assembleia relativamente aos actos do Governo, é evidente que é elementar e a fiscalização, como o senhor deputado sabe, não se trata de a fazer neste momento relativamente a programas que vão ser elaborados para serem presentes à Comissão Europeia e, portanto, não vejo qualquer sentido na proposta que apresentaram.

Era só isto.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir na parte referente a um conjunto de desafios que foram lançados aos entendimentos que da parte do Governo Regional se poderá ter em relação ao relacionamento com a Assembleia.

É com todo o gosto que, em nome do Governo, respondo a esses desafios.

Nós não estamos, ao contrário daquilo que querem fazer crer os Srs. Deputados da bancada do PSD, a discutir se esta Assembleia deve ou não deve fiscalizar o Governo. A discussão não é esta. A discussão é se o plenário resolve recomendar à Comissão de Economia que acompanhe a formulação das propostas da Região.

O que estamos a discutir aqui é se para o cabal efeito do trabalho da Comissão de Economia, esta deve apresentar um relatório sumário da avaliação da aplicação do actual POSEIMA e outro parecer relativamente ao novo programa a apresentar pela região. É isso que está em discussão e não está em discussão se a Assembleia deve ou não deve fiscalizar o Governo.

É importante que esta matéria fique perfeitamente esclarecida, porque na opinião do Governo Regional esta Proposta de Resolução não deve ser aprovada, porque aquilo que ela faz é consubstanciar a posição mais cómoda, a posição demonstrativa de incapacidade política e, em alguns casos, de incapacidade técnica para participar validamente neste debate que estamos a fazer sobre a revisão do POSEIMA.

Esta Proposta de Resolução do PSD prova exactamente isto e porquê? Porque a linha de argumentação que o PSD tem utilizado permite-nos descortinar aquilo que vem a seguir e o que vem a seguir é que o PSD não fará nada, não participará, não exercerá aquelas que são as suas competências, porquê? Porque o plenário e a maioria absoluta do Partido Socialista chumbaram a sua proposta, quando não é verdade que assim seja, nem tem que ser assim.

Nós estamos a assistir aqui a uma completa inversão daquilo que deve ser o papel justificativo em relação a esta matéria.

Os senhores querem colocar o Governo Regional na posição de justificar a sua posição a esta Proposta de Resolução.

**Deputado António Ventura (PSD):** É muito criativo!

**O Orador:** Desculpem lá, o Governo não tem que justificar a sua posição em relação a esta Proposta de Resolução. Quem tem que justificar aqui alguma coisa é o PSD.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** O senhor está enganado!

A pergunta foi dirigida ao Grupo Parlamentar do PS e não ao Governo.

**O Orador:** Das duas uma, ou fala o Sr. Deputado ou falo eu. Os dois ao mesmo tempo não dá!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Os apartes são permitidos regimentalmente.

**O Orador:** Isso não é aparte.

Quem tem que justificar aqui alguma coisa é o PSD e porquê? Porque o PSD pode pedir ao Secretário da Agricultura e Florestas que vá à Comissão explicar, mas não faz isso.

O PSD pode fazer um requerimento a pedir esclarecimentos sobre o POSEIMA. Já o fez, é um facto e tenho-o no meu gabinete para dar resposta ao PSD.

Qualquer deputado do PSD pode apresentar um relatório a este plenário sobre esta matéria, mas não é isso que o PSD faz.

A função de fiscalização que o PSD diz que está em causa nesta proposta, ela não existe, porque depende, em primeiro lugar, do trabalho que os Srs. Deputados, que têm esse entendimento, queiram realizar e, portanto, é o PSD que tem que justificar a razão pela qual considera que um deputado apresentar um relatório aqui dentro, chamar o Secretário Regional da Agricultura e Florestas à Comissão para prestar esclarecimentos, não é suficiente para exercer a função fiscalizadora do Governo.

A justificação, neste caso, está do vosso lado e não do lado do Governo Regional ou da maioria absoluta que o suporta.

Portanto, temos que deixar esta matéria perfeitamente clara sob pena de estarmos a confundir por completo quem deve explicar o quê.

Em segundo lugar, há efectivamente uma questão política aqui dentro e essa questão relacionada com esta de quem deve explicar e justificar o quê, é conforme disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro “cada macaco no seu galho”. Muito bem, Sr. Deputado! Se é certo que é “cada macaco no seu galho” no que diz respeito a funções de fiscalização, no que diz respeito a funções de acompanhar e de fiscalizar aquele que é o papel do Governo, o Sr. Deputado acha que é “cada macaco no seu galho” a Comissão dar parecer relativamente à proposta do Governo? Não, Sr. Deputado! Nesta matéria é “cada macaco no seu galho”, mas conforme as suas palavras, o macaco maior estará aqui deste lado.

Sobre este assunto, penso que estamos esclarecidos.

Há efectivamente um conjunto de erros nesta Proposta de Resolução e, sobretudo, um conjunto de erros em algumas das intervenções que foram aqui feitas, porque, em primeiro lugar, a Região não tem liberdade de decisão.

**Deputado António Ventura (PSD):** Tem sim senhor.

**O Orador:** Desculpe lá, a Região não vai decidir ou aprovar os programas. É diferente a Região ter liberdade de decisão e ter capacidade de propor o programa. Esta matéria já foi sobremaneira explicada pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Para concluir, Sr. Presidente, em relação a questões e a desafios políticos está esclarecido aquele que é o entendimento do Governo Regional.

O Governo Regional prestou, presta e prestará sempre a esta Assembleia os esclarecimentos que lhe forem solicitados, agora não podemos, dentro daquilo que é o nosso papel aqui dentro nesta árvore, é de forma nenhuma aceitar uma inversão completa daquilo que devem ser as regras de funcionamento e o papel de cada um desses órgãos, sob pretexto do PSD, por comodidade não querer exercer o seu papel de oposição dentro desta Assembleia.

Esta é a leitura política que resulta do discurso e da linha de raciocínio do PSD e porquê? Para depois vir dizer que, não fazendo nada, a culpa é do PS, porque não votou a sua Proposta de Resolução.

Sr. Deputado Pedro Gomes, leia o Regimento e vai ver que tem um conjunto de outros mecanismos para exercer a fiscalização do Governo que não propriamente esta Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\*) Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar um pouco mais atrás e depois passarei à sua acusação.

Na Comissão eu fui bem claro quando disse que, em relação ao acompanhamento, nós havíamos de discutir propostas do PSD, propostas do PS e ouvir o Governo.

O requerimento que nós entregámos para saber aquilo que foi gasto pelos apoios pecuárias, é a prova cabal de que queremos entregar uma proposta.

Isto só vem provar que nós não nos estamos a ausentar de nenhuma propostas nem nos estamos a esconder atrás do que quer que seja, ou seja, não aprovaram, então vamos só criticar. Não é verdade Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Os senhores entendam-se.

**O Orador:** O requerimento é a prova de que nós queremos saber quais são os fundos utilizados para podermos trilhar uma estratégia e um rumo para a agricultura. É tão simples quanto isto e não se trata de nos escondermos atrás de nada, antes pelo contrário, isto não vai invalidar a nossa apresentação de propostas em relação a esta questão.

Por outro lado, a NEWSLETTER, a nota informativa da Direcção Geral de Agricultura diz o seguinte:

“Estender a mão às regiões ultraperiféricas da união europeia.

O regulamento confere a estas regiões um poder substancialmente acrescido na tomada de decisões.

Haverá dispositivos de gestão simplificados, permitindo uma adaptação mais célere das medidas de apoio e a sua melhor adequação, para serem mais bem sintonizadas com as necessidades específicas das regiões ultraperiféricas.

São ilegíveis para apoio todos os produtos agrícolas.”

Acabou.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia de assumir aqui um lapso da minha parte que foi, tendo acusado o Sr. Secretário Regional, o Governo e a maioria de incoerência, cometi um lapso.

De facto, devo realçar aqui a coerência, a constância no tom de voz do Sr. Secretário Regional, porque, quer seja a acusar a oposição de não ter propostas, quer seja a acusar a oposição de votar contra tudo, quer seja a acusar a oposição de ter propostas, o tom de voz é sempre o mesmo.

Isto é uma coerência que deve ser realçada, conhecida e registada por esta Assembleia, porque o tom de voz normalmente não fica registado nos diários das sessões, mas para que se saiba, o Sr. Secretário acusa tanto a oposição de ter como não ter propostas, ...



**Deputado Nuno Tomé (PS):** Isso é importantíssimo!

**O Orador:** ... com o mesmo tom de voz, nessa teatrealidade que faz evidenciar que, no mundo em que vivemos, o tom é muitas vezes mais importante do que o conteúdo, porque no conteúdo a incoerência é a marca, na medida em que até agora sempre nos acusaram de nada fazer.

**Deputado Nuno Tomé (PS):** O senhor deve estar a ver o espelho de Santana Lopes!

**O Orador:** Já foi hoje lembrado aqui uma proposta do PCP sobre pescas, em que houve uma resolução aprovada por unanimidade.

Anteontem o Sr. Vice-Presidente pedia o contributo das Regiões e dos Parlamentos Regionais e hoje aprovámos uma resolução nesse sentido.

O que eu pergunto é se os senhores vão votar contra, porque não querem que a Assembleia acompanhe este processo. É por isso? Não!

Vão votar contra, porque não querem que a Assembleia faça um relatório sobre a actual situação do POSEIMA. É por isso que não querem?

Vão votar contra, porque não querem que a Assembleia dê um parecer sobre a proposta relativamente ao futuro POSEIMA. É por isso que não querem?

Se não é por nada disto, então assumam que é pura e simplesmente por aquilo que já dissemos: é porque a proposta é do PSD.

Os açorianos que votaram no PS tal como os açorianos que votaram no PSD e em todos os partidos, ninguém pensou que fosse determinado o futuro dos Açores apenas porque uns queriam e outros não queriam. Conscientemente todos querem, de facto, o melhor para os Açores.

O PSD não pode ter nenhum estigma por se chamar PSD e os Srs. devem perceber que neste momento são maioria, mas amanhã, se calhar, não são, como não o foram no passado, e este desrespeito pelas minorias, este desrespeito pelo Parlamento é o desrespeito que os senhores estão a assumir para consigo próprios, porque quem não se respeita a si próprio, não pode ser respeitado. Esse desrespeito pela Assembleia e pelo papel que ela pode tomar está a marcar, decisiva e infelizmente, a vossa actuação neste Parlamento.

Uma nota final de lamento pela governamentalização deste debate e pela governamentalização das decisões da maioria parlamentar do Partido Socialista. Governamentalização nas palavras do Sr. Secretário Regional que diz que é mais importante ouvir associações de produtores do que o papel desta Assembleia na decisão sobre matérias importantes para os Açores e governamentalização quando o Sr. Secretário Regional da Presidência e das relações com o Parlamento diz que, e cito: “A opinião do Governo é de não votar a favor da nossa proposta”. Foi o senhor que disse e a maioria vai na sequência da opinião do Governo.

**Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** É esta governamentalização, esta desconsideração e esta falta de dignificação da Assembleia que pomos em causa.

Conforme já foi referido pelo Sr. Deputado António Ventura, eu reafirmo aqui: a vossa decisão traz prejuízo para a Assembleia, traz prejuízo para a percepção que se possa ter sobre o programa POSEIMA. Na nossa opinião pode trazer prejuízo para os agricultores, mas com todos esses prejuízos, o PSD assume que, sem prejuízo de assumir sempre as suas posições, apresentará e contribuirá para, neste aspecto, como em todos os outros, dignificar sempre o papel da Assembleia.

É esta a nossa postura, quer os senhores queiram, quer não, quer seja esta ou não a vossa vontade. Vamos seguir por aqui, incomode-vos ou não.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Clélio Meneses, devo dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do PS está aqui num profundo e enorme dilema: não sabe se há-de concordar com o Governo que apoia ou se com o Grupo Parlamentar do PSD.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Como estão na mesma árvore, devem concordar.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** No mesmo ramo!

**O Orador:** Enfim, estamos a debater esta questão e havemos de chegar a alguma conclusão.

Por outro lado, gostava de lembrar ao Sr. Deputado que, neste caso, o seu tom de voz foi inversamente proporcional à razão, mas reconhecemos, porque temos que reconhecer, a boa intenção do Grupo Parlamentar do PSD ao propor o direito de propositura. Exerce-o e é, de facto, uma boa intenção.

Agora, também é um facto, que temos que reconhecer, o mau conteúdo da proposta. Não estamos a avaliar a intenção da proposta, mas o seu conteúdo.

É evidente que estas matérias que envolvem auscultação dos parceiros do sector por parte do Governo são matérias que estão claramente no âmbito da função executiva.

A fiscalização das acções do Governo nesta e noutras matérias são competência da Comissão que as vai exercer como sempre o tem feito. Se o que está aqui em causa é a fiscalização e o acompanhamento por parte da Comissão, isso não pode nem deve, em nenhum momento, ser posto em causa.

De facto, eu percebo e entendo as aspirações de algumas pessoas. Isso é perfeitamente compreensível e aceitável.

Agora, o Grupo Parlamentar do PSD querer-se substituir ao executivo, não é realista na medida em que não está e não foi mandatado para tal.

Eu percebo que isso seja um dilema, um trauma até para algumas pessoas, mas a verdade é que, tendo em conta o número de deputados que estão deste lado, o Grupo Parlamentar do PSD não está mandatado para tal.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não têm argumentos, têm é número. É a política do cilindro!

**O Orador:** Por outro lado, Srs. Deputados, se pensam que com isto queremos intimidar e acabar com PSD e o seu Grupo Parlamentar, fiquem descansados, porque para isso não precisam da nossa ajuda e nós queremos continuar a ter oposição.

Assim sendo, estando em causa o conteúdo desta propostas, ele não é aceitável, porque recomenda à Comissão questões que já são sua competência e recomenda outras que não são da sua competência e que a Comissão apenas tem o dever e a obrigação de fiscalizar e acompanhar, mas não de executar no âmbito daquilo que são as funções que estão adstritas às competências do Governo.

Por tudo isso, esta proposta não pode, em circunstância alguma, ter o nosso apoio e vai ter o nosso voto contra.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para uma última intervenção, pelo menos da minha parte, e que tem a ver com o seguinte:

Eu realmente hoje enganei-me mais uma vez.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não eram macacos.

**Deputado Maria José Duarte (PSD):** Não eram macacos, eram chimpanzés!

**O Orador:** Eu julgava que só depois da votação o PSD ia dizer que o chumbo desta proposta impedia a Assembleia de cumprir com a sua função. Afinal enganei-me e não foi preciso esperar pela votação, porque mesmo antes da votação o Sr. Deputado Clélio Meneses já disse que o chumbo desta proposta implica que a Assembleia não pode cumprir o seu papel.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Eu não disse isso.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Tem uma imaginação fértil!

**O Orador:** O Sr. Deputado Clélio Meneses fez um conjunto de perguntas em relação a esta matéria e sobretudo colocou uma questão que também me parece importante esclarecer e que tem a ver com a alegada contradição em que cairia o Governo quando apoiou ou pelo menos considerou positiva uma Proposta de Resolução deste Parlamento sobre a política regional e agora considera como negativa esta Proposta de Resolução.

Não há efectivamente contradição nenhuma e eu explico porquê, porque também me parece importante que fique registado esta contradição da contradição do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Não há nenhuma contradição por uma razão muito simples: é que a única forma deste Parlamento se pronunciar sobre o apoio às propostas da Comissão Europeia sobre política regional não é através de parecer da Comissão, não é através dum requerimento, não é através da chamada de um Secretário à Comissão, não é através da apresentação de um relatório individual, mas através daquela Proposta de Resolução que foi aqui aprovada, e muito bem, por unanimidade.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD - e lá estamos mais uma vez a cair na inversão dum alegado ónus da prova de justificar por que é que se quer esta Proposta de Resolução - não explicou ainda por que razão é que entende que este é que é o modelo certo e correcto de fazer esse acompanhamento e isto implicaria necessariamente explicar por que razão é que o PSD considera que, por exemplo, uma recomendação aqui apresentada não é a forma correcta de fazer esse acompanhamento?

Por que razão é que um relatório individual não é a forma correcta de fazer esse acompanhamento?

Por que razão é que a chamada de um Secretário à Comissão não é a forma correcta de fazer esse acompanhamento?

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Por que é que não é?

**O Orador:** Não, porque a regra não é vossa, ela está no Regimento.

Portanto, para uma excepção a esta regra, acho que toda esta casa, incluindo o Governo, merece uma justificação e essa justificação não foi dada. Essa justificação, receio eu, foi conscientemente omitida, porque só sendo conscientemente omitida é que permitiria fazer aquilo que nós acabamos de ouvir da boca do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Os maus da fita são sempre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Então quer dizer que vão votar a favor.

**O Orador:** Por último e para clarificar também da parte do Governo, de uma vez por todas, esta questão de Governo/maioria, maioria/Governo.

Eu não sei como é que funcionava no vosso tempo, mas no nosso tempo funciona como disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado e penso que isso explica tudo.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de tanto tempo de debate veio-me à mente aquela frase que clarifica muitas destas discussões, ou seja, só é esclarecido quem quer ser esclarecido, por muitas que sejam as razões daquele que tem vontade de esclarecer.

Sobre esta matéria podíamos ficar aqui mais duas, três ou quatro horas ou o tempo que fosse, que da parte do Governo, mais do Governo do que da parte do Grupo Parlamentar do PS, e isto sente-se pelo entusiasmo que o governo pôs neste debate, ao contrário da falta dele da parte do seu Grupo Parlamentar, sente-se que iam sempre encontrar malabarismos de raciocínio que de alguma forma tentassem iludir aquilo que está aqui em causa.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Devo dizer que o que está aqui em causa é que os deputados do PS, aceito que em consciência e convicção, vão votar contra uma proposta que queria, e repito, porque tem que ficar claro, que a Assembleia acompanhasse as propostas da Região sobre o POSEIMA.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Não apoiado!

**O Orador:** Vão votar contra, assumida e convictamente, uma proposta que queria que a Assembleia desse um parecer sobre esta matéria em termos futuros e que fizesse um relatório da avaliação do actual POSEIMA.

Que fique claro: o PS assumidamente está a votar contra isso.

O Governo, com mais entusiasmo, quer que seja isso que aconteça.

Não é essa a vontade do PSD.

Assumindo a nossa representatividade eleitoral, legítima e democrática, assumimos isso, obviamente, com a serenidade que a decisão da Assembleia determina, mas também é com a mesma serenidade, vontade e convicção que vamos continuar sempre este caminho por muito que fosse a vossa vontade em desmotivar o Grupo Parlamentar do PSD e em diminuir aquilo que na vossa própria deliberação na Comissão era o efeito reduzido desta nossa proposta.

A nossa proposta não ficou reduzida, muito menos o PSD, que sai daqui cada vez com mais vontade de seguir com aquilo que é o interesse dos açorianos e neste caso esse interesse era que o primeiro órgão da nossa autonomia também interviesse efectivamente sobre esta matéria de acordo com a nossa proposta, mas fá-lo-á sempre de acordo com aquilo que for determinado pela Assembleia.

*(Risos da Sra. Deputada Fernanda Mendes)*

A Sra. Deputada Fernanda Mendes sorri, mas não acabou de me ouvir.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Também tenho direito. Não é só desse lado.

**O Orador:** O que estou a dizer é que entendíamos que, de acordo com a nossa proposta, a Assembleia cumpria o seu papel, mas também entendemos que todos os contributos que possamos dar vão nesse sentido.

É este o nosso propósito. É isso que vamos fazer, desejando que nas próximas Propostas de Resolução ou Projectos de Decreto Legislativo Regional que o PSD apresente, as mesmas não tenham o fim desta, isto é: que sejam rejeitadas independentemente do valor do seu conteúdo, mas apenas pela simples circunstância de serem apresentadas pelo PSD.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para que fique registado e fique claro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai acompanhar de perto toda esta problemática do POSEIMA, que os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que integram a Comissão de Economia vão cumprir a sua obrigação como sempre têm feito, vão acompanhar o mais perto possível toda esta problemática e este problema, vão ouvir, sempre que entendam e que necessitem de esclarecimentos, quer fora, quer no âmbito da Comissão, o Sr. Secretário Regional as vezes que forem necessários e vão sempre, sempre, mas sempre cumprir as suas responsabilidades e acompanhar este processo com toda a regularidade e normalidade que ele merece.

Apenas e para que fique registado, nós vamos continuar a cumprir a nossa obrigação.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar esta Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi rejeitada com 28 votos contra do PS e 15 votos a favor do PSD.

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Reserva Natural Regional do Figueiral - Prainha (Ilha de Santa Maria)”**.

Para interpelar a mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Deputados do PSD, membros da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, votaram desfavoravelmente o relatório apresentado no âmbito da Comissão, relativamente a esta e às restantes propostas dos pontos 10, 11 e 12, em virtude da não audição do Conselho de Ilha, tal como exigido pelo artigo 130º, alínea d), do Regimento, conjugado com o artigo 89º, nº 2, alínea d), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Não obstante, e algo contraditoriamente, o Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho insistiu numa interpretação de sentido contrário, mas não deixou de solicitar parecer aos serviços jurídicos da Assembleia Legislativa.

Entretanto, anteontem, recebemos o parecer formulado pelos serviços jurídicos da Assembleia Legislativa no qual, Vossa Excelência, Senhor Presidente, após um despacho de concordância, mandando remeter o processo ao Sr. Presidente da CAPAT.

Com o devido respeito, Senhor Presidente, é nosso entendimento que a presente proposta, pelas razões expostas, não devia sequer ter sido admitida com base no artigo 22º do Regimento, mas tendo-o sido...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Tanta asneira!

**O Orador:** ... admitimos que, por mero lapso, não tenha considerado a irregularidade da agenda.

É esse, portanto, o sentido da interpelação, o de determinar o sentido exacto do despacho de Vossa Excelência e confirmar que este ponto, o 10, o 11 e o 12 não serão objecto de discussão, porquanto para todos os pontos o vício é o mesmo e é também a mesma a razão de decidir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para interpelar a Mesa, sobre o mesmo assunto, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**(\*) Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não percebemos nem compreendemos a motivação da interpelação do Sr. Deputado Alberto Pereira, desde logo quando invoca a eventual não admissibilidade das propostas que se poria quando a iniciativa do Governo Regional deu entrada nesta Casa há não sei quanto tempo atrás.

Neste momento e perante esta situação, sinceramente, não compreendemos e não vemos qualquer procedência nos argumentos e na razão da interpelação do Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Provavelmente ter-me-ei expressado deficientemente, admito isso, mas queria referir-me, obviamente, ao agendamento.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Então cite a d) do artigo 22º.

**O Orador:** A proposta não deveria ter sido agendada pelas razões expostas, em virtude de ter sido preterida uma formalidade essencial que obsta à perfeição do processo legislativo e, portanto, que ela suba a plenário para ser discutida.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Qual é a norma, Sr. Deputado?

**O Orador:** Artigo 130º, d) do Regimento.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Qual é a norma violada no agendamento?

**O Orador:** A norma violada no agendamento?

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sim. É isso que o Sr. Deputado tem que dizer.

**O Orador:** Se falta um elemento essencial do processo legislativo, evidentemente que a proposta não está em condições de ser relatada para subir ao plenário. Não é necessário uma norma expressa do Regimento.

**Presidente:** Sr. Deputado, percebi perfeitamente o conteúdo das suas palavras.

Se o Sr. Deputado Hernâni Jorge tem mais alguma coisa a acrescentar, faça o favor.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que ouvi bem e tomei também bem nota do artigo que foi invocado pelo Sr. Deputado Alberto Pereira na interpelação que fez à Mesa e invocou a d) do artigo 22º do Regimento...

**Deputado Clélio Meneses (PS):** Artigo 130º.

**O Orador:** ... que é uma alínea que diz respeito à admissão ou rejeição em função da regularidade regimental dos projectos ou propostas, que se pôs, certamente, ao Sr. Presidente, quando a iniciativa do Governo deu entrada nesta casa.

Quanto à questão da eventual irregularidade do agendamento, o Sr. Deputado Alberto Pereira não invoca nenhuma norma regimental e não pode invocar, porque ela não existe.

Vamos discutir na generalidade as propostas, vamos debater todos os pontos e todos os aspectos, tirar as conclusões que nesse âmbito sejam devidas e tomar as deliberações que também, em função deste debate, se concluem.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Eu acho que também tenho alguma coisa a dizer sobre isto, quando me deixarem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mantendo o raciocínio que iniciei, parece-me razoável indagar sobre qual o sentido a atribuir a um despacho do Senhor Presidente da Assembleia sobre um parecer jurídico que dá razão ...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não dá não senhor!

**O Orador:** ... à tese preconizada pelos Deputados do PSD no âmbito da Comissão e, portanto, permite concluir pela preterição duma formalidade essencial. Parece fazer sentido.

Portanto, o agendamento a existir é irregular.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu considero a intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira legítima, mas fundamentalmente dirigida ao Presidente da Assembleia que, ao que parece, não deveria ter agendado estas Propostas de Decreto Legislativo Regional relativas às reservas naturais, paisagem protegida, etc.

Sobre esta questão eu queria dizer o seguinte:

Eu, durante 6 anos, fui Presidente do Grupo Parlamentar do PS e já fui durante 4 anos Presidente da Assembleia, o que perfaz 10 anos.

O agendamento destas propostas é feito na conferência de líderes e na conferência estão representados todos os partidos políticos e o PSD estava representado.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** E levantou a questão.

**O Orador:** O PSD não colocou nenhuma questão na conferência de líderes que inviabilizasse este agendamento.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Levantou, sim senhor.

**O Orador:** Ela foi agendada com o conhecimento do PSD e na altura não levantou nenhuma questão e que eu me lembre e eu estive sempre presente e atento, como sempre, não tenho ideia de ter levantado nenhuma questão.

Estas propostas foram agendadas para o plenário e estranho que não tenha havido essa interpelação tão veemente na altura própria que era quando estávamos todos a agendar esta matéria.

Portanto, a partir daqui eu terei, naturalmente, de recolher as devidas ilações.

Percebo que é muito mais interessante fazer isso no plenário, porque há outra visibilidade.

Também vos queria dizer que, durante os tais 10 anos que vos falei, estive com os Srs. Deputados Manuel Arruda, Berta Cabral, José Manuel Bolieiro, Victor Cruz, Madruga da Costa e Humberto Melo e estas coisas eram tratadas e resolvidas na conferência de líderes e não eram trazidas para o plenário como o foram agora, mas é legítimo e não há nenhum problema quanto a isso.

Relativamente à questão substancial eu devo dizer que, efectivamente, mal as propostas deram entrada na Assembleia eu dei o despacho para a respectiva Comissão.

Posteriormente a Comissão fez um pedido de parecer aos serviços jurídicos da Assembleia que eu enviei à Comissão e esse parecer jurídico diz na parte final que há, digamos, uma irregularidade de natureza formal e que, portanto, este assunto pode perfeitamente ser tratado na Assembleia.

Basicamente, digamos que a fundamentação é esta: nós temos uma lei de valor superior, uma lei de valor reforçado que é o nosso Estatuto que diz: “deve ser ouvido o Conselho de Ilha”. Depois temos uma lei instrumental, que é o nosso Regimento, que diz: “deve ser ouvido se lhe for solicitado ou por sua iniciativa”.

Esta situação do Conselho de Ilha, digamos, é uma competência consultiva de natureza passiva e foi assim também entendido, não sei se alguns dos Srs. Deputados se recordam, pelo Sr. Ministro da República, ou seja, esta situação de não ter sido



ouvido o Conselho de Ilha já não é a primeira vez que acontece. Já aconteceu muitas vezes em relação a propostas desta natureza em que o problema nunca foi levantado, como também já aconteceu em relação a outras em que o problema foi levantado.

Existe um parecer do Sr. Ministro da República que diz exactamente isto: “Não há ilegalidade, porque não houve violação de um preceito estatutário”.

Portanto, nesta perspectiva de que o Estatuto da Região Autónoma é uma lei de valor reforçado e o Regimento, que também deve ser respeitado, como é óbvio, é uma norma mais instrumental, não me pareceu nada mal que estas questões fossem agendadas e tratadas hoje neste plenário.

Foi com esta fundamentação que eu aceitei e isto foi agendado na conferência de líderes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamento que o Sr. Presidente não se recorde da minha intervenção a respeito do agendamento destes pontos e que tenha feito referência, em plenário, a que não tinha havido qualquer referência da parte do líder do Grupo Parlamentar do PSD sobre esse agendamento.

Estavam presentes mais três pessoas, embora aqui só esteja uma neste momento, que ouviram essa referência.

O líder do Grupo Parlamentar do PSD, em conferência de líderes, disse que reiterava a posição do PSD que constava do relatório, e foi isso que foi dito, no sentido de que não estavam cumpridos todos os requisitos de trazer a plenário.

Foi isto que foi dito na conferência de líderes e lamento, muito sinceramente, que o Senhor Presidente tenha feito a referência que fez.

Devo dizer também que, na altura em que essa referência foi feita em conferência de líderes, no dia 14 de Março, o Senhor Presidente faz referência tacitamente, citando exemplos, a alguma alegada deslealdade por não ter sido feito referência na conferência de líderes e sê-lo agora.

O principal pressuposto da interpelação do Sr. Deputado Alberto Pereira é o seu despacho de 15 de Março e a conferência de líderes foi a 14 de Março.

Por isso essa alegada, e não queria utilizar nenhum termo que chocasse, ...

**Presidente:** Estranheza.

**O Orador:** ... estranheza por o problema não ter sido referido em conferência de líderes é falsa por duas ordens de razão: por um lado, porque foi referido e, por outro, porque a principal razão da interpelação tem a ver com o seu despacho de 15 de Março, que é posterior à conferência de líderes.

A referência que o Senhor Presidente fez sobre a audição do Conselho de Ilha e o exemplo que deu de que a lei dizia que era por iniciativa do Conselho de Ilha ou a pedido, devo esclarecer o Sr. Presidente que isto é para os casos da lei especial das elevações a vila. Nesses casos é que a lei específica refere, sobre esta matéria, a possibilidade da audição do Conselho de Ilha por sua iniciativa ou a pedido.

Estamos aqui, pelo contrário, perante o artigo 130º do nosso Regimento que diz que o Conselho de Ilha deve ser ouvido para emitir pareceres em determinadas matérias, incluindo essa. Daqui a distinção entre a possibilidade da audição no âmbito das

elevações a vila, que é uma possibilidade legal, e aqui, perante a imperatividade, deve ser ouvido.

Esta é uma questão de interpretação jurídica. É esta a nossa posição, mas gostaria que ficasse aqui bem claro, perante a Assembleia, que não houve qualquer falta de lealdade da parte do Grupo Parlamentar do PSD e do seu Presidente.

A questão foi referida, talvez não fosse com o ênfase desejado, mas foi referida.

Para a próxima vez talvez tenha que pedir que fique em acta ou que seja gravada. Acho que era desnecessário.

Dizer-se que não foi feita qualquer referência a esta matéria em conferência de líderes, não é rigoroso.

Percebo que tenha sido por lapso do Senhor Presidente não ter ouvido, mas que fique claro que a referência foi feita e que o grande motivo desta interpelação tem a ver com o seu despacho, que é posterior à conferência de líderes, e com a distinta interpretação e o distinto texto da decisão do Senhor Presidente e aquilo que está previsto no nosso Regimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Gostava ainda de solicitar o seguinte esclarecimento: tem a ver com o meu despacho, porquê?

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O motivo da interpelação tem a ver com a concordância do Senhor Presidente que é posterior à conferência de líderes.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Mas o parecer diz que não é preciso.

**Presidente:** Eu concordo com o parecer jurídico que diz que não é necessário ouvir o Conselho de Ilha e o meu despacho é de concordância com esse parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra, porque fui directamente interpelado sobre esta matéria.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Quem é que o interpelou?

**O Orador:** Já ficou aqui claro, conforme lembrou Vossa Excelência, Senhor Presidente, que este agendamento ocorreu em conferência de líderes de acordo com as regras de funcionamento da conferência.

Também ficou aqui já claro, desde logo, que não há nenhuma norma regimental e por isso mesmo o Sr. Deputado Alberto Pereira não invocou que pretensamente estivesse a ser violada, por Vossa Excelência, Senhor Presidente, no sentido destas propostas não poderem ser admitidas.

Na conferência de líderes efectivamente lembro-me que o Sr. Deputado Clélio Meneses “*a latere*” falou neste assunto em tom informal...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Em tom de conferência de líderes!

**O Orador:** ... e ainda me disse assim: “as interpretações têm muito a ver com a maioria, porque vão agora a plenário uns diplomas que nós achamos que deviam ir ao Conselho de Ilha”.

Sr. Deputado Clélio Meneses, não me consta, tenho a certeza, aliás, que V. Excelência tenha feito questão de dizer que votava contra ou que se opunha ao agendamento destes diplomas.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Eu fiz referência.

**O Orador:** Desculpe, Sr. Deputado, o senhor não disse isso e uma coisa é um comentário um pouco lateral, que o fez e eu confirmo que o fez, outra coisa é...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** A partir de agora fica em acta.

**O Orador:** Sr. Deputado, há forma de fazer as coisas e o Sr. Deputado não votou contra e não se opôs expressamente ao agendamento destes diplomas.

A conferência de líderes, pelo que percebi, por unanimidade procedeu a este agendamento. Ele está feito e está bem feito por parte da conferência de líderes e do Senhor Presidente e não havia nenhuma razão nem nenhuma norma regimental que o impedisse.

Também me parece que o Sr. Deputado Alberto Pereira não leu o parecer até ao fim, porque não pode, do parecer, tirar a conclusão que está a tirar.

Para ficarmos completamente esclarecidos, conforme se provará ao longo da discussão destes diplomas, por um conjunto de razões, desde logo porque se trata de matéria de conservação da natureza e não de matéria de ordenamento do território, não há a mínima razão para se invocar nem houve a mínima preterição de qualquer formalidade.

Procedeu-se nesta matéria exactamente como a respectiva Comissão, em termos praxe, consolidada ao longo dos anos, tem procedido.

Meus caros senhores, é muito importante também as térmitas, mas o ambiente também está devidamente agendado e esta Assembleia vai discuti-lo.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Não sei se a situação está esclarecida.

O parecer que eu pedi aos serviços jurídicos e foi enviado à Comissão diz claramente: “não existe obrigatoriedade de consulta ao Conselho de Ilha ou a existir, existe apenas uma obrigatoriedade formal do Regimento, sem consequências materiais no caso, de por qualquer razão, não se ter procedido à consulta do referido órgão.”

Foi com base neste parecer que eu enviei para a Comissão.

Em relação a essa conversa lateral, eu não ouvi.

Como os senhores sabem os pontos são agendados um por um, mudamos, alteramos e fazemos a agenda de acordo com os partidos políticos e não ouvi nenhuma rejeição por parte do PSD sobre este agendamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**(\*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre esta matéria a única coisa que queria dizer, aliás, o Sr. Deputado Francisco Coelho, líder parlamentar, já o referiu e era escusado eu referi-lo aqui, é que, efectivamente, eu entendi o que o Deputado Clélio Meneses disse como uma chamada de atenção para o facto desses documentos não terem os pareceres do Conselho de Ilha, como ele achava que deviam ter. Também devo dizer que este assunto não foi submetido a nenhuma votação.

Eu nunca fui a tribunal muita vez e percebo que a situação não é muito fácil, mas parece-me que tentei ser o mais rigoroso possível e o Sr. Deputado Clélio Meneses tem todas as razões para estar tranquilo, porque efectivamente disse isso.

O que eu gostaria de dizer era o seguinte:

Sob o meu ponto de vista, o que é importante nesta questão é saber se é ou não importante ter os pareceres e ouvir os Conselho de Ilha sobre este assunto. Se é, efectivamente, importante e se esta Assembleia faz uma interpretação de que assim deveria ser, sob a minha óptica não é pelo facto de estar agendado que nos obriga a ter que os apreciar e votar. Aliás, é frequente agendar coisas novas e desagendar muitas que já estavam agendadas,

Agora, o que eu não queria era que ninguém se sentisse obrigado, e eu não me sinto, a ter que apreciar um diploma pelo facto dele ter sido agendado e não se ter tido em conta um alerta que foi feito, se esse alerta tem razão de ser. Sob o nosso ponto de vista ele tem razão de ser e possivelmente não haverá tanta urgência nessa matéria que nos conduza a violar uma audição que seria de toda a utilidade fazê-lo, de acordo com as melhores tradições da nossa casa.

Portanto, a nossa perspectiva é que temos instrumentos suficientes, se for essa a vontade, de proceder a essa audição que, pelos vistos, se calhar devia ter sido feita e não foi.

Portanto, está nas nossas mãos e, sobretudo, nas mãos da maioria do Partido Socialista proceder a esta situação.

Sob o nosso ponto de vista terá toda a compreensão e, portanto, é preferível repensar uma situação do que persistir. Acho que não deve haver capricho sobre esta matéria. Efectivamente não houve nenhuma votação sobre o seu agendamento. Foi feito um alerta e, apesar de tudo, foi agendado.

Se se entender que é preferível, e se calhar ficávamos todos bem connosco se passássemos estes diplomas para o próximo plenário e fizéssemos um esforço de ouvir os Conselhos de Ilha, acho que sairíamos todos bem numa questão como estas. Eu não sou propriamente a “pombinha da paz”...

*(Risos das bancadas do PS e do Governo)*

Estou a ficar muito preocupado com a minhas tendências de pacificador, mas antes ser “pombinha da paz”, porque a do Espírito Santo às vezes é sujeita a muitas sevícias.

Portanto, a nossa perspectiva era de que se desagendássemos esta matéria, cumpria-se as normas estatutárias e regimentais e certamente estaríamos todos muito em breve a votar isto por unanimidade e por aclamação.

É pena isso não acontecer e criar aqui uma dúvida institucional.

Neste momento vejo isto, não por aquilo que se passou na conferência de líderes, porque já se sabe o que lá se passou e está clarificado, de forma a podermos ainda resolver esta questão, porque já se fez isso vezes sem conta.

Se esta matéria for desagendada, acho que só nos ficava bem.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar permita-me, Sr. Presidente, que lhe diga que a interpelação à Mesa foi, de facto, provocada não por qualquer objectivo de criar um momento surpresa no Parlamento, como espero que acredite, mas porque, sinceramente, a interpretação que nós fizemos do despacho de Vossa Excelência era no sentido de

remeter à CAPAT para efeitos de um pronunciamento sobre o vício detectado e de sanção da imperfeição do processo legislativo e, portanto, nesse pressuposto tinha todo o sentido que fosse considerado um agendamento irregular.

Feito este esclarecimento e gostaria de dizer duas ou três coisas:

A primeira é que, para mim, não há dúvidas sérias sobre a conclusão do parecer dos serviços da Assembleia, que conclui incontrovertidamente que estas matérias integram o Conselho de Ordenamento do Território. Por essa razão é que elas foram todas remetidas por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia, para a CAPAT.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Se fossem sobre conservação da natureza, iam para onde?

**O Orador:** O Sr. Deputado já fala quando chegar à sua vez.

Há, no entanto, de facto, uma referência ao relacionamento entre o Estatuto Político-Administrativo da Região e o Regimento que eu interpreto da seguinte maneira:

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores estabelece as atribuições e competências do Conselho de Ilha. Não impõe, naturalmente, nenhuma obrigação à Assembleia.

O Regimento, esse sim, no artigo 130º, d), impõe uma obrigação à Assembleia: a obrigação de consulta.

Mas é importante dizer o seguinte: o procedimento por parte dos Deputados do PSD, no âmbito da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, foi, com toda a franqueza, o mais escorreito e leal possível.

Na primeira reunião levantámos esta questão como forma de garantir e dar tempo para que, ainda sob a Presidência do Dr. Renato Leal, fosse ouvido o Conselho de Ilha e fossem sanados os vícios de que padecesse o processo.

Fomos surpreendidos, na última reunião, com uma posição da maior intransigência por parte dos deputados do Partido Socialista no sentido de defenderem que este artigo 130º, d), não era aplicável porque as matérias não integravam o Conselho de Ordenamento do Território.

Todas as interpretações são legítimas. A nossa era a inversa e por isso votámos contra e juntámos declaração de voto.

Pessoalmente penso, como V. Exas. sabem, e ainda mais os deputados que também são juristas, que há interpretações jurídicas muito complexas e muito sofisticadas. Todavia, esta não é, seguramente, uma delas. O artigo 130º, d) não oferece, do nosso ponto de vista, a menor das dúvidas.

Mas, independentemente disso, a contradição surge a seguir, porque o Sr. Presidente da CAPAT, depois de firmar uma posição e a defender intransigentemente, solicita um parecer aos serviços da Assembleia, o que significa paradoxalmente que tem dúvidas.

Ora bem, a nossa posição foi sempre no sentido de que, se há dúvidas, na dúvida consulta-se, ouve-se o Conselho de Ilha. Nem outra coisa parece fazer sentido.

Quanto à resposta de que outra tem sido a orientação firmada da Comissão, com o devido respeito, não pretendo, obviamente, revolucionar nada que não valha a pena, mas uma má prática rectifica-se. É a única resposta que tenho que dar neste domínio. Perante estes argumentos e com os argumentos constantes do voto apresentado pelos Deputados do PSD na Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD requer, nos termos do artigo 134º do Regimento, a baixa da Proposta de Decreto Legislativo Regional

nº 2/2005 à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para efeitos de nova apreciação.

O presente requerimento fundamenta-se, naturalmente, na falta da audição do Conselho de Ilha, imposta pelo artigo 130º, d) do Regimento.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Ainda não entrámos na discussão, como é que vai requerer isso? Não pode requerer antes do debate. Mais um lapso!

**O Orador:** O Sr. Presidente já o anunciou, ao que creio.

O requerimento será entregue de seguida na Mesa.

Queria só fazer mais um comentário.

Não havia a menor necessidade de fazer deste assunto um caso e só aconteceu, repito, pela maior intransigência que é possível imaginar por parte do Sr. Presidente da CAPAT.

Não queremos relevar, sobretudo, o caso jurídico, porque é sobretudo a questão política que está subjacente ao caso jurídico que importa. Porquê não ouvir o Conselho de Ilha? Parece não fazer nenhum sentido. Parece, aliás, um desprezo absolutamente inaceitável por um órgão consultivo, consagrado na lei, e que emana das forças sociais e políticas da realidade ilha.

Parece que fazia sentido ouvi-lo, mas, independentemente disso, significa incontroversamente não respeitar assumidamente o Regimento da Assembleia e nessa perspectiva, de alguma forma, desrespeitar a própria Assembleia.

Não podemos, com toda a franqueza, contemporizar com este tipo de práticas e por isso o nosso requerimento dará entrada na mesa de seguida.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**(\*) Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria que o Sr. Presidente me informasse se já estamos na discussão do diploma?

**Presidente:** Não senhor.

**O Orador:** Estamos ainda a discutir a questão prévia do agendamento, mas parece-me que já estamos a discutir materialmente o diploma.

Se estamos ainda na questão prévia do agendamento, Sr. Presidente, para que fique claro de uma vez por todas, o único requisito formal para o agendamento é o relatório e o parecer da Comissão que existe, concorde-se ou não, tenha-se ou não votado a favor.

O único requisito formal que o Senhor Presidente tem que seguir é a existência ou inexistência de relatório e mesmo que não exista relatório e parecer, o proponente da iniciativa tem sempre o direito de requerer o agendamento. É o que consta do nosso Regimento e foi isso que o Senhor Presidente cumpriu e fez muito bem.

Senhor Presidente, também já ficou claro que a agenda foi aprovada sem votos contra. O Sr. Deputado Clélio Meneses diz que não bateu o pé, porque não valia a pena fazê-lo, mas ainda há umas semanas atrás noutra situação, quando se tratou de cancelar qualquer coisa, ele bateu o pé e votou contra. Neste caso não bateu o pé, porque achou que não merecia a pena.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** O parecer jurídico surgiu no dia a seguir.

**O Orador:** Quanto ao lamentável *fait divers* do Sr. Deputado Alberto Pereira, que insiste e que traz para aqui questões que foram tratadas no seio da Comissão, ainda por cima não sendo fiável relativamente àquilo que se passou, mas isso é matéria que está a ser discutida no seio da Comissão e não vou acrescentar mais nada, em vez de interpelar, pegue no artigo 58º, nº 1 do Regimento que diz que a agenda da reunião não pode ser preterida nem interrompida a não ser nos casos expressamente previstos no Regimento ou por deliberação do Plenário, sem votos contra. Em vez dum interpelação tivesse apresentado um requerimento nos termos deste artigo. Era isso que o Sr. Deputado devia ter feito, se era isso que, eventualmente, queria.

Quanto à questão dum requerimento e dum pedido para baixa à Comissão, esse requerimento só entra em tempo quando for aberta a discussão do diploma na generalidade. Até lá é um requerimento extemporâneo.

Está esclarecida de uma vez por todas a questão do agendamento. O agendamento é legal e o Senhor Presidente cumpriu todas as regras regimentais.

Essa dúvida está absolutamente esclarecida.

Passemos ao debate na generalidade e aí, sim, temos argumentos para esgrimir, temos a nossa fundamentação para apresentar.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** E se a agenda for nula?

**Presidente:** Ainda sobre esta questão prévia tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\* Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que levámos tempo de mais a discutir uma questão, esta sim, lateral.

Lamentavelmente grande parte da discussão surgiu da minha intervenção na conferência de líderes e que fique claro que do início da discussão não tinha existido, passou para uma conversa lateral.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falou numa chamada de atenção e num alerta. É óbvio que houve a conversa, houve a intervenção e penso que este Plenário tem consciência plena de que houve, no sentido de manifestar que o PSD reiterava a posição dos seus deputados na Comissão de Economia que não concordaram com o agendamento.

No entanto, foi dito por mim, pessoalmente, ao Sr. Deputado Francisco Coelho. Os senhores têm maioria e é que fazem a agenda, mas a manifestação contrária do PSD ao agendamento ficou clara e expressa. Só lamento que o Senhor Presidente tenha dito o que disse e até agora não tenha dito mais nada sobre este lapso.

Da minha parte manifesto este lamento, lamentando também que esta questão lateral esteja a ocupar grande parte do trabalho dos deputados com muitas outras coisas que temos para discutir, sendo certo que dando entrada do requerimento de baixa Comissão, ele agora ou mais logo vai ser votado.

Entendemos, de facto, que não existem condições do processo legislativo para o pôr à votação, mas é uma questão que o Plenário irá decidir a seu tempo.

**Presidente:** Relativamente a esta matéria eu reitero a minha posição. Eu não ouvi essa conversa ou declaração que terá tido sobre este assunto. Os documentos, no decorrer da conferência, foram agendados e colocados por ordem. Sinceramente não ouvi e não estou a inventar rigorosamente nada e daí a minha estranheza, mas se terá sido dito, retiro essa estranheza, porque, ao que parece, terá dito, embora não tenha ouvido.

Ainda quanto à questão de fundo, o parecer não foi pedido por mim, mas pelo Sr. Presidente da Comissão e eu limitei-me a pôr um despacho de concordância e enviar para o Sr. Presidente da Comissão e, portanto, de acordo com este parecer, na sua página 2 diz que não existe obrigatoriedade de consulta do Conselho de Ilha, etc.

Eu já expliquei isso e o Senhor Ministro da República, em ocasiões semelhantes, também entendeu isso, dizendo que, uma vez que o Estatuto era lei superior ao Regimento e este ir para além do que era obrigatório pelo Estatuto, se tratava de uma irregularidade sem quaisquer consequências. Foi por isso que isto foi agendado e chegou até aqui.

Srs. Deputados, são 20,00 horas e 5 minutos e, portanto, chegámos ao termo da nossa hora regimental.

Pedia aos Srs. Presidentes do Grupos Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência que se abeirassem aqui da mesa para combinarmos os nossos trabalhos, porque a agenda ainda está comprida.

*(Pausa)*

**Presidente:** Srs. Deputados, foi decidido interrompermos agora os nossos trabalhos, retomando-os pelas 22,00 horas.

*(Eram 20 horas e 05 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:  
Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*(Eram 22 horas e 10 minutos)*

Relativamente aos pontos 6, 7, 8 e 9 a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar manifestou a intenção de apresentar em conjunto os quatro diplomas.

A Presidência não se opõe a isso, mas depois da apresentação o debate incidirá sobre cada um dos diplomas.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar para apresentar os diplomas.

**Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional tem vindo a implementar uma política ambiental que visa a protecção, do Ambiente e a requalificação e valorização do património natural como valores a evidenciar.

As áreas protegidas dos Açores constituem locais de excepção que reúnem um elevado interesse botânico, faunístico, ecológico, paisagístico e geológico.

Neste sentido, continuaremos a desenvolver projectos de intervenção nas áreas protegidas, nomeadamente ao nível da requalificação paisagística e da instalação de centros de interpretação que privilegiam a educação e a sensibilização ambientais, bem como a sua adequação ao turismo de natureza.

A reclassificação de áreas protegidas existentes e a classificação de novas áreas irá dotar a Região de uma coesa e moderna rede regional de áreas protegidas, com



legislação actual e órgãos de gestão mais consentâneos com os desígnios de conservação da Natureza e da biodiversidade.

A criação da rede ecológica designada como Rede Natura 2000 constituiu um investimento político fundamental para a conservação da Natureza no espaço europeu.

O Plano Sectorial para a Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores, que apresentámos recentemente no Parlamento Europeu, em Bruxelas, mereceu os mais rasgados elogios da parte de vários representantes das instâncias comunitárias e de especialistas na matéria. Na Comissão Europeia, nos encontros mantidos com as Direcções Gerais de Investigação, de Política Regional, da Pesca, do Ambiente e da Agricultura, a recepção foi de aplauso, não só pelo facto deste Plano ser o primeiro instrumento desta natureza em toda a União Europeia, como pela sua riqueza, pelo sucesso com que consegue compatibilizar a protecção do Ambiente com o desenvolvimento das actividades económicas, e pelo consenso que gerou entre todas as entidades que participaram e que foram auscultadas na sua concepção e discussão. Os responsáveis das Direcções Gerais da Agricultura, Pesca e Ambiente manifestaram, inclusive, a intenção de publicitar, junto dos outros Estados-Membros, a elaboração do Plano da Região como um modelo de sucesso e solicitaram a disponibilidade do Governo Regional dos Açores para a participação em seminários ou eventos promovidos pela Comissão Europeia sobre esta matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação destes diplomas, que hoje serão discutidos, o Governo Regional dos Açores concretiza mais um objectivo do seu Programa de Governo aprovado no passado mês de Dezembro nesta Assembleia.

A zona do Figueiral - Prainha, na Ilha de Santa Maria, que nos propomos classificar como Reserva Natural Regional, é uma área constituída por enseadas e arribas costeiras que inclui o Monumento Natural Regional da Pedreira do Campo. A área alberga um património geológico único nos Açores, cuja singularidade é reconhecida por especialistas na matéria. As formações geomorfológicas ali existentes conferem àquela área uma grande beleza paisagística, justificando-se, por isso, a sua protecção e salvaguarda como área protegida.

A área proposta como Paisagem Protegida de Interesse Regional do Barreira da Faneca, também na Ilha de Santa Maria, situada entre a Ponta dos Frades e a Ponta do Norte, apresenta, pelas suas características de valor paisagístico e ecológico, uma inegável importância científica e cultural e uma especial relevância que exigem medidas específicas de conservação e gestão racional dos recursos ali existentes.

Os projectos de Decreto Legislativo Regional para a classificação destas áreas foram já sujeitos a inquérito público, conforme o disposto nos números 3, 4 e 5 do Artigo 13º do Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro, tendo sido ouvidos os Serviços de Ambiente de Santa Maria, a Câmara Municipal de Vila do Porto, as Juntas de Freguesia de Almagreira, Santa Bárbara, S. Pedro e Vila do Porto, a Associação Ecológica "Amigos dos Açores", a Associação Praia Formosa, a Associação "Escravos da Cadeinha", a Associação "Os Amigos da Maia", o Círculo de Amigos de S. Lourenço, o Centro de Jovens Naturalistas, o Clube dos Amigos e Defensores do Património Cultural e Natural de Santa Maria, a Secretaria Regional da Economia e a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

As razões que levam à proposta de classificação do Monumento Natural Regional do Pico das Camarinhas – Ponta da Ferraria, na Ilha de S. Miguel, prendem-se com a existência, naquela área, de uma diversidade de estruturas geológicas que são bem representativas do vulcanismo do Arquipélago. Das formações ali existentes, merecem particular destaque um cone de escórias basálticas, uma arriba fóssil, um delta lávico, um domo traquítico, nascentes termais, rochas granulares ricas em olivina e piroxena e o único cone litoral conhecido na Região. É, por isso, imperioso preservar estas estruturas, tornando esta área num local privilegiado para a compreensão dos fenómenos geológicos característicos dos Açores. Acresce ainda o facto de no Pico das Camarinhas existirem endemismos que importa preservar.

A Gruta do Carvão, na Ilha de S. Miguel, de entre as 212 cavidades naturais, tubos de lava e algares vulcânicos conhecidos no Arquipélago, é porventura uma das cavidades em que as necessidades de protecção, preservação e de partilha dos valores biológicos, estéticos, científicos e culturais mais se fazem sentir. A Gruta constitui uma paisagem subterrânea de características muito especiais, assumindo, por isso, particular destaque no panorama vulcanoespeleológico regional. Situada na cidade de Ponta Delgada, a gruta constitui um dos maiores túneis lávicos catalogados na Região, com cerca de um quilómetro de comprimento e uma largura máxima de 13 metros. Com paredes estriadas, canais sobrepostos e galerias ramificadas, a Gruta do Carvão possui numerosas estalactites lávicas que lhe conferem uma rara beleza. Trata-se, também, da maior cavidade vulcânica da ilha de São Miguel, que apresenta aspectos científicos, didácticos e turísticos de grande relevância, justificando-se, por todas essas razões, a sua classificação como Monumento Natural Regional.

No âmbito da classificação destas duas áreas, os respectivos projectos de Decreto Legislativo Regional foram sujeitos a inquérito público, conforme o disposto nos números 3. 4. e 5 do Artigo 13º do Decreto-Lei 19/93, de 23 de Janeiro, tendo sido auscultados a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, as Juntas de Freguesia de Ginetes, S. José de Ponta Delgada e dos Arrifes, a Associação Ecológica Amigos dos Açores, o Grupo para o Estudo do Património Espeleológico dos Açores (GESPEA), a Secretaria Regional da Economia e a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Importa ainda salientar que a Classificação da Gruta do Carvão é uma velha aspiração da Associação Ecológica "Amigos dos Açores", que, em 1991, criou o Grupo de Trabalho de Espeleologia e que tem vindo a estudar e a publicar vários textos sobre o valor patrimonial deste Monumento, pelo que é da mais elementar justiça a classificação que agora estamos a propor a esta Assembleia.

Fico agora à vossa disposição para responder às questões que me queiram colocar. Muito obrigado.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Está à discussão a **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Reserva Natural do Figueiral - Prainha, Santa Maria.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD requer, nos termos do artigo 134º do Regimento, a baixa da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 2/2005 à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para efeitos de nova apreciação.

O requerimento fundamenta-se na falta de audição do Conselho de Ilha de Santa Maria que, na nossa apreciação, é imposta pelo artigo 130º, d) do Regimento.

Gostaria de dizer ainda o seguinte:

Para o PSD a audição do Conselho de Ilha é, de facto, uma imposição...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Qual é o artigo, Sr. Deputado?

**O Orador:** Conjugado com o artigo 89º, nº 2, d) do Estatuto.

V. Exa. leu isso mal.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Conjugado com o artigo 87º do Regimento!

**Presidente:** Sr. Deputado Hernâni Jorge, se não se importa compete à Mesa tratar desse assunto.

Sr. Deputado Alberto Pereira, agradeça que me entregasse o requerimento, porque eu tenho que julgar a sua admissão.

*(Pausa)*

Este requerimento é apresentado no termos do artigo 134º do Regimento. Está fundamentado com base no artigo 130º, d) do Regimento, conjugado com o artigo 89º, nº 2, d) do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A Mesa aceita este requerimento e vai pô-lo imediatamente à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a baixa à Comissão, conforme o requerimento, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O requerimento foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PP.

**Presidente:** Rejeitado o requerimento de baixa à Comissão, vamos continuar com o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves.

**(\*) Deputada Lubélia Chaves (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A área constituída pelas enseadas e arribas costeiros do Figueiral e da Prainha situada no Concelho de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria, incluindo o monumento natural regional da Pedreira do Campo e a sua área de protecção, alberga um património geológico único dos Açores, constituído por singularidades reconhecidas por especialistas nacionais e internacionais.

A classificação da zona Figueiral e Prainha, como Reserva Natural Regional, justifica-se pela existência de formações sedimentares e pela ocorrência de uma grande quantidade de fósseis marinhos muito raros em regiões vulcânicas.

Para além da grande importância geológica nesta área, pela existência de afloramentos piroclastos e derrames basálticos submarinos, não se encontrando em mais nenhuma ilha do Arquipélago, a Baía da Prainha também constitui um valor paisagístico relevante, atendendo às suas escarpas que ainda se mantêm

relativamente intocadas pelo homem e conservam parte das suas características naturais.

Com a presente classificação será possível promover a conservação, valorização, gestão e salvaguarda dos recursos naturais, bem como o carácter natural, paisagística e cultural único, respondendo assim aos interesses manifestados localmente, quer pela Câmara Municipal, pelas associações e pelos marienses em geral.

Assim o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece o elevado interesse pedagógico e científico destas formações que, aliado à sua grande beleza geológica, justificam a classificação destes locais como áreas protegidas, nomeadamente como reserva Natural Regional do Figueiral e Prainha, na Ilha de Santa Maria.

Relativamente à Costa Norte da ilha de Santa Maria, Barreiro da Faneca, estes constituem, por várias razões, uma paisagem única nos Açores.

Toda esta zona apresenta, pelas suas características, nomeadamente ecológicas, paisagísticas, científicas e culturais, uma relevância que torna essencial a sua protecção e conservação.

A nível ecológico e paisagístico a sua importância revela-se, por exemplo, pelo facto desta zona servir de nidificação de várias espécies de ave e fauna marinha.

A juntar a tudo isto existe ainda edificações de importância sociocultural e arquitectónica que constitui uma mais valia para a área onde estão inseridas.

Tendo em conta toda esta riqueza existente nesta zona, o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, procura intervir no sentido de conservar e proteger todo este património propondo medidas especiais de valorização dos recursos naturais.

Por tudo isto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprova a Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria a Paisagem Protegida de interesse Regional do Barreiro da Faneca e Costa Norte da Ilha de Santa Maria.

**Presidente:** Sra. Deputada, houve certamente um equívoco da sua parte.

Nós estamos a debater o diploma - Figueiral-Prainha, Ilha de Santa Maria e a senhora já ia no diploma do Barreiro da Faneca. Vamos debater um de cada vez.

**Deputado Lubélia Chaves (PS):** Como a Sra. Secretária fez a apresentação de todos os diplomas numa só intervenção...

**Presidente:** A Sra. Secretária, extraordinariamente, e com uma enorme benevolência da mesa, falou em tudo, mas isso não quer dizer que eu tenha a mesma benevolência para com todos os senhores deputados.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

**Deputada Mariana Matos (PS):** Prescindo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou falar do diploma certo, com o tempo certo e invocando o Regimento certo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficou claro nesta Câmara que o Partido Social Democrata tem um entendimento diferente do Partido Socialista quanto à audição dos Conselhos de Ilha.

Resultou da interpelação à mesa, resultou da votação do requerimento que o Partido Social Democrata entregou e resulta também, para que fique registado, que o Partido Social Democrata entende que neste procedimento legislativo e nos outros diplomas

que se seguem falta um requisito essencial que é o da audição dos Conselhos de Ilha, para que o procedimento legislativo do diploma tenha a sua perfeição legislativa. Entendemo-lo, porque é mais um pressuposto que esta Assembleia definiu para si próprio.

Não se coloca aqui, permita-me que o diga, Sr. Presidente, nenhuma questão de ilegalidade do diploma. Nisso estamos de acordo. Não se coloca aqui nenhuma outra questão de qualquer outra natureza legal, trata-se, isso sim, de uma irregularidade e de uma violação de normas procedimentais que esta Assembleia aprovou, que impôs a si própria e que estão consagradas no instrumento máximo que regula a nossa vida interna, o Regimento da Assembleia Legislativa.

Os senhores deputados da maioria poderão ter o seu entendimento. O entendimento do Grupo Parlamentar do PSD é este.

Portanto, ficou expresso, pela força dos votos da maioria que os senhores deputados do Partido Socialista têm nesta casa, que os nossos argumentos não prevaleceram.

Quero também dizer que do lado do Partido Social Democrata não há nenhuma objecção de fundo em relação a este diploma.

O Partido Social Democrata concorda com o conteúdo deste diploma e concorda com a classificação como Reserva Natural Regional da Zona do Figueiral-Prainha, Ilha de Santa Maria. O que diverge e o que nos afasta é, de facto, uma questão de procedimento que permitiria a consulta de um órgão representativo dos cidadãos, o Conselho de Ilha, que não é um órgão qualquer, é um órgão que até esta Assembleia valorizou há não muito tempo atrás, quando, através de decreto legislativa regional, reforçou as competências dos Conselhos de Ilha

Fica aqui traçada também, mais uma vez hoje, uma linha de fronteira de comportamento entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Nada de confusões!

**O Orador:** O Sr. Deputado Francisco Coelho tem toda a razão, nada de confusões.

Fica clara para a pessoas, para os cidadãos e para os açorianos que nos ouvem, que nos vêem e que sabem do que se passa aqui através da comunicação social, que o PSD apenas queria e tão só que as pessoas fossem ouvidas num órgãos que as representa...

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... e que a maioria do Partido Socialista o não quis fazer.

Na substância e na matéria de classificação nós subscrevemos o que está neste diploma.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**(\*) Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou fazer acompanhar a minha intervenção de algumas notas para que, de uma vez por todas, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata perceba efectivamente o que é que está em questão.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Estamos à espera disso.

**Deputado Rui Meneses (PSD):** Vai ser bonito!

**O Orador:** O que temos estado a discutir e que sempre dissemos, não tem nada a ver com aquilo que acabou de referenciar o Sr. Deputado Pedro Gomes.

O entendimento que o Partido Socialista faz relativamente a esta questão é de que a Assembleia tem entre mãos processos legislativos no domínio das políticas do ambiente, mais concretamente em matérias de política de conservação da natureza. Assim, e desde logo, importa definir o conceito de conservação da natureza, tal como resulta da alínea f), do nº 2, do artigo 5º da Lei de Bases do Ambiente, ou seja, gestão da utilização humana da natureza e esta definição tem subjacente uma elevada carga ética, já que se entende que a actividade humana deve ser realizada de forma consciente e criteriosa.

A conservação da natureza é o primeiro dos objectivos a prosseguir com a implementação dum sistema nacional de áreas protegidas e das redes nacional e regional de áreas protegidas. É o que diz o artigo 1º, nº 1 do Decreto-Lei nº 19/93 - Regime Jurídico das Áreas Protegidas.

Não podemos, pois, e aqui está a essência da questão, confundir conservação da natureza com ordenamento do território.

Conforme resulta da definição efectuada pela Carta Europeia do Ordenamento do Território, em 1984, o Ordenamento do Território mais não é do que, e passo a citar: “A tradução espacial das diversas políticas sectoriais da sociedade, numa perspectiva integrada, assegurando a coordenação dessas diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global.” Fim de citação.

O mesmo sentido e o mesmo caminho, ambos indicavam pelo EDEC (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário), adoptado em Boston em 1999, e que perspectivam um ordenamento do território num quadro de orientação política afim de melhorar a cooperação das políticas sectoriais comunitárias que possuem um impacto significativo no território, uma vez - e prossegue o mesmo documento - que essas políticas não possuem objectivos espaciais claramente definidos, apesar de influenciarem fortemente o território.

É com este entendimento que nos permitimos, aqui e agora, destacar alguns exemplos de políticas sectoriais em que se evidencia o seu impacto territorial, para além, naturalmente, da classificação de áreas protegidas, que é aquele que, em concreto, estamos a debater.

Passo a citar alguns exemplos:

“As políticas cuja execução obriga a realização de estudos de impactos ambiental.”

Ninguém tem dúvidas do impacto e da projecção destas políticas no território.

“As políticas de redução das substâncias nocivas na agricultura.” Por exemplo a aplicação da directiva nitratos que acabámos de aprovar há pouco.

Ninguém tem dúvidas do impacto destas políticas, com o documento que aprovámos ainda há pouco, no território e no equilíbrio ecológico, designadamente no que diz respeito à poluição das águas.

“A regulamentação do tratamento de resíduos; as políticas de limitação da poluição sonora e atmosférica; a promoção das energias renováveis, por exemplo a energia eólica e o impacto que a implantação de torres eólicas têm no território; as políticas de transporte, a opção pela rodovia ou pela ferrovia; políticas sectoriais com impacto inequívoco no território e no ordenamento; e as políticas de desenvolvimento rural,” etc, etc, etc.”

Estamos a tratar de políticas sectoriais com incidência territorial e não é por estas ou outras políticas terem incidências territoriais que passam a integrar o conceito de ordenamento do território. É este o entendimento claro do Partido Socialista.

Aliás, na tradição portuguesa, ordenamento do território é, sobretudo, a regulamentação do espaço e ao físico.

Usando a terminologia da Lei de Bases do Ambiente, artigo 5º, nº 2, b), o processo integrado de organização do espaço e ao físico.

Por ser assim e por o ordenamento do território tratar duma dada dimensão da ocupação e da relações entre os diversos estados, é que o ordenamento do território é instrumental para as políticas sectoriais e é o que resulta claramente do nº 2, do artigo 1º, da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo, e volto a citar:

“A política de ordenamento do território e do urbanismo define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional na perspectiva da sua valorização.”

Fim de citação.

A questão que aqui se põe é a seguinte: como é que se concretiza essa integração das diversas políticas sectoriais? Concretiza-se precisamente por via dos instrumentos de gestão territorial, tal como estão definidos na Lei de Bases do Ordenamento do Território e como estão desenvolvidos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, (decreto-lei 380/99).

Podemos ainda deitar mão de mais alguns exemplos que, talvez, ajudem melhor à compreensão e que sustentam de forma inequívoca esta interpretação que defendemos e mantemos.

E a própria estratégia nacional de conservação da natureza e biodiversidade que sublinha que o ordenamento do território é, e volto a citar: “... um instrumento fundamental para a conservação da natureza e biodiversidade.” Fim de citação.

Portanto, é um instrumento fundamental para a conservação da natureza e biodiversidade e não ao contrário, ou seja, que as políticas de conservação sejam um instrumento de ordenamento.

A estratégia nacional de conservação da natureza vai ainda mais além ao apontar para a necessidade de constituição de uma rede fundamental de conservação da natureza e de um sistema nacional de áreas classificadas a estruturar, por via de uma nova lei quadro da conservação da natureza.

Uma referência ainda ao Programa do XVI Governo Constitucional. Dir-me-ão alguns, se calhar, não é o melhor exemplo, mas pode ler-se, quanto às políticas do ambiente, a intenção de, e volto a citar; “... conclusão dos trabalhos com vista à constituição de uma base normativa em que uniformize e harmonize os regimes das áreas de reserva ecológica nacional, dos corredores ecológicos nacional, dos corredores ecológicos, áreas protegidas, zonas de protecção especial, rede natura e espaços florestados de protecção de modo a constituir a base normativa de uma rede ecológica nacional e não enquanto instrumentos de ordenamento do território.”

Se dúvidas ainda houvessem, a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 66º, nº 2, c) dissipa-as por completo quando incumbe o Estado de, e vou citar esta alínea da Constituição:

“c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico.” E não é ordem, mais uma vez, à implementação de uma política de ordenamento ou enquanto instrumentos de ordenamento.

O entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é que os diplomas ora em apreciação não cabem materialmente no nº 2, do artigo 89º do Estatuto Político-Administrativo nem no articulado do artigo 130º do Regimento. Aliás, tem sido este o entendimento vigente desta casa, pelo menos, durante a última legislatura.

Na última legislatura esta casa aprovou, pelo menos, e vou citar de memória, a Classificação da Furna do Enxofre, na Graciosa, da Pedreira do Campo, em Santa Maria, da Gruta das Torres, no Pico, da Furna do Enxofre, na Terceira, e a Reclassificação do Ilhéu de Vila Franca do Campo, em S. Miguel e mais algumas que agora me referenciam. Em nenhuma destas situações a questão foi colocada.

A interpretação que sempre foi feita nesta casa é de que se tratavam de matérias de conservação da natureza.

Foi esse o entendimento que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve até há pouco dias atrás. Foi esse o entendimento que os deputados do Partido Social Democrata tiveram até há poucos dias atrás. Foi esse o entendimento que os deputados do Partido Social Democrata, que transitaram da anterior legislatura, ainda há pouco tempo mantinham e tinham quando estas áreas foram classificadas nesta casa.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Uma nota final para dizer o seguinte:

Claramente não é obrigatório, nem sequer chegamos à necessidade de interpretação do artigo 130º do Regimento desta casa e não sendo obrigatório, além do mais seria redundante.

Eu queria só lembrar a tramitação que a lei impõe para a preparação deste tipo de iniciativas, concretamente o nº 3 do artigo 13º do Decreto-Lei 19/93, que obriga que o Governo Regional tenha que, para classificar áreas protegidas, obrigatoriamente proceder a estes processos de inquérito público, o que foi feito em relação ao diploma que estamos a discutir, e no inquérito público foram, além da divulgação em diversos jornais, disponibilizadas propostas na Câmara Municipal de Vila do Porto, na Junta de Freguesia de Almagreira, na Junta de Freguesia de Santa Bárbara, na Junta de Freguesia de São Pedro, na Junta de Freguesia de Vila do Porto, nos Serviços de Ambiente de Santa Maria e no site da Secretaria Regional.

**Deputado Mark Marques (PSD):** A Sra. Secretária já disse isso tudo.

**O Orador:** Mas é preciso repetir por vezes, porque, pelos vistos, ainda não perceberam.

Conforme consta do relatório disponibilizado pela Sra. Secretária, foram ouvidas, no âmbito da classificação deste diploma, uma série de associações de ambiente não governamentais.

O Partido Socialista nunca disse, nem na Comissão nem aqui, que não queria ouvir o Conselho de Ilha ou que não devia ser ouvido o Conselho de Ilha. O que o Partido Socialista disse foi que quando tiver que ouvir Conselho de Ilha, quando tiver que ouvir qualquer entidade, essas audições serão realizadas.



Quando não houver obrigatoriedade, quando essa obrigatoriedade não existir e quando eventualmente não se tratar de mais do que um expediente dilatório e eventualmente redundante, não contem com o nosso apoio nesta matéria.

É claro que não está em questão a audição ou não audição do Conselho de Ilha. Está em questão saber se estamos a tratar do ordenamento do território ou se estamos a tratar de conservação da natureza. Para nós é inequívoco que estas são matérias de conservação sustentadas na lei, na Constituição e numa série de documentos e instrumentos que tivemos oportunidade de referenciar.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Materialmente, como, aliás, foi particularmente desenvolvido em sede de Comissão, as propostas entregues a esta Assembleia integram, do nosso ponto de vista, o conceito de ordenamento do território, porque definem regras, limites e condicionamentos ao uso e fruição do espaço.

Assim, como V. Exa. nos deu uma lição, que apreciamos naturalmente, sobre conceitos de natureza ambiental e cuja seriedade não discuto, permito-me apresentar também outros argumentos de sentido contrário:

Basta olhar, por exemplo, para o artigo 27º, nº 1, c) da Lei de Bases de Ambiente e iremos concluir que são instrumentos de ordenamento do território - e cito - “o ordenamento integrado do território a nível regional e municipal, incluindo a classificação e criação de áreas, sítios ou paisagens protegidas sujeitas a estatutos especiais de conservação.”

Por outro lado, foram este tipo de argumentos que sustentaram a nossa posição. Eu vejo e aprecio que V. Exa. evoluiu desde a Comissão até ao Plenário, porque, de facto, estudou melhor a lição, mas na altura a única posição, se bem recorde, foi apenas a de que se tratava de matéria respeitante ao conceito de conservação da natureza e ponto final.

Por outro lado, V. Exa. refere uma série de outros actos e de outras diligências que tiveram lugar, fazendo referência ao inquérito público. Isso não está em causa e o PSD não diz que não foram cumpridas todas as restantes formalidades. A única coisa que não foi cumprida foi uma norma regimental que, do nosso ponto de vista, manda ouvir o Conselho de Ilha quando se trate de matérias que integrem o conceito de ordenamento do território.

Faço notar uma outra coisa: o inquérito público não resolve esta questão, porque V. Exa. chamou redundante e dilatória à possibilidade de audição do Conselho de Ilha.

Em primeiro lugar, as entidades que têm assento no Conselho de Ilha, permita-me que lhe diga, não se confundem com ele. Cada uma daquelas entidades, mesmo que todas tivessem sido ouvidas, não se confundem com o órgão “Conselho de Ilha”. Suponho que concordará comigo neste ponto.

Por outro lado, em sede de inquérito público não ouviu todas as entidades que constituem e integram o Conselho de Ilha.

Finalmente, gostaria de fazer uma referência a um elucidativo aparte do Sr. Deputado Lizuarte Machado que disse há uns minutos que se tratava de uma mera questão de cosmética. Aqui é que está o busílis da questão. Para V. Exas. é uma questão de cosmética, para nós é uma questão de princípio, porque não se trata de um mero procedimento formal, não se trata de uma audição à espera que o Conselho de Ilha não reúna e não responda, trata-se de dar a oportunidade ao Conselho de Ilha para se pronunciar e embora não sendo vinculativo o respectivo parecer em função da razoabilidade e do bem fundado das suas propostas, naturalmente elas influenciam o procedimento legislativo.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Srs. Deputados, como perceberam, temos duas interpretações em confronto sobre aquela matéria e, naturalmente, no futuro vão aparecer outros diplomas relativos a isto e vai ser um sarilho para a mesa determinar se é ordenamento do território ou se é conservação da natureza.

Portanto, eu hei-de pedir um parecer fundamentado sobre esta matéria, porque eu também não quero ser alvo das mais diversas interpretações. Temos que ter uma solução para isto e adoptar uma linha, porque isto vai acontecer com frequência.

Posto isto e explicitado os argumentos de parte a parte, que me parecem claros, acho que devíamos tratar do problema concreto do Figueiral-Prainha, prosseguindo com o debate e votação deste diploma, porque os conceitos já estão explicitados, há duas opiniões divergentes, pareceres diversos, com suporte legal diverso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\* Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me, Sr. Presidente, que diga apenas o seguinte sobre esta matéria e prometo à Câmara que esta é a minha última intervenção sobre isto.

Eu creio, Sr. Presidente, que não é preciso a intervenção divina sobre esta questão.

Salvo melhor opinião e o enorme respeito pessoal e institucional que tenho por V. Exa, eu creio que não é preciso nenhum outro parecer sobre esta matéria, porque o parecer que foi pedido aos serviços jurídicos da Assembleia, e que foi distribuído aos grupos parlamentares, diz o seguinte e permita-me que o leia à Câmara:

“Nesta medida, salvo melhor opinião, a matéria constante das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 1/2005, 2/2005, 3/2005 e 7/2005, apresentadas pelo Governo Regional, que receberam o n.º de entrada da ALRAA, respectivamente, 2/2005, 3/2005, 4/2005 e 8/2005, integra o conceito de ordenamento do território para os efeitos da d), do n.º 2 do artigo 89.º do Estatuto e da d) do artigo 130.º do Regimento.

Aliás, foi pelo facto das referidas iniciativas legislativas integrarem o conceito de ordenamento do território que as mesmas foram remetidas por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia, para a CAPAT.”

Sobre este parecer, Vossa Excelência, Senhor Presidente, exarou o seguinte despacho: “Concordo

Entregar ao Sr. Presidente da CAPAT.

15-03-2005.”

Eu acho que Vossa Excelência, Sr. Presidente, esclareceu já esta matéria com o despacho que exarou sobre este parecer, isto é: esta matéria é claramente matéria de ordenamento do território.

Sr. Presidente, com o respeito institucional que tenho por Vossa Excelência e pela posição que assumiu, eu subscrevo o seu despacho.

Eu sei que o Partido Socialista acabou de se afastar deste interpretação que o Senhor Presidente exarou sobre esta parecer, mas o que é verdade é que o Senhor Presidente da Assembleia já tomou posição sobre esta matéria. Podia ter tomado outra e eu respeitá-la-ia na mesma, mas a verdade é que tomou esta e creio que está definido, com toda a clareza e evidência, que as matérias que estão aqui em discussão neste diploma, e nos outros que estão neste pacote, são matérias de ordenamento do território.

Teremos interpretações jurídicas diferentes e nomeadamente o Sr. Deputado Hernâni Jorge, porque é jurista tal como eu, mas o que é verdade é que o Senhor Presidente da Assembleia, com a competência institucional que tem, já tomou posição sobre esta matéria e disse: “Esta matéria é ordenamento do território”.

Permita-me ainda, Senhor Presidente, que diga o seguinte: eu acho que Vossa Excelência deve daqui retirar as devidas consequência em termos de procedimento. Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**(\*) Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Procurei e julgo que tive a oportunidade de, com a minha intervenção, demonstrar a diferença que existe entre ordenamento e conservação...

**Deputado Mark Marques (PSD):** A diferença mostrou. Não mostrou foi por que tinha razão!

**O Orador:** ... e a diferença que existe entre políticas sectoriais que têm incidência territorial e ordenamento do território. É esta a essência da questão.

O próprio parecer do jurista dos serviços técnicos da Assembleia cita algumas passagens e algumas obras que sustentam claramente este entendimento e vou só recordar uma: “ Implicando uma acção de grande alcance, cujos resultados se concretizam no espaço, o ordenamento do território contribui para radicar uma perspectiva de longo prazo nas decisões e política económica e social, quer estas sejam colectivas (equipamentos públicos), quer individuais (decisões ao nível dos empresários), analisando simultaneamente as transformações geográficas e ambientais que daí resultarão.”

Depois dá exemplos, como eu dei há pouco: “os traçados das auto-estradas, das vias rápidas, a localização de novos portos e aeroportos, a instalação de complexos industriais, a criação de cidades novas, o reordenamento de áreas metropolitanas, as grandes actuações técnico-económicas no sector do ordenamento rural, a delimitação de parques naturais e zonas protegidas, entre outras, vão originar grandes transformações espaciais a longo prazo”. Foi o mesmo exemplo que eu dei há pouco.

Políticas sectoriais com incidência territorial não são o mesmo que ordenamento do território.

Uma política de transportes que tem incidência territorial, não é ordenamento do território.

Uma política de classificação de áreas protegidas, não é ordenamento do território.

Uma política de redução das substâncias nocivas na agricultura de desenvolvimento da Directiva Nitratos, como aprovámos há pouco, tem incidência clara no território e não é ordenamento do território.

Srs. Deputados, se fossem coerentes teriam defendido a mesma tese e o mesmo princípio para o diploma que aprovámos há pouco.

É este o entendimento que o Partido Socialista tem tido sempre. O entendimento do Partido Socialista vem, pelo menos, desde 2000.

A alteração estatutária e o Regimento de 98 já tinham essa norma.

O entendimento na anterior legislatura sempre foi esse e foi também o entendimento do PSD. Se o não fosse, o PSD teria tomado posição diversa nas anteriores classificações que esta casa efectuou.

Quem evoluiu, quem diverge de alguma coisa é o PSD, é o actual PSD que divergiu do entendimento que esta casa sempre teve, por unanimidade, e que agora é diferente.

O PS, em coerência, mantém o entendimento que sempre teve, sustentado nos argumentos que tivemos oportunidade de explicar.

Para terminar, repito: políticas sectoriais com incidência territorial não são ordenamento do território.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**(\*) Deputado Francisco Coelho (PS):** É para uma interpelação à mesa.

Na sequência do requerimento do Partido Social Democrata, cujo fundamento tem a ver com esta discussão, cuja generosidade em mantê-la nós também percebemos, a verdade é que, se bem percebi, o fundamento e a razão do requerimento tem a ver com aquilo que ainda há pouco estávamos a discutir.

Tendo havido da parte do órgão máximo desta Assembleia, que é este Plenário, uma decisão e, apesar disso e face às circunstâncias, tendo havido generosidade no sentido de permitir, após a votação, que o debate tenha continuado, tendo ambas as partes já expressado com suficiente clareza e cópia de argumentos as suas razões, eu penso que é altura de seguir a vontade que o Senhor Presidente também já manifestou nesta casa e de passarmos a discutir a substância deste e dos outros diplomas.

**Presidente:** Srs. Deputados, não tenho mais ninguém inscrito e parecendo não haver mais ninguém que se queira pronunciar sobre o conteúdo do diploma, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada com 27 votos a favor do PS e 16 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos passar à especialidade.

Este diploma tem muitas propostas de alteração, algumas delas vêm da Comissão e uma apresentada pelo Partido Socialista.

Entretanto o Partido Socialista fez chegar à mesa um documento em que assume as propostas da Comissão.

Assim sendo, passamos ao artigo 1º. Para este artigo existe uma proposta de alteração que vem da Comissão e que substitui na íntegra o artigo 1º. Está à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Artigo 2º. Para este artigo não existe nenhuma proposta de alteração. Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 2º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Artigo 3º. Para este artigo existe uma proposta de eliminação que vem da Comissão. Está à discussão.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos ao artigo 4º, para o qual existe uma proposta de alteração que vem da Comissão. Está à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos agora à votação da parte restante do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte restante do artigo 4º foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Artigo 5º. Não havendo alteração para este artigo, vamos votá-lo.  
Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.  
Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 5º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Artigo 6º. Para este artigo existe uma proposta de alteração que vem da Comissão. Está à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Eu perguntava ao Sr. Deputado Hernâni Jorge se os artigos 6º-A e 6º-B, que são propostos pela Comissão, são a decomposição do actual artigo 6º?

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A proposta para o artigo 6º é de substituição integral do artigo 6º e depois temos dois aditamentos, o 6º-A e o 6º-B que são uma decomposição do actual artigo 6º.

**Presidente:** Então o artigo 6º inicial fica prejudicado.

Embora não cumprindo integralmente o Regimento, vamos votar estas propostas de aditamento dos artigos 6º-A e 6º-B.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de aditamento foram aprovadas com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Artigo 7º. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão. Está à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos votar agora a parte restante do artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte restante do artigo 7º foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos ao artigo 8º, para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão que substitui na íntegra este artigo. Está à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos agora à votação dum proposta de aditamento de um artigo 8º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Do artigo 9º ao 13º não existe nenhuma alteração. Se não houver oposição da Câmara, e estou seguro que não vai haver, eu punha à votação todos estes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos ao artigo 14º. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão. Está à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos votar agora a parte restante do artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte restante do artigo 14º foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 15º, para o qual não existe nenhuma alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 15º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Artigo 16º. Para este artigo existe uma proposta que vem da Comissão e outra apresentada pelo PS. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No requerimento que fizemos chegar à mesa quanto à subscrição das propostas da Comissão, excluía-se expressamente a subscrição da proposta para o artigo 16º, tendo o Partido Socialista entregue uma proposta de aditamento para esse mesmo artigo.

**Presidente:** Muito obrigado pelo esclarecimento.

A proposta que vem da comissão fica prejudicada e vamos votar a proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Aprovado o diploma na especialidade, passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, em votação final global, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\* Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este processo, desde o seu início, tem sido alvo de muitos impecos e impecilhos, desde a Comissão, ao facto do Sr. Presidente da Assembleia não ouvir o que foi dito na conferência de líderes, e às vezes que fizemos exercício físico aqui às 11 horas da noite, mas o exercício físico não se deve à vontade do PSD, mas à circunstância do diploma não ter vindo nas condições devidas, na óptica da Comissão.

Gostaria de dizer que a abstenção do PSD não deriva de forma alguma, como já foi expresso, da substância do diploma, da questão material.

Obviamente que o PSD manifesta concordância com a razão de fundo deste diploma, da preservação da zona em causa, da questão de ordenamento do território que está subjacente ao diploma, mas discordamos, conforme está manifesto e é conhecido de todos, do procedimento que tem a ver, e que também já foi bastas vezes referenciado, com o Conselho de Ilha ser ouvido em algumas matérias, designadamente o ordenamento do território.

Neste entendimento de que estamos perante um caso de ordenamento do território e que por isso devia ser ouvido o Conselho de Ilha, o PSD, acompanhado pelos serviços jurídicos da Assembleia, tem a concordância do Senhor Presidente da Assembleia, isto para dizer que a posição do PSD não é uma posição de nenhuma teimosia isolada, não é nada de partidário, é o entendimento legítimo, jurídico que, por acordo, tem o acompanhamento do Senhor Presidente da Assembleia na concordância com o parecer jurídico.

Sendo este o nosso entendimento legítimo,...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Que, por acaso, é novo!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Novo ou velho é o entendimento!



**O Orador:** ... não poderíamos, de forma alguma, estar a rectificar algo que, na nossa opinião, não é correcto, porque se o Regimento da Assembleia entende que o Conselho de Ilha, da ilha em causa, dever ser ouvido, deveria ser esse o procedimento que a Assembleia deveria ter tomado. Por isso não poderemos aprovar um diploma que tem todos estes problemas em termos procedimentais.

Pena é, e é o que lamentamos, que um diploma como este que estamos a discutir, e os outros três que se seguirão, com a importância que tem para a preservação da identidade da nossa Região como são os sítios em causa, tenha sido manchado por todos esses impecos e lamentamos profundamente que uma matéria da importância desta tenha sido prejudicada com esses problemas.

Mas, mais uma vez, o que se sabe é que o PS, para além de não querer votar a favor as propostas do PSD, de não entender o Regimento como nós entendemos, também não quer ouvir o Conselho de Ilha. É a vossa postura, claramente distinta da nossa.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**(\*) Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou, com gosto, favoravelmente esta iniciativa que vem do Governo Regional que visa classificar mais uma área protegida na Ilha de Santa Maria.

O Partido Socialista, a Comissão e esta Assembleia cumpriram escrupulosamente o Estatuto, a lei e o Regimento naquilo em que estão obrigados.

Em parte alguma do nº 2 do artigo 89º do Estatuto e do artigo 130º do Regimento desta casa, é dito que o Conselho de Ilha deve ser ouvido, designadamente em matérias de conservação da natureza.

É com este entendimento, e reafirmando que este Grupo Parlamentar, esta maioria, continuará a ser o garante do cumprimento das normas estatutárias, da lei e do Regimento, que o Partido Socialista votou com gosto e aplaude a criação de mais uma área protegida nesta nossa Região, a bem da política de conservação da natureza, a bem do futuro dos marienses, a bem do ambiente da nossa Região.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Passamos ao diploma seguinte - **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Paisagem Protegida de Interesse Regional do Barreiro da Faneca e Costa Norte, da Ilha de Santa Maria.**

Sobre este diploma o PSD apresentou um requerimento de baixa à Comissão, que foi aceite pela Mesa e vamos votar de imediato.

Os Srs. Deputados que concordam com este requerimento de baixa à Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O requerimento foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.

Está aberto o debate, na generalidade, sobre este diploma.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves.

**(\*) Deputada Lubélia Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero apenas referir e voltar a reforçar que o Grupo Parlamentar do PS irá aprovar a Proposta de Decreto Legislativo de classificação como Paisagem Protegida de Interesse Regional do Barreiro da Faneca e Costa Norte da Ilha de Santa Maria, pelas razões já expostas, quer pela Sra. Secretária Regional, quer por mim aqui referidas na anterior intervenção.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque as promessas são para cumprir, eu vou falar da substância do diploma.

O Grupo Parlamentar do PSD não se opõe a este diploma e considera importante a classificação desta zona como paisagem protegida de interesse regional.

É uma zona simbólica em Santa Maria, conhecida também por deserto vermelho dos Açores, é uma zona onde há jazidas fósseis de grande importância, é uma zona que tem sido sujeita, ao longo dos anos, a uma acentuada degradação, sobretudo, mercê da realização de provas de natureza desportiva motorizada e este diploma vem, de facto, ajudar à preservação duma zona importante para Santa Maria e uma zona importante para os Açores.

Não vou dizer mais do que disse na discussão do diploma anterior.

Mantêm-se as razões formais, não vou expender mais argumentos sobre elas, e o sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, dadas as circunstâncias que já estão expressas e constavam do requerimento, só pode ser de abstenção, tanto na generalidade como na especialidade, em relação a este diploma.

Quero que fique registado que o PSD, a não ser por esta razão procedimental, não tem nenhuma objecção quanto à matéria e substância desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos aqui hoje a discutir e a votar.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, este diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos passar à especialidade

O Sr. Deputado Pedro Gomes deseja usar da palavra para?

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Para uma interpelação à mesa, no sentido de tornar mais expedita a votação que vamos fazer.

Sr. Presidente, eu sugeria que votássemos primeiro em separado as propostas de eliminação do articulado que constam do relatório da Comissão e depois que pudéssemos votar em bloco toda a matéria de especialidade, se não houvesse oposição, até porque, tal como sucedeu no diploma anterior, algumas das propostas de especialidade que têm a ver com o aditamento de artigos, como é o caso do artigo 8º-A, que é o desdobramento do artigo 8º do diploma.

Portanto, creio que não há nenhum inconveniente e seria uma forma mais expedita de o fazermos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**(\*) Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nada tem a opor, se for o entendimento do Sr. Presidente, à sugestão do Sr. Deputado Pedro Gomes.

Queria chamar a atenção que o Grupo Parlamentar do PS não subscreve a proposta de aditamento para o artigo 16º, da Comissão, e apresenta uma proposta de aditamento para esse artigo.

**Presidente:** Se bem entendi, vamos começar por votar em primeiro lugar a proposta de eliminação do artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É apenas para clarificar um entendimento que é, quando votarmos em bloco os artigos 6º-A e 6º-B, significa que o artigo 6º, da versão inicial da proposta apresentada pelo Governo Regional, fica prejudicado e o mesmo acontece com o artigo 8º da proposta inicial, quando votarmos o artigo 8º-A que vem no relatório da Comissão.

Com este esclarecimento penso que ficámos com o sentido global da votação.

**Presidente:** Vamos em primeiro lugar votar as propostas de alteração e depois as propostas de aditamento.

Vou pôr à votação as propostas de alteração que vêm da Comissão e subscritas pelo PS, bem como a proposta de alteração do PS para o artigo 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração foram aprovadas com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Agora, vamos votar as diversas propostas de aditamento dos artigos 6º-A, 6º-B e 8º-A.

Os Srs. Deputados que concordam com estas propostas de aditamento, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de aditamento foram aprovadas com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora os artigos que não sofreram alterações e a parte restante dos artigos alterados.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos não alterados e a parte restante dos alterados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Este diploma baixa à respectiva Comissão para a redacção final e recomendo o maior cuidado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que o PSD reitera o teor da declaração de voto do ponto anterior, relativamente a este e aos pontos seguintes da nossa ordem de trabalhos que têm o mesmo âmbito.

**Presidente:** Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É também para informar a Câmara que o Partido Socialista reitera, em absoluto, o teor da declaração de voto prestada há pouco.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O senhor aprende depressa!

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**(\*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP mantém a sua posição relativamente a esta matéria, só que descobriu uma forma mais adequada de manifestar, com rigor, o seu ponto de vista, porque nós estamos a favor do conteúdo do diploma.

Temos a dúvida formal apontada e pensando melhor do primeiro para o segundo diploma, concluímos que o mais lógico, prático e operacional é votar a favor de tudo, abstendo-se na generalidade e em votação final global. Realmente é a votação que melhor se enquadra.

Fazemos um apelo no sentido de se, porventura, mais alguém achar que o método é simpático, estamos abertos a ceder os direitos de autor.

Muito obrigado.

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Classificação do Pico da Camarinhas - Ponta da Ferraria, Ilha de S. Miguel.**

Está aberto o debate na generalidade.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

**(\*) Deputada Mariana Matos (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Pico das Camarinhas, Ponta da Ferraria, é um local privilegiado de demonstração natural, daqueles que são os nossos fenómenos geológicos.

O desenvolvimento sustentável é um objectivo das sociedades modernas, devendo por isso o poder político zelar pela manutenção do património ambiental que a natureza nos legou.

Importa valorizar o que merece ser valorizado.

Por isso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprova a proposta que visa classificar o Pico da Camarinhas/Ponta da Ferraria como Monumento Natural Regional.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegou à mesa um requerimento do PSD requerendo a baixa deste diploma à respectiva Comissão, o qual vou pôr de imediato à votação.

Os Srs. Deputados que concordam que este diploma baixe à Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O requerimento foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional apresentou a esta Câmara uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa a classificação do Pico das Camarinhas/Ponta da Ferraria como Monumento Natural Regional.

O Partido Social Democrata não se opõe a esta classificação.

O Partido Social Democrata reafirma, remetendo para o debate anterior, a sua posição sobre esta matéria quanto à necessidade de consulta dos Conselhos de Ilha.

Gostaria também de dizer que, na sequência disto, o Partido Social Democrata irá abster-se, na votação deste diploma e aproveitava a circunstância para dizer o seguinte:

Trata-se de uma zona sensível da Ilha de S. Miguel, Concelho de Ponta Delgada. É de sublinhar esta iniciativa classificatória que agora temos aqui entre mãos, até porque ela está articulada com a revisão do PDM do Concelho de Ponta Delgada e as soluções legislativas que aqui se encontram também encontram arrumo nas soluções do Plano Director Municipal, que está numa fase terminal e que brevemente irá para discussão pública, o que significa que a solução legislativa que aqui temos entre mãos irá concatenar-se, do ponto de vista jurídico, com o regulamento que é o Plano Director Municipal de Ponta Delgada.

Por outro lado, aproveitava a circunstância para chamar a atenção do Governo Regional para um aspecto.

Em todos os diplomas que discutimos e já votámos, neste diploma e também no diploma que se refere à Gruta do Carvão, que iremos discutir e votar a seguir, está prevista a existência de conselhos directivos destas áreas que estão classificadas e queria dizer o seguinte: não havendo aqui neste diploma específico a criação de um conselho directivo, bastando a respectiva direcção cometida à Direcção Regional, é preciso haver um esforço da parte do Governo Regional no sentido de pôr em funcionamento os conselhos directivos das áreas protegidas, porque ao longo dos

anos temos vindo nesta Câmara a classificar um conjunto de áreas nos Açores, mas o que é verdade é que, olhando para trás, retrospectivamente, verificamos que muitas dessas estruturas de direcção, que são essenciais para a eficácia destes diplomas e para a eficácia dos mecanismos de protecção, não estão a funcionar e porquê? Porque estes conselhos directivos não estão instalados e, como tal, uma parte da eficácia destes mecanismos perde-se.

Faço daqui o apelo à Sra. Secretária Regional do Ambiente e ao Governo Regional no sentido de fazer um esforço para que estes diplomas classificativos não passem de letra morta e que sejam postos na prática e que as estruturas directivas sejam postas a funcionar com rapidez e eficácia de forma a que também sentimos que estamos a legislar com eficácia e com utilidade na protecção do ambiente.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar usando o mesmo critério de há pouco, começando pela proposta de eliminação. Entretanto, vamos votar primeiro na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de eliminação do artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora as propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração foram aprovadas com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de aditamento do artigo 8º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para interpelar a Mesa.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Só uma dúvida e confesso a minha distração: não sei se há pouco quando pôs à votação a proposta de eliminação do artigo 3º se pôs conjuntamente o artigo 9º, porque também existe uma proposta de eliminação deste artigo.

**Presidente:** Eu só pus à votação a eliminação do artigo 3º. Eu reparei nesta outra proposta de eliminação do artigo 9º que se encontra na parte final da página.

Vamos votar esta proposta de eliminação do artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CSD/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora os artigos do diploma apresentado pelo Governo, que não foram objecto de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte remanescente da Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora a parte restante dos artigos que foram objecto de propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte restante dos artigos foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Classifica a Gruta do Carvão na Ilha de S. Miguel como Monumento Natural Regional”**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

**(\*) Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Gruta do Carvão, enquanto paisagem subterrânea, vê agora com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que aqui se discute o seu reconhecido valor.

A partilha dos seus valores biológicos, científicos e culturais deve ser considerada uma mais valia para a nossa Região.

A sua classificação assume relevante interesse comunitário não só ao nível da fruição de todos os açorianos, como também daqueles que nos visitam, fortalecendo assim a nossa oferta turística.

Por este motivo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá aprovar a proposta que visa classificar a Gruta do Carvão como Monumento Natural Regional.

Obrigada.

**Presidente:** O Grupo Parlamentar do PSD apresenta um requerimento de baixa à Comissão que eu vou pôr de imediato à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O requerimento foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata não tem nenhuma objecção substancial de fundo quanto ao diploma que estamos agora a discutir e que iremos votar daqui a pouco e que visa classificar a Gruta do Carvão, em Ponta Delgada, como Monumento Natural Regional.

Procedem nesta discussão e nesta votação os argumentos expendidos nas discussões e nas votações anteriores quanto à audição dos Conselhos de Ilha e não tecerei mais comentários sobre essa matéria.

Sobre a matéria específica da Classificação da Gruta do Carvão, contudo, gostaria de dizer à Câmara o seguinte:

Tive ocasião de, em sede de Comissão, questionar directamente a Sra. Secretária Regional sobre este aspecto que coloco agora aqui à Câmara.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não está ainda convencido da bondade dos argumentos que levam o Governo Regional a apresentar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional para classificar a Gruta do Carvão apenas, e simplificando, a parte Norte da Rua de Lisboa, isto é, deixando de fora da área de classificação toda a zona Sul da Rua de Lisboa.

Há tubos de lava, há algares vulcânicos também na zona Sul e tendo questionado a Sra. Secretária em sede de Comissão, ela disse-me e aos deputados, membros da Comissão, que havia um conjunto de pareceres geológicos que afirmavam e atestavam que a zona situada a Sul da Rua de Lisboa não tinha qualquer valor geológico, tendo eu solicitado, na altura, à Sra. Secretária que pudesse entregar tais pareceres na Comissão para podermos aquilatar do seu conteúdo.

O que é verdade é que o documento que foi entregue na Comissão pela Sra. Secretária Regional e pelo Governo Regional foi este, uma folha A4 sem assinatura, que começa por dizer: “caracterização da Gruta João do Rego, ilha de S. Miguel”.

Não é um parecer geológico, mas apenas uma síntese de posições e com este documento nem eu, nem o Grupo Parlamentar do PSD conseguimos aquilatar das razões que levam o governo a excluir da classificação a zona que se situa a Sul da rua de Lisboa, cidade de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel.

Não temos nenhuma dúvida quanto à classificação que está proposta para a zona Norte da Rua de Lisboa, mas gostaríamos de saber, e acho que era oportuno e útil para esta Câmara, por que é que, tratando-se da mesma Gruta do Carvão, do lado Sul da Rua de Lisboa, ela não é classificada?

Os invocados pareceres de natureza geológica que sustentariam outro valor geológico da parte da Gruta do Carvão, a Sul da Rua de Lisboa, é verdade que não foram entregues à Comissão e não considero, e acho que ninguém de boa fé considerará, que este simples papel branco tenha a natureza de parecer ou consubstancie os pareceres.

Acho que estando esta Câmara a discutir com serenidade, como se impõe, esta matéria em sede de processo classificatório como Monumento Natural Regional, impõe-se também um esclarecimento cabal e para que fique também o registo formal no diários das sessões da resposta do Governo Regional quanto à dúvida que aqui fica formulada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.



**(\*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Pedro Gomes, queria dizer-lhe o seguinte:

Eu terei todo o gosto em enviar-lhe o relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil,...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** E eu terei todo o gosto em recebê-lo.

**A Oradora:** ... bem como o parecer do grupo ao estudo do património espaleológico dos Açores que integra figuras de prestigiado reconhecimento científico nesta matéria.

Quem sou eu, que até nem sou da área, para, por minha decisão, extrair um troço que se chama o troço da Rua João do Rego que neste momento se encontra completamente a servir de esgoto àqueles edifícios que se encontram naquela rua e, portanto, eu tentei fazer um resumo do parecer do grupo GESPEA.

Queria também dizer que esse grupo foi consultado para a feitura do diploma, bem como o Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores e foram eles que acharam que, de facto, aquele troço não deveria nem poderia jamais ser classificado, porque também ele não poderá nunca mais ser objecto de visita.

Como é que se pode entrar numa zona onde as fossas estão a céu aberto a correr lá para dentro? Houve colapsos enormes no tecto da gruta que fizeram com que ela tivesse inúmeras derrocadas.

Se eventualmente em 1991, há 14 anos atrás, quando este problema surgiu pela mão do grupo Amigos dos Açores, se se tivesse tido o cuidado de classificar nessa altura, é evidente que no troço da Rua João do Rego, talvez, ainda se teria ido a tempo para fazer isso.

Ainda a propósito disto, queria-lhe dizer Sr. Deputado, que o mesmo poderia acontecer à Gruta do Carvão, troço Norte da Rua de Lisboa, se, por exemplo, não o tentássemos agora classificar e se não se fossem resolver os assuntos, como, aliás, hoje a Sra. Presidente de Câmara de Ponta Delgada acabou, ao fim de dois anos, de reconhecer que, finalmente, tinha que intervir no corpo da Escola de Santa Clara, nas quatro salas que, de facto, estão em cima do troço da gruta, porque, como o Sr. Deputado bem sabe, há dois anos ocorreram obras no pátio daquela escola e, resultado de um poço absorvente, feito na altura, originou um colapso parcial no tecto da gruta, numa zona sob o pátio da mesma escola.

Portanto, se se continuasse a desleixar e a deixar que entrassem ali esgotos e águas, uma coisa que tem cinco mil anos, é evidente que essa situação acabaria como acabou o troço da Rua João do Rego.

O que fizemos foi classificar um troço de 1.400 metros em que uma parte do troço a Norte vai ficar visitável e outra não, da II Circular para os Arrifes.

Portanto, foi essa a decisão que eu tomei baseada em estudos científicos e técnicos que me permitiram agir desta forma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar:

Começo por agradecer a disponibilidade de V. Exa. em me entregar e entregar ao Grupo Parlamentar do PSD a documentação científica que sustenta a posição agora tomada. Ficarei a aguardar a sua remessa.

Peço-lhe que confie, não sendo eu geólogo, na minha capacidade de leitura dessa documentação que lerei com toda a atenção.

Eu volto a dizer, para que não restem dúvidas, que achamos bem, e acha bem o Partido Social Democrata, que se proceda à classificação de que se está fazendo com este diploma.

Entendemos também que terá que haver aqui uma concertação entre as várias entidades regionais, municipais, autárquicas em geral, para intervenção também na zona a Sul da Rua de Lisboa, que é uma zona sensível, é uma zona onde há habitações, onde há problemas de risco nas mesmas, como V. Exa. sabe, onde há túneis lávicos como, aliás, a síntese que aqui está diz, há esgotos dos Serviços Municipalizados de Ponta Delgada, há um delicado problema que já teve a intervenção do Sr. Provedor de Justiça, também como V. Exa. sabe.

O meu apelo é ao Governo Regional para que, não estando agora classificado no âmbito deste diploma, a zona também seja objecto duma concertação entre as várias entidades que têm intervenção legal na disciplina do uso e utilização dos solos naquela área, porque o que está em causa é o bem-estar dos cidadãos, a preservação de bens ambientais e, sobretudo, também a segurança das pessoas que residem na zona da Rua João do Rego, ou seja, na zona a Sul da Rua de Lisboa, preocupação que certamente todos partilhamos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como membro da Comissão que fez parte deste processo da classificação de algumas zonas e neste caso de monumentos, eu pedi a palavra, não para dar lições de ordem jurídica, porque não tenho capacidade e humildemente reconheço que não a tenho para isso, mas para dizer que sou deputado há pouco tempo e neste pouco tempo de deputado deu para perceber algumas coisas e hoje assisti aqui a mais uma fase de aprendizagem do meu curto espaço de tempo que tenho tido como deputado.

Agora, percebi que há aqui algumas coisas que às vezes são difíceis de compreender e uma delas é que todos concordam com estas classificações, todos acham que devemos classificar as partes que hoje classificamos, mas alguns não votam por uma questão que já aqui foi explicada.

De qualquer das formas gostaria de dizer que nesta fase do debate pedi a palavra, porque pensava que iríamos ter agora aqui mais um episódio que seria a insistência na classificação desta outra parte.

Ainda bem que para aí não fomos, porque o que se trata aqui é de classificação de monumentos regionais e de interesse regional e não da discussão do saneamento básico da cidade de Ponta Delgada.

Por isso, gostaria aqui só de dizer que este assunto foi devidamente explicado em sede de Comissão e foi transmitido pela Sra. Secretária, da mesma forma que hoje o transmitiu aqui, e penso que os membros da Comissão estavam esclarecidos sobre esse assunto.

Era só isto, para ficar registada aqui esta matéria.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

**(\*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em matéria de saneamento básico eu penso que a competência é dos municípios e o que nós temos que analisar na Região, e eu vou ser extremamente rigorosa e vou ter um trabalho exaustivo nessa matéria, porque tratamento de águas, sejam elas residuais ou outras, e lixo é matéria da gestão dos municípios, mas é o Governo Regional que tem que dar contas ao Governo da República e a Bruxelas. Quando situações como a que está neste momento a ocorrer com a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Câmara Municipal de Ponta Delgada, em que foi feita uma queixa a Bruxelas, quem tem, neste momento, que responder é o Governo Regional. Quanto a esta matéria tem que haver uma decisão clara, razoável e a bem desta Região que tem, de facto, um património natural enorme, que tem um património natural que nos dignifica a todos e que pode ser um desígnio do nosso futuro quanto a essa matéria de lixo, de águas e de tratamento de efluentes, é uma matéria da competência dos municípios, mas que o Governo Regional tem como obrigação implementar a política ambiental e zelar pelos interesses da Região.

Ainda quanto a esta matéria o que lhe queria dizer, Sr. Deputado, é que os municípios têm que fazer uma opção, ou fazem piscinas, aqua-parques, rotundas e campos sintéticos ou então investem no tratamento de águas residuais e nos lixos. Isso é um desígnio e temos que ser desenvolvidos. Nós não estamos na Europa só para usufruir dos mecanismos que ela põe ao nosso dispor.

Quanto a essa matéria, no futuro Quadro Comunitário, vai ser a minha Secretaria a solicitar que sejam cumpridas as directivas comunitárias em matéria de águas e tratamento de resíduos.

Era isto que gostava de comunicar a esta Câmara, porque acho que é fundamental para o nosso desenvolvimento e podem contar, quanto a esta matéria, com todo o apoio do Governo Regional, porque só assim é que nós poderemos vir a ser considerados um povo desenvolvido e cumpridor daquilo que está estabelecido em termos da União Europeia.

**Presidente:** Não há mais intervenções, vamos votar na generalidade este diploma sobre o Monumento Natural Regional da Gruta do Carvão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por com 28 votos a favor do PS, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos passar à especialidade seguindo o mesmo método dos diplomas anteriores.

Assim sendo, vamos votar, em primeiro lugar, uma proposta de eliminação do artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora as propostas de alteração que vieram da Comissão, subscritas pelo PS, e uma proposta de alteração, apresentada pelo PS, com excepção da proposta de aditamento do artigo 8º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração foram aprovadas com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de aditamento do artigo 8º-A, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora o remanescente do diploma inicial, apresentado pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O remanescente dos artigos foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos agora proceder à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente:** Peço-vos que façamos uma pausa de 5 minutos apenas.

*(Eram 23 horas e 50 minutos)*

**Presidente:** Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

*(Eram 24,00 horas)*

Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte da Agenda da Reunião - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução - “Infestação de térmitas de madeira seca “cryptotermes brevis” em edificações na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**(\*) Deputada Carla Bretão (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre a situação da praga das térmitas tem por base, por um lado, a urgência na tomada de acções concretas nesta matéria, pelo tempo que já passou desde a sua identificação e, por outro, a preocupação de que este problema que hoje tem uma determinada dimensão, será tanto maior quanto mais for protelada a sua resolução.

Pelas características particulares que assume, e na boca, digamos assim, dos especialistas, constitui neste momento uma praga urbana na cidade de Angra do Heroísmo e é considerada a pior espécie de térmita do planeta.

Obrigado.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** É a pior a seguir aos socialistas!

**Presidente:** Continua aberta a discussão sobre o pedido de urgência.

*(Pausa)*

Parecendo não haver mais intervenções, vamos passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à Proposta de Resolução - “**Infestação de térmitas de madeira seca “*cryptotermes brevis*” em edificações na Região Autónoma dos Açores**”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Agosto de 2003 foi encomendado um estudo pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH) á Universidade dos Açores (UA) que visava a apresentação de um Plano de combate à praga das térmitas.

Em sequência, foi entregue pela UA em Julho de 2004 um relatório de determinação da distribuição e abundância de térmitas nas habitações do Concelho de Angra do Heroísmo. O mesmo concluía que 43% das casas visitadas (excluindo edifícios públicos) estavam afectadas por esta praga e 50% destas apresentavam um nível de infestação severo ou mesmo de destruição.

Para além disso moradores de Ponta Delgada já denunciaram por diversas vezes a existência de tal praga no centro histórico daquela Cidade, e a mesma situação também foi identificada na cidade da Horta.

Perante este cenário e uma vez que há cerca de três anos a Região tem conhecimento desta situação, e digo há três anos, porque no ano 2002 foi solicitado e posteriormente entregue um parecer do entomólogo Professor Paulo Borges sobre a situação grave da Delegação da Assembleia Legislativa da RAA na Ilha Terceira. Achamos, por isso, que já passou tempo mais do que suficiente para serem tomadas medidas concretas de controlo, coordenação e gestão desta situação.

É imperativa a intervenção pública no sentido de orientar as populações para as medidas de actuação mais eficazes, tratando-se de uma praga urbana que neste momento afecta uma grande parte das populações dos centros históricos de algumas das nossas cidades e que poderá afectar todas as ilhas dos Açores. Logo exige-se a definição de regras, segundo as quais os cidadãos afectados se possam orientar.

São necessárias medidas concretas ao nível do combate, controlo e prevenção da praga e de intervenção imediata ao nível da reparação dos edifícios infestados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quantas pessoas viverão neste momento em casas cujas estruturas estão extremamente danificadas sem o saberem? Estruturas essas que poderão cair a

qualquer momento! Esta, é uma realidade que já aconteceu na cidade de Angra, felizmente sem vítimas. Uma grande parte da população não tem efectivamente noção real da dimensão do problema. O adiar de soluções e de medidas certas podem estar a induzir em erro uma faixa, menos atenta da população, quanto à urgência da situação.

Aquando de uma Palestra, em Angra do Heroísmo, do reputado especialista norte-americano - Professor Timothy Myles...

**Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Canadiano.

**A Oradora:** ... - em Março de 2003, foi dado o alerta de que estávamos perante a pior espécie de térmitas de madeira seca no planeta, e uma das espécies mais espalhadas pelo mundo, dada a sua facilidade de deslocação em objectos de pequeno porte. Logo aí, a questão assumia uma dimensão regional que foi simplesmente ignorada.

Como pôde haver uma demissão das autoridades regionais, quando melhor que ninguém deveriam conhecer o nosso sistema de transporte de ilha para ilha?

O alerta foi claro. Quando não se consegue fazer uma fumigação e a devastação é severa, a substituição das madeiras é o mais viável.

Mas, muito mais foi dito e ignorado pelas entidades com responsabilidades públicas, desde logo a necessidade de revisão de diversa legislação, não só das edificações em cidade classificada; edificações de interesse público; como também de controlo fitossanitário, quase inexistente e muito permissivo. Enfim revisões que já deveriam estar em marcha a par de todo e qualquer estudo ou investigação que estivesse ou esteja a ser desenvolvido.

A identificação do problema era precisa e foi feita. Agora importa agir de facto e não apenas fingir que se faz.

Conhecida a situação, a única medida concreta que conhecemos foi o ansiado reconhecimento da dimensão regional do problema, em Setembro de 2004, com a aprovação, em Conselho de Governo, de uma resolução que criou um Grupo de Missão com a finalidade de estabelecer um programa de combate às Térmitas nos Açores e de coordenar as acções necessárias à sua execução.

Mas, com a criação deste grupo de missão e pela sua própria composição nunca lhe poderiam ser atribuídas algumas das funções previstas na dita Resolução, como por exemplo: a realização de inspecções fitossanitárias; o funcionar como centro de informação e apoio ao público; a realização de inspecções a moradias.

O próprio grupo de missão sempre se assumiu desde a sua constituição como um órgão meramente consultivo, cujo trabalho se cingia à apresentação de propostas de solução nesta matéria.

Sabiam que não podiam, nem era prudente, levar a cabo tal missão descuidadamente imposta pelo Governo. A diversidade e natureza das acções a desenvolver, a coberto de diferentes áreas de competência do Governo Regional não se resolve criando um grupo com representantes de quase todas as Secretarias. Resolve-se, sim, com a criação de um Gabinete específico que assuma a coordenação e gestão deste projecto em articulação directa com os vários departamentos competentes e com as Câmaras Municipais.

É, sem dúvida alguma, necessária a tomada de medidas concertadas entre organismos públicos e privados, para que todos possam tomar parte da sua resolução segundo orientações e decisões das autoridades regionais.

Aqui e ali vão surgindo notícias com pouca consistência, como a criação de um gabinete municipal que nunca funcionou, a promessa da abertura de uma linha de crédito bonificado até final de 2004 cuja proposta de decreto legislativo regional apareceu apressadamente há dois dias atrás e medidas efectivas avançadas por um grupo de missão que o Governo Regional parece não levar a sério.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A par do efeito de destruição da térmita de madeira seca e a identificação de elevados níveis de infestação severa ou de destruição, que ameaçam a própria habitabilidade da cidade Património Mundial e para além da sua identificação na cidade de Ponta Delgada, onde a situação também é muito grave, e na cidade da Horta; não deixa também de ser preocupante a identificação da existência de alguns casos de térmitas de madeira viva em oliveiras, nespereiras e árvores de jardim que podem ser uma potencial praga das vinhas. Esperamos que pelo facto dos casos identificados serem poucos não negligenciem e esqueçam de também prevenir tal situação, a bem da nossa Vinha do Pico, classificada como Património da Humanidade.

O Partido Social Democrata desde 2003 que vem alertando para esta situação, tendo mesmo avançado com propostas concretas para a sua resolução em Agosto de 2004.

O Grupo Parlamentar do PSD sempre encarou o problema com a gravidade que ele tem, ao mesmo tempo que defende a necessidade imperiosa de haver medidas eficazes que cheguem aos cidadãos afectados e que em quase três anos não surgiram ainda.

Esperamos que este problema seja assumido como uma causa de todos e não apenas daqueles que sentem nas suas casas esta calamidade. Só quando for encarado como uma causa da comunidade, entidades públicas e privadas, com o sentido de que nos pode afectar a todos, é que serão dados passos efectivos para solucionar um problema que hoje tem uma dimensão que será tanto maior quanto mais for protelada a sua resolução.

Os cidadãos anseiam por medidas urgentes, concretas, eficazes e acima de tudo sérias que permitam ajudar a resolver o seu problema. A criação de apoios financeiros tem de ser visto como um complemento a uma diversidade de medidas que têm um alcance muito maior que o breve mediatismo do seu anúncio. E assim pergunto: serão dados apoios sem se definir que materiais utilizar em sede de Zona Classificada? Serão concedidos apoios sem prevenir o transporte e queima da madeira? Serão concedidos apoios sem acompanhamento adequado às intervenções? Serão concedidos apoios sem obrigar à utilização de madeiras tratadas? Serão concedidos apoios sem cuidar do tratamento de móveis e outros objectos de fácil transporte e que poderão estar afectados?

Se pensam que a questão desta praga urbana se resume a uma listagens de apoios a conceder. Se a prioridade é apenas esta!? Então não conhecem ou não querem admitir a verdadeira dimensão do problema. Os cidadãos esperam muito mais.

Em suma e para finalizar: o problema existe, é conhecido há alguns anos, a dimensão está identificada, o Governo até agora não tomou as medidas necessárias, a não ser anúncios e promessas.

Já passou o tempo de se ficar apenas e só pelos estudos e diagnósticos, importa agora ir mais além e agir em conformidade com a gravidade da situação.

Disse

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e PP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dado que a hora propicia a isso e o tema térmitas é extremamente aliciante, irei fazer uma exaustiva e profunda explicação da matéria em análise.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não está a brincar, pois não!?

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Não brinque com coisas sérias.

**O Orador:** Entenda como quiser.

A infestação de térmitas de madeira seca é um problema grave...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Mas falou no adiantado da hora, o que ficou mal!

**O Orador:** ... que urge ou urgia conhecer e combater. Para o efeito teriam de existir necessariamente dois momentos diferentes, um momento de estudo, de análise e de definição de medidas de combate e um momento posterior de tomadas de medidas de iniciativas conducentes à resolução do problema e ao apoio às famílias cujas habitações estão afectadas por esse mesmo problema.

No primeiro momento do estudo de análise e de definição de medidas de combate, o Governo Regional criou por Resolução, tal como referiu a Sra. Deputada, um grupo de missão que definiu uma estratégia de combate às térmitas e, no seguimento do trabalho desse grupo de missão, que integrou várias entidades, incluindo a Universidade dos Açores e as Câmaras Municipais, cujos concelhos estavam mais afectados, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Praia da Vitória, entidades fundamentais para a resolução deste problema, dado que são as autarquias que irão aprovar todos os projectos que apareçam de reabilitação destas habitações afectadas, o primeiro trabalho foi concluído e da sua conclusão resulta um segundo momento que é a produção de matéria legislativa que defina em concreto os apoios a atribuir para a recuperação dessas habitações e esse segundo momento também já existiu, porque o Governo Regional já entregou nesta casa uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa exactamente esse tipo de apoios e a resolução desses problemas.

Portanto, a Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, no que diz respeito à criação de um grupo de trabalho é extemporânea. Esse grupo já existiu, já produziu o seu trabalho, os resultados já são conhecidos e as medidas a que deram origem também já foram entregues nesta casa e têm em conta algumas das questões aqui levantadas, pelo que esta proposta é extemporânea, não faz qualquer sentido neste momento e não terá a nossa aprovação.

**Deputado António Ventura (PSD):** Mais uma sem sentido.



**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**(\*) Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro para fazer uma rectificação a uma nota que o Sr. Deputado Lizuarte Machado deixou.

A Universidade dos Açores, de acordo com a resolução criada, não fazia parte do grupo de missão e foi chamada a fazer parte por entendimento dos representantes que faziam parte desse grupo.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Fez parte ou não fez?

**A Oradora:** Mas não fazia parte. Fez parte, mas não foi pela resolução. Esta é a primeira nota que quero aqui deixar.

A segunda nota é que até este momento não foram tomadas medidas como o Sr. Deputado acabou de dizer.

Foi criado o grupo de missão que criou um plano de actuação que até agora não viu a luz do dia. Até este momento nós não conhecemos as linhas gerais de actuação desse trabalho final e já que falou nele, gostava de lhe perguntar em que é que consiste?

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Era esta a pergunta que eu gostava de aqui deixar, porque eu não conheço essas linhas de actuação.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Vai conhecer!

**A Oradora:** É capaz de me responder?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

**(\*) Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração do Sr. Deputado Lizuarte Machado vem na linha do que foi o comportamento da bancada do Partido Socialista em toda esta sessão legislativa.

O Partido Socialista em todas as propostas apresentadas pela bancada do PSD tinha dois comportamentos: ou isso vai ser feito ou isso é extemporâneo, porque não sabemos bem porquê extemporâneo.

Quando a Sra. Deputado Carla Bretão e o Grupo Parlamentar do PSD trazem a esta casa esta Proposta de Resolução, pretendem única e exclusivamente, coisa que, perdoem-me a expressão, julgo que não é esse o entendimento dos vosso espírito, que deixe de haver reacção e passe a haver acção.

Novamente se verifica que, face a iniciativas do Grupo Parlamentar do PSD, o Partido Socialista vem a reboque, ou seja, depois de nós levantarmos o problema, depois de nós querermos que o problema seja bem caracterizado e se tomem medidas para agir, o Sr. Deputado Lizuarte Machado anunciou que vai dar entrada nesta casa uma Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Srs. Deputados do Partido Socialista, esse comportamento, reincidente ao longo de toda esta sessão legislativa, denota ao limite uma postura que não dignifica nem o vosso Grupo Parlamentar, nem dignifica esta casa.

**Deputada Maria José Duarte (PSD)** *Muito bem!*

**O Orador:** Nós, com esta Proposta de Resolução, não queremos mais do que fazer com que os açorianos, que não sabem eventualmente que têm casas com problemas, possam ser alertados para tal.

Nós queremos também que o Governo Regional possa ser o elo catalizador, descentralizando e tendo a colaboração das autarquias e de outros parceiros, numa luta que não é uma luta para assobiar para o lado, não é uma luta para fingir que o problema não existe, é uma luta que existe e que exige medidas e essas medidas mais uma vez são rejeitadas pela bancada do Partido Socialista.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**(\*) Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se até aqui todos aqueles que ouviam pela primeira vez falar de térmitas, pensavam nesta praga como uma praga urbana, com as preocupações que a todos nos traz, a Deputada Carla Bretão traz-nos, na sua intervenção, um aspecto novo que não deixa de ser menos preocupante, que é a existência e a deteção, pelo menos na Terceira, de uma subespécie que se alimenta de madeira viva e que já foi encontrada em árvores de fruto e em árvores de jardim.

Isto não deixa de nos fazer pensar aqui noutra potencialidade para outras ilhas, designadamente para aquelas ilhas que têm tradição de produção de frutos, designadamente as videiras, no caso concreto da Paisagem Protegida como Património Mundial da Vinha da Ilha do Pico.

Eu penso que a preocupação aqui neste diploma deve ser não só resolver os casos encontrados com a aplicação de subsídios e de apoios para a resolução destes problemas, mas também encontrar um conjunto de soluções que tentasse minimizar e debelar este problema. Já que não é possível eliminá-lo e irradiá-lo, seria essencial tentar, talvez, circunscrevê-lo aos sítios onde ele já apareceu, porque não há dúvida nenhuma que estas duas vertentes, estas duas formas de propagar estas pragas, se um dia vierem a alastrar a toda a Região Autónoma dos Açores, há, de facto, aqui a possibilidade de aparecerem prejuízos incalculáveis, quer no nosso património urbano que utiliza nas suas estruturas, como toda a gente sabe, muitos componentes de madeira, como também nas fruteiras e videiras da nossa Região.

Muito obrigado.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Governo Regional em relação a esta matéria e a esta Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelas intervenções que me antecederam e pelas considerações que aí foram tecidas, gostaria de referir o seguinte:

Em primeiro lugar, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo, quando diz que é na sequência de iniciativas do PSD que o PS e o Governo vão a reboque, faz-me lembrar aquela expressão que é: “o galo continua a repensar que é por cantar que o sol nasce”. Penso que se aplica, na perfeição, à sua intervenção.

Quero dizer que não é verdade que o Governo Regional esteja a ir a reboque de quem quer que seja, porque esta não é a preocupação do Governo Regional.

Também quero aproveitar para dizer à Sra. Deputada Carla Bretão que a proposta não surge apressadamente. Aliás, o Governo Regional desenvolveu nesta matéria,

conforme muito bem referiu e que também foi referido pela intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, uma estratégia que passou pela constituição de um grupo de missão que tinha, de entre as suas funções, a definição daquilo que deveria ser a estratégia a seguir, tendo não apenas em vista a questão dos apoios financeiros, mas numa perspectiva mais vasta, quais as acções e em que termos deveriam ser tomadas pelo Governo Regional no sentido de se fazer face a esta questão.

Este grupo de missão apresentou o seu relatório em finais do ano passado e deste relatório consta um conjunto de iniciativas, umas que já estão executadas e que foram públicas, foram divulgadas na comunicação social, nomeadamente estou a recordar-me, por exemplo, de acções de formação para técnicos nesta matéria, por forma a permitir dotá-los dos conhecimentos que podem ajudá-los na detecção e no aconselhamento.

Há um processo que também está em curso e que tem a ver com a elaboração do manual de procedimento sobre esta questão, tendo em vista exactamente dar um conjunto de orientações sobre esta matéria e sobre a melhor forma de lidar, quer do ponto de vista de detecção, quer do ponto de vista de tratamento, com esta praga. Este é um dos processos que está em curso.

Existe um conjunto de outras matérias que o Governo Regional, no último Conselho do Governo, aprovou, designadamente uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, que se não deu entrada, entrará brevemente nesta casa, e que consubstancia em si também um conjunto de actuações e de princípios sobre esta matéria, em algumas partes até vai mais além do que aquilo que é a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e para lhe dar apenas um exemplo nesta questão dos apoios financeiros, em que da proposta do PSD e nomeadamente uma referência que faz aos cidadãos que tenham sido afectadas por esta praga, se infere que seriam efectivamente os cidadãos que teriam o direito a esses apoios, adiantando que a proposta do Governo, porque já é pública, vai mais além, permitindo o apoio também a pessoas colectivas, não esquecendo aquilo que poderá ser um contributo fundamental para, por exemplo, associações sem fins lucrativos, clubes que têm sede, algumas delas mais antigas, podem efectivamente recorrer a este apoio. Esta é uma ideia de abrangência que me parece também importante realçar.

Quero também dizer que desta Proposta de Decreto Legislativo Regional constam algumas medidas que não se circunscrevem apenas a esta questão dos apoios financeiros e que têm a ver com a definição, a propósito dos apoios financeiros, duma metodologia de detecção e de tratamento destes casos que radica ou que se alicerça numa perspectiva global.

Nós temos consciência que, pura e simplesmente, eliminar assim a praga não é possível, mas de qualquer das formas, dentro daquilo que é uma estratégia integrada de abordagem em relação a este assunto, há da parte do Governo Regional, nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional, a consagração de um conjunto de medidas que, em relação às quais, é assumido o papel que as Câmara Municipais têm necessariamente que ter nesta matéria. Aliás, temos já exemplos daquilo que pode ser, tanto o papel importante duma câmara municipal e de colaboração, como é o caso da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, como também temos o exemplo daquilo que poderá ser alguma resistência a actuar sobre essa matéria, em relação a outras câmaras municipais.

Quero dizer também que, em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, existem aspectos que também estão consagrados, nomeadamente aqueles que dizem respeito mais uma vez...

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, será que estamos a assistir a apresentação de alguma proposta do Governo?

**O Orador:** Se os senhores quiserem eu posso calar-me. Penso que isto ajuda ao debate.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Se nós tivéssemos acesso à proposta do Governo, facilitava.

**O Orador:** Mas nós não estamos a discutir a proposta do Governo.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Parece!

**O Orador:** Estamos a falar do problema.

Existem, por exemplo, os outros aspectos que já estão resolvidos nessa sede e que têm a ver com a possibilidade de se contemplar o apoio às pessoas que já fizeram intervenções nas suas moradias e que o tiveram que fazer em virtude dessa praga.

Isto serve para dizer que existe uma diferença fundamental e daí a razão da opinião que o Governo Regional tem em relação a esta Proposta de Resolução no sentido de que ela não deve ser aprovada.

A Proposta de Resolução radica numa determinada abordagem que não é a abordagem que o Governo Regional quer e já está a fazer em relação a esta matéria, porque, em primeiro lugar, está ultrapassada, por exemplo, nesta questão dos apoios financeiros, na contemplação de pessoas singulares e de pessoas colectivas, na questão de contemplar aquelas intervenções que já foram feitas em virtude desta matéria e na chamada à participação das câmaras municipais ou noutras situações.

Não é este o caminho que o Governo Regional entende que deve seguir.

A criação de um gabinete de combate às térmitas, nos termos em que está formulada nesta proposta, constitui, na perspectiva do Governo, salvo o devido respeito, colocar-se mais uma peça na engrenagem que, na fase em que está definido e na fase em que o Governo já cumpriu e está a cumprir a estratégia que tem definida para a solução deste problema, só viria a atrasar esta situação.

É uma opção possível, não corresponde à opção que o Governo Regional tem e à forma como o Governo Regional entende que pode otimizar recursos e meios que tem, sem a necessidade de criar mais uma estrutura sobre essa matéria.

Há intervenções fundamentais nesta questão, quer do ponto de vista da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, quer do ponto de vista da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, quer do ponto de vista da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Esta articulação está já em funcionamento em virtude do relatório do grupo de missão, daí mais uma vez a utilidade de ter os representantes de quase todas as Secretarias e permite que o processo esteja num estágio de andamento que, sinceramente, não me parece que a Proposta de Resolução venha acrescentar algo mais neste momento, bem pelo contrário, porque a criar-se um gabinete implicaria recuarmos a uma fase de luta contra o combate a este problema que, na perspectiva do Governo, já está ultrapassado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um contributo para este debate que me parece que é um debate sobre um assunto importante e que tem a ver com as condições de vida das pessoas e com situações de grande gravidade que podem afectar as suas vidas.

Tanto quanto é do meu conhecimento, o problema desta praga foi identificado nos Açores há cerca de três anos. Mas só em Agosto do mês passado o Governo Regional constituiu um grupo de missão e agora, em Março de 2005, é que se dá corpo à primeira legislação para enfrentar este problema, tanto quanto me apercebi, num aspecto específico que é o aspecto dos apoios às pessoas afectadas pela praga.

O testemunho que eu queria dar é, sobretudo, em relação ao que se passa aqui na cidade da Horta.

Aos anos que se conhece, e que o Governo Regional também conhece, o problema nos Açores – vai para cerca de 6 anos que é conhecido e há três que a praga está identificada – é inaceitável que ocorreram factos como os seguintes.

Em Junho de 2004 eu coloquei na Câmara da Horta este problema e perguntei ao Sr. Presidente se conhecia na Horta algum caso. A resposta foi que não.

Em Novembro de 2004, um proprietário desta cidade, afectado por aquilo que ele não sabia bem o que era, mas suspeitava, porque a comunicação social regional começou a dar eco deste problema, diz que - isto é noticiado no jornal do dia 10 de Novembro de 2004 - procurou informar-se junto dos Serviços de Desenvolvimento Agrário relativamente aos insectos que encontrava em casa, tendo mesmo levado consigo alguns exemplares.

Na altura, a resposta foi que não se estava na presença de térmitas.

Este proprietário não satisfeito com a resposta, dirigiu-se à Universidade dos Açores e uns meses depois os mesmos bichinhos que os Serviços de Desenvolvimento Agrário disse que não eram térmitas, acabaram por ser térmitas.

Mas o mais grave é que o proprietário diz que a principal dificuldade que encontrou foi a falta de informação. Dirigiu-se a várias instituições na cidade da Horta, desde Câmara Municipal, Serviços de Desenvolvimento Agrário e outras instituições, e ninguém sabia dizer sequer onde é que ele se havia de dirigir para que lhe dissessem qual o problema que ele tinha em casa, o que era, e se era ou não térmitas.

Portanto, isto revela bem, ao fim de três anos, a forma como este problema foi tratado pelo Governo Regional e como não colocou sequer no terreno um dispositivo mínimo que, já não digo que combata o problema, pelo menos, informasse as pessoas.

Ora, em Novembro de 2004, os vereadores do PSD na Câmara da Horta apresentaram uma proposta que acabou por ser aprovada, embora com algumas abstenções de alguns vereadores que não estavam convencidos da gravidade do problema, mas a verdade é que 15 dias depois o Sr. Presidente da Câmara foi convocado para uma reunião desse grupo de missão e quando chegou disse que estava agora convencido da gravidade do problema.

E mais:

Que das informações que tinha achava que se o problema na cidade da Horta viesse a ter a gravidade que se poderia eventualmente suspeitar, estávamos, nesta cidade, com efeitos piores que o de um sismo.

Ora, três anos depois de estar identificado um problema, deixa-se chegar ao ponto que isto chegou e que estes testemunhos aqui revelam.

Outra questão que me parece ser importante é que em vez de, simultaneamente com outras medidas, que são importantes tomar ao nível do estudos, porque não se pode combater nada sem se ter estudado, se procurar circunscrever o problema às ilhas que já se sabia de antemão que estavam identificadas como afectadas, nada se fez e a verdade é que hoje ninguém garante que o problema já não esteja espalhado pelas nove ilhas dos Açores.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O senhor sabe como é que se espalha uma térmita?

**O Orador:** Basta levar num objecto exemplares vivos de uma ilha para a outra e vou só dar-lhe um exemplo, para o senhor não estar a dizer que não com a cabeça. Eu vou explicar para o senhor perceber o problema com que estamos a lidar, porque parece que o senhor não percebeu da sua gravidade.

Eu vou só dar este exemplo para verem que, ao fim de três anos, numa área que era fundamental agir para procurar circunscrever o problema nas ilhas em que já estava identificado, nada se fez e este problema espalhou-se de ilha para ilha.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O senhor sabe em que mês é que as térmitas se espalham?

**O Orador:** Eu não vou estudar a biologia das térmitas. O senhor trate disso noutra sítio.

Ora, em vez de se procurar circunscrever o problema nas ilhas em que ele já existia, não se fez isso e vou dar-lhe um exemplo que aconteceu há pouco tempo para se ver o ponto a que isto chegou.

As empresas que estão a fazer a reconstrução das Igrejas do Faial adquiriram madeira, para os tectos das Igrejas, na Ilha Terceira e essa madeira chegou à Ilha do Faial pronta para ser colocada no tecto das Igrejas. Isso só não aconteceu, porque, de imediato, a empresa de fiscalização, exorbitando as suas funções, entendeu, por suspeitas que teve nalgumas das tábuas que chegaram, primeiro fazer uma vistoria à madeira e tratá-la.

A forma como isto é possível acontecer nos Açores e a forma como se deixou que isto fosse possível que acontecesse nos Açores, ao fim de três anos da praga estar identificada, mostra bem que, da facto, os senhores andaram a dormir sobre o problema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em conclusão, estamos perante um problema que é urgente enfrentar. Muito do que se fizer neste momento, infelizmente, já vem tarde e os senhores estão satisfeitos, porque agora, ao fim de três anos e meio, dizem que vão ajudar as pessoas que têm os problemas, mas ficam, como se vai provar neste debate, muitos outros problemas por resolver, infelizmente para as pessoas que apanharem com este problema nas suas casas.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**(\*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência, Vasco Cordeiro:

O sol nasceu mais cedo para se antecipar ao cantar do galo. Acho que é a conclusão óbvia nesta fase do debate.

Foi o milagre do sol antecipar o seu nascimento, embora a luz seja nula, porque, pelos vistos, ninguém conhece os efeitos nem a dita iniciativa legislativa.

O Sr. Secretário Regional usou uma técnica que é velha como a Salva Rainha, que é efectivamente o poder que o executivo tem de se antecipar, tentando esvaziar iniciativas que surjam nesta Assembleia.

Eu digo com toda a sinceridade: eu dou graças a Deus por o CDS/PP, nesta sessão, não ter apresentado recomendação nenhuma, porque era trabalho perdido.

No caso em apreço, queria felicitar a Deputada Carla Bretão pela forma que deu à sua intervenção, aos testemunhos aqui já dados e o último dos depoimentos aqui apresentado pelo Deputado Costa Pereira, julgo que nos deixou aterrorizados.

Estes testemunhos são bem demonstrativos de que se perdeu muito tempo.

Eu queria dizer de forma muito clara da consciência que temos da gravidade da situação e da sua complexidade.

Eu, sinceramente, não invejo a posição do Governo.

Nós estamos de facto, e eu já tinha aqui anotado o termo, perante uma catástrofe com características previamente conhecidas, que é o que não acontece em geral, infelizmente, nas catástrofes que temos nos Açores.

Ela foi previamente conhecida, é de muito difícil combate por aquilo que se percebe e se sabe, por aquilo que se ouve dos técnicos, pela angústias dos sinistrados e, portanto, quero que entendam que os comentários que o CDS/PP faz sobre esta matéria não são críticas destrutivas sobre a acção do Governo, porque, pelos exemplos que já foram aqui dados, não vai ser fácil enfrentar a situação que temos.

Pensávamos que isto existia só numa zona de Angra, mas isto foi andando e foi-se demonstrando a gravidade do problema e agora já se fala nessas outras ilhas.

Diz-se que isto é um problema urbano e eu aceito que é urbano no sentido do prédio urbano face ao prédio rústico, nessa classificação clássica, porque toda a casa do Açores, que é prédio urbano, penso que está ameaçada se tiver madeiras, mas eu não sou técnico.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Se lesse os estudos técnicos ficava esclarecido.

**O Orador:** Sr. Vice-Presidente, eu já li coisa bastante para estar em pânico e então se lesse o que o senhor já leu nem sequer estava aqui. O que me admira é o senhor ainda estar aqui depois de ter lido o que leu. Eu gabo-lhe a sorte.

Se o senhor está sereno e até aparentemente bem disposto perante uma situação destas, é porque deve conhecer muito bem a proposta do Governo. Nós é que não a conhecemos.

Eu também serei o primeiro aqui a reconhecer, se não tiver capacidade de dar melhor contributo, que a proposta do Governo terá o nosso apoio sobre essa matéria.

Esta iniciativa do Partido Social Democrata, que já tem aqui uns dias, - sinceramente não sei se é perfeita, presumo que não será - é um contributo e foi assim que entendi, porque não havia outro e até ao dia de hoje não existe e o que eu lamento, como

democrata, sob este ponto de vista, é que esta Assembleia está a mostrar-se inflexível e desculpem-me os Deputados do Partido Socialista que o diga.

Eu não vejo nenhum mal nisto, e penso que o Governo também, se entendêssemos isto como um contributo, porque isto por si só não resolve nenhum problema, Santo Deus! Agora, é um contributo.

A noção que eu tenho é que nós vamos passar todos por situações muito difíceis a todos os níveis, se calhar também com consequências orçamentais, para satisfazer a ansiedade dos nossos concidadãos. Isto é gravíssimo.

Eu, na nossa Assembleia Legislativa Regional, uma entidade com responsabilidades, porque é a casa de todos nós, na nossa delegação em Angra do Heroísmo, tinha por cima de mim dois problemas: um era o Dionísio de Sousa e o outro eram as térmitas.

*(Risos das bancadas do PS e do PSD)*

**O Orador:** Do Dionísio vi-me livre, mas das térmitas não. Isto é dramático.

Nós só tivemos conhecimento disso, um ano depois de termos uma obra adjudicada.

Ora, se isto aconteceu connosco e isto acontece com o órgão máximo da Autonomia dos Açores que estava infestado...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O órgão máximo não, a madeira do órgão máximo!

**O Orador:** A madeira do órgão máximo.

A hora tardia da noite, e ainda bem que é assim, permite-nos também alguma quebra do ambiente próprio duma discussão desta gravidade.

O Partido Socialista já declarou, é assunto arrumado, que vai chumbar esta iniciativa.

O CDS/PP, apesar de tudo, vota a favor neste espírito de que acha que esta iniciativa era um contributo e votava se a iniciativa fosse do Partido Socialista ou de outro qualquer.

Vamos aguardar que o Governo apressadamente, porque teve que se apressar por causa disto, apresente a sua iniciativa.

Uma coisa quero deixar clara: politicamente lamento o facto de que a maioria parlamentar da Assembleia esteja nessa onda. Acho que não se ganha nada com isso, pelo contrário acho que é uma má imagem perante os nossos concidadãos e até pela insegurança, porque há muita gente que está aflita sem razão de ser, felizmente, porque ainda não foi vítima dessa praga.

A insegurança está instalada e acho que o que povo devia ter desta Assembleia era uma resposta de unidade, uma resposta de garantia de que o que estiver ao nosso alcance, vai fazer tudo o que puder e souber para resolver o problema. Eu acho que as pessoas só querem ouvir isso e não querem saber se é o PSD, se é o CDS, se é o PS, porque julgo que, nessa matéria, se aplica perfeitamente esse princípio. Há outros que apregoam que, se calhar, não é bem assim, mas neste aplica-se.

Portanto, eu estou temendo pela situação e acho que qualquer cidadão consciente desta Região está com o mesmo grau de preocupação e de insegurança.

Vão dar-se apoios financeiros? Qual é o impacto disso? O Governo tem, neste momento, ideia dos prejuízos causados no património urbano por essa praga? Tem alguma ideia de quantos milhões serão necessários, como foi lembrado por um



Presidente de Câmara, pessoa responsável por aquilo que diz, que admite, talvez simbolicamente, que no Faial, que nem sequer aparentemente é problema, só os mais conscientes é que o têm, podia ter maior efeito do que teve o sismo?

Srs. Deputados, estamos aqui a falar duma coisa seriíssima.

Congratulo-me pelo debate e penso que todos nós, eu pelo menos tive esse privilégio, falámos deste problema com a profundidade possível a esta hora e dada a matéria, mas lamento sairmos daqui, porque uma Proposta de Resolução não passe de recomendação, sem nada nas mãos, porque o Governo não quis começar a perder o jogo por 1-0 que depois ganharia por 3-1, mas teve medo do primeiro pontapé formal vir dum partido da oposição.

Vamos ficar a aguardar e oxalá que esse tipo de falta de consenso e de entendimento numa questão destas não penalize a necessidade de convergência que temos que ter nessa matéria.

Nós vamos passar horas nesta casa ao lado do Governo a apoiar, a admitir que o problema é de difícil solução, a estar sensíveis às propostas financeiras que o Sr. Vice-Presidente vai ter que fazer, a duvidar se elas vão ser eficientes e a ter que envolver outras entidades nesta questão. Isto vai ser um problema muito grande. Oxalá que eu esteja enganado.

Acho que esta é a pior maneira para resolver um problema destes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão das térmitas é um problema, é uma situação que deve ser encarada de frente e se me permitem ter alguma legitimidade para falar nesta matéria, digo que liderei um órgão executivo que foi a primeira entidade que assumiu esta questão de frente. Por isso penso que tenho legitimidade para falar nesta matéria.

Mas, por isso mesmo e por conhecer o problema com profundidade, se me permitem quero introduzir aqui algumas correcções àquilo que foi afirmado e, em primeiro lugar, no que concerne à temporalidade do problema.

As térmitas nos Açores não são um problema de há três anos, nem de há 6 anos, é um problema que tem muitas e muitas dezenas de anos. Já existe térmitas nos Açores há centenas de anos e, portanto, não é um problema de agora.

**Deputado José San-Bento (PS):** *Muito bem!*

**Deputados Jorge Macedo e Maria José Duarte (PSD):** Há milhares de anos.

**O Orador:** A diferença que aconteceu entre o passado e o presente é que agora há entidades dispostas a assumir a responsabilidade de cooperar com os cidadãos na resolução dos problemas, quando no passado isso não aconteceu. É essa a diferença

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Isso é demagogia!

**O Orador:** Há térmitas há muitos anos e até havia frases populares nesse sentido em que as pessoas diziam que mudavam os tectos das casas de 30 em 30 anos ou de 40 em 40 anos. Isto não acontecia por acaso, mas porque algo acontecia para esse efeito.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Há três anos atrás não sabiam que eram térmitas.

**O Orador:** Primeira questão:

Permita-me corrigir a Sra. Deputada Carla Bretão no que concerne à dimensão do problema, que referiu que 43% do total das habitações em Angra,...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Das casas visitadas.

**O Orador:** ... das casas visitadas em Angra tinham térmitas.

Quero-lhe dizer que isso não é verdade, porque o processo de selecção das habitações para serem visitadas já introduziu uma segunda fase na análise do processo.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Então o estudo mente!

**O Orador:** Eu conheço muito bem esse estudo que foi financiado, assumido e pago pela Câmara Municipal de Angra, ao contrário de outras Câmaras da Região que recusaram a fazer o mesmo estudo. Isto é verdade.

Os senhores vêm falar desta matéria para aqui com ar de grande admiração e, infelizmente, não se conhece a dimensão tão profunda em Ponta Delgada, na Praia da Vitória, como se conhece em Angra, porque essas Câmaras pura e simplesmente, apesar de terem sido solicitadas pela Universidade dos Açores, se recusaram a fazer estudo idêntico. É esta a verdade dos factos, é esta a realidade.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**O Orador:** Mas, quero dizer como é que o processo foi feito em Angra.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** E a Horta?

**O Orador:** Eu já lhe falo da Horta.

Ao contrário do que o Sr. Deputado se referiu em relação à Horta, o Sr. Presidente da Câmara da Horta não foi a essa reunião, porque não foi solicitado pela Comissão.

O Sr. Presidente da Câmara da Horta é que solicitou participar nesses trabalhos, tendo-me telefonado a mim no sentido de não só participar como se disponibilizar para financiar todos os estudos necessários à inventariação do problema aqui no Faial.

É esta a verdade dos factos, mas não é esta a essência da questão, não é esta a matéria em debate e não é isto que é importante neste momento.

O que é importante dizer é que, ao contrário do que foi referido e não se pode extrapolar aquilo que é errado que é dizer que 43% das casas visitadas têm térmitas, logo 43% das casas do Concelho de Angra, provavelmente, têm térmitas. O processo é errado.

Nós fizemos um prospecto explicativo solicitando às pessoas que elas próprias, através de fotografias, através de uma discussão técnica, fizessem uma primeira inventariação e a primeira análise das suas casas. Isso foi distribuído por 12 mil lares do Concelho de Angra, ou seja, todos os agregados familiares do Concelho de Angra investigaram as suas casas e fizeram o primeiro exercício de detecção das térmitas e solicitou-se apenas a quem achava que tinha detectado térmitas na sua casa, que enviasse um prospecto para se fazer uma segunda inspecção e esse 43% dos casos detectados é referente à segunda inspecção, que representaram um universo pouco significativo no total.

Não estou a dizer que não seja problemático, mas mais importante do que isso, é que a grande conclusão que se tirou desse estudo, é que as térmitas e as casas que

estavam afectadas situavam num espaço extremamente concentrado e com características muito específicas, nomeadamente na cidade de Angra.

Não foi detectado qualquer térmita em nenhuma freguesia rural, freguesia fora da cidade.

Segunda questão:

Dentro da própria cidade o grau de concentração situava-se numa linha praticamente ao nível do mar, ou seja, as conclusões a que se chega é que, essencialmente, as térmitas desenvolvem-se em centros urbanos junto ao mar.

Curiosamente na Freguesia de Santa Luzia, que é um caso bem conhecido, a partir de determinado nível da freguesia, porque a freguesia vai subindo, não foi detectado nenhum caso.

Voltou-se a detectar casos nos Biscoitos, que tem um micro-clima com características próprias da baixa da cidade.

Só para fazer uma correcção, a dispersão das térmitas não é propriamente uma situação indiferente da localização das próprias habitações.

Terceira questão que penso que é importante quanto as outras:

O perigo de expansão está condicionado a dois meses do ano onde as térmitas saem da madeira penso que para efeitos, não tenho a certeza, de desenvolvimento da sua espécie, que são os meses de Junho e Julho ou Julho e Agosto. Fora deste período a térmita não sai de dentro da madeira e, conseqüentemente, não tem capacidade de expansão para outras habitações.

Para concluir, o problema das térmitas não é de hoje, não é de ontem, não é de há 20 ou 50 anos, existe já há muitos anos nos Açores.

O único estudo objectivo e prático que foi feito foi no Concelho de Angra e essa situação está essencialmente circunscrita a determinados espaços que têm, esses sim, uma grande dimensão de casos, mas que estão circunscritos a uma determinada área que tem determinadas características.

Mais importante do que discutir estas matérias e introduzi-las a título informativo, foi o facto do Governo Regional dos Açores ter, em Setembro, assumido pela primeira vez na história desta Região a responsabilidade de participar neste processo, ter um grupo de trabalho criado que em Dezembro apresentou as suas conclusões e ter o Governo Regional, na primeira metade do mês de Março, apresentado a legislação que apoia as pessoas singulares e colectivas, que curiosamente são esquecidas na vossa proposta, e criou uma estratégia no sentido de controle do transporte e da destruição da madeira infestada.

É isto que foi feito numa matéria que durante dezenas e dezenas de anos foi esquecida. Nós em seis meses estudámos e identificámos o problema e aprovámos as medidas concretas à sua solução.

Os senhores podem dizer que seis meses é muito tempo. Para alguns pode ser, mas para quem durante dezenas de anos se esqueceu e andou de costas para este problema, seis meses é muito pouco tempo.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\*) Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já percebi que esta é mais uma iniciativa para castrar. Não temos qualquer dúvida em relação e isso.

Se as térmitas já existem há centenas de anos em Angra, como é que existe uma família que nunca viu os seus pais, nem os seus avós viverem numa garagem como eles estão a viver? Portanto, alguma coisa de anormal se passa agora que não se passava no passado.

Era só isto.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Tiveram brucelose!

**Deputado António Ventura (PSD):** Não foi brucelose, mas se quiser falar dela e dos seus erros, podemos falar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente fez agora uma intervenção que começou no tom correcto, mas não foi capaz de evitar o tique de partidarizar estas questões e não foi capaz de evitar dizer ou querer dizer que quem melhor enfrentou, nos seus territórios, digamos assim, o problema das térmitas, foram as Câmaras do PS. O senhor disse isso.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não fui eu que me recusei financiar este estudo em 91.

**O Orador:** Só para sua informação e porque é que levantou este problema, posso informá-lo que, no dia 25 de Novembro de 2003, os vereadores do PSD na Câmara Municipal da Horta apresentaram uma proposta que num dos seus pontos dizia o seguinte: “que a Câmara Municipal da Horta reivindique a sua participação no grupo de estudo constituído pelo Governo Regional para este efeito e nele participe activamente”.

Esta proposta foi aprovada e o Sr. Presidente da Câmara absteve-se.

**Deputado Mark Marques (PSD):** E depois telefonou no dia seguinte.

**O Orador:** Exactamente, telefonou no dia seguinte.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**(\*) Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Das declarações do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, eu gostava de fazer algumas notas.

Relativamente à formação que foi dada, é verdade que ela existiu. No entanto, ainda outro dia, num programa feito pela RTP/Açores sobre esta matéria, o Sr. Paulo Borges referiu que essa formação não era suficiente para que os técnicos pudessem dar o seu contributo da melhor maneira na avaliação do caso, tanto de segurança como de infestação de térmitas.

A outra questão é relativamente ao manual de procedimentos e gostaria de saber quando é que ele vai surgir ou daqui a quanto tempo é que vamos ter esse manual de procedimentos.

Em relação aos apoios financeiros o senhor disse que o decreto regional contemplava uma diversidade de medidas de combate. Eu não me parece que assim seja e sabe porquê? Porque se assim fosse não tinha perdido a oportunidade de o apresentar à comunicação social. Não acredito nisso,...

**Deputado Jorge Macedo e Maria José Duarte (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** ... porque perante uma matéria tão complexa, tão gravosa e que os cidadãos anseiam uma resposta, iriam anunciar apenas que tinham apoios financeiros e não anunciavam mais nenhuma medidas? Não acredito.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Relativamente ao contributo que nós estamos a tentar dar aqui, que o Grupo Parlamentar do PSD se empenhou, investigou e leu muita coisa sobre isso, - Sr. Vice-Presidente, não é só o senhor que sabe da matéria - temos tido reuniões com os cidadãos afectados e esta Proposta de Resolução que surge hoje aqui não é apenas nossa, tem o contributo desses cidadãos, desses moradores afectados que andam muito aflitos e um pouco à deriva sem saberem o que hão-de fazer.

Mais uma nota ainda em relação aos apoios financeiros.

Surgem agora os apoios financeiros, segundo anúncio de há dois dias atrás, mas a verdade é que em Angra já muitas casas substituíram madeiras, e já até saíram algumas fotografias dessas casas na comunicação social, e está mais que diagnosticado que o problema dessas casas são as térmitas. As pessoas, por segurança do edifício, fizeram a reparação necessária e o Gabinete da Zona Classificada está agora a dar apoios ao abrigo da valorização do património. Como é que isso pode ser? Que falta de responsabilidade é esta?

Dá-se apoios sem se acautelar mais nenhuma das situações que eu ainda há pouco referi.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Criticava porque não havia apoios, agora é porque há apoios!

**A Oradora:** Não, eu não estou contra os apoios. Eu apenas acho que deve haver outro tipo de medidas de fundo que acompanhem esses apoios. É lógico que tem que haver apoios, agora tem que haver outras medidas e não é só dar apoios sem regras. É apenas isso.

Em relação a algumas considerações que o Sr. Vice-Presidente fez, e já que ele gosta muito de gráficos, eu vou-lhe mostrar aqui a dispersão das térmitas na cidade de Angra, que não está circunscrita ao recinto urbano de Angra, mas abrange muitas das freguesias de Angra.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Quais são?

**A Oradora:** Conceição, S. Bartolomeu, S. Mateus, S. Pedro, S. Bento, Sé, Santa Luzia.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Mostre o outro gráfico.

**A Oradora:** Nós sabemos, e de acordo com os estudos que foram feitos, que a térmita se desenvolve segundo determinadas condições de humidade e por isso começam pelo tecto, vão descendo pelos tabiques, etc, etc, etc.

Já sabemos isso tudo, mas independentemente disso não quer dizer que a situação não seja grave e o estudo diz, logo no seu sumário introdutório, que cerca de 43% das habitações do Centro Histórico de Angra do Heroísmo estão afectadas e destas praticamente 50% possuem infestação severo, nível D ou destruição, nível E. Por isso vai contra aquilo que o Senhor há pouco referiu quando disse que não era 43%. O estudo diz claramente e não há como debater essa situação.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** São 43%. Sra. Deputada, o estudo é da Câmara Municipal de Angra.

**A Oradora:** Relativamente à nossa Proposta de Resolução, os senhores deviam ter um pouco mais de bom senso, porque o que nós queremos aqui é o melhor para a Região e não está aqui em causa ser o partido A ou o partido B, está em causa tomarmos uma atitude pró-activa relativamente a este problema e os cidadãos que ajudaram na feitura desta Proposta de Resolução, tanto são do PS como do PSD, como do PP. Nós não tivemos qualquer interesse sequer em saber em quem eles votavam, como é lógico.

Obrigada.

*(Aplausos da bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência. Agradecia que fosse breve.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a algumas das intervenções que tivemos oportunidade de ouvir da parte do Grupo Parlamentar do PSD e da parte do Grupo Parlamentar do PP, da Representação Parlamentar do PP, peço desculpa...

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Pode dizer à vontade! Nós elegemos dois.

**O Orador:** Mas perderam um pelo caminho!

Parece-me que das intervenções que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo já fizeram a este propósito, há a preocupação de todos em relação a este problema.

O primeiro aspecto que eu gostaria de salientar é que não estamos propriamente numa situação em que o Governo possa ser acusado de não estar a tratar desta situação.

Eu estou a fazer esta intervenção nestes termos e nestes moldes, porque efectivamente me parece que, para além da Sra. Deputada merecer toda a consideração como, aliás, todos os Srs. Deputados, esta é a melhor forma de tratar deste assunto.

Há uma diferença de fundo e a razão pela qual a Proposta de Resolução do PSD, na opinião do Governo Regional, deve ser rejeitada, não tem a ver com a proposta ser do PSD, não tem a ver com o proposto do que quer que seja; tem a ver com o facto de propor determinadas medidas com as quais o Governo não concorda,...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Quais são as que concorda?

**Deputado António Ventura (PSD):** Então o Governo não concorda com o controlo fitossanitário?!

**O Orador:** ... porque não é forma, na perspectiva do Governo, de se resolver o problema.

Os senhores querem arrastar esta questão para uma discussão partidária, muito bem. Nós vamos por esse caminho e vamos ver o que é que isto dá.

O Governo acha que a criação de um gabinete de combate às térmitas e o grande contributo que esse gabinete vai trazer para matar as térmitas, é: “permitir gerir e coordenar todas as acções que sejam necessárias implementar para o eficaz combate, controle e prevenção desta calamidade”. O que isto diz é nada. Não é esta a forma como se resolve o problema.

Depois diz: “que o gabinete a criar esteja em permanente articulação com as Câmaras Municipais, fornecendo-lhes o apoio técnico e bem assim todas as instruções de actuação necessárias para que estas possam orientar e apoiar os cidadãos de forma a permitir uma acção concertada entre organismos públicos e privados”.

As Câmaras a primeira coisa que têm que fazer é cumprir com a sua obrigação, como a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo fez e para isso não é necessário nenhum gabinete. Têm é que ler a lei, ver aquilo que devem fazer e cumprir.

É lamentável o facto de haver Câmaras que não cumprem, independentemente de serem do PSD ou do PS.

Os senhores partiram para esta discussão com uma ideia feita e que foi, nós vamos salvar os Açores das térmitas e o Governo Regional agora, com a Proposta de Resolução do PSD, é que vai acordar para o problema das térmitas.

À explicação do Governo Regional, que tentou ser o mais clara e o mais concreta possível, o que é que os Srs. Deputados responderam?

Afinal, já não se discutia que o Governo não dava formação, mas que a formação não era suficiente.

Afinal já não se discutia que o Governo já não tinha feito mais nada, já se queria saber era quando é que o manual de procedimento ia estar pronto.

Afinal já não se discutia que a questão dos apoios financeiros possa ser importante.

Não se acredita num juízo de valor que me parece sobremaneira precipitado, Sra. Deputada, porque o pérfido, o maléfico do Governo move-se nesta matéria com tal perfídia que deveria ter anunciado, deveria ter feito e se não fez é porque não existe.

O facto da Zona Classificada de Angra atribuir apoios também merece levar pancadaria por causa disso, porque não deveria atribuir nenhuns apoios. Então os senhores têm o trabalho de fazer uma Proposta de Resolução e apresentá-la aqui quando o Governo, através da Zona Classificada de Angra, está a atribuir apoios! Isto é uma pouca vergonha do Governo!

Ó Srs. Deputados, o Governo já está a actuar nesta matéria,

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Há quanto tempo é que está a fazer isso?

**O Orador:** A senhora leia os jornais e vá ver quais são as notícias que saíram em relação à actuação do Governo Regional.

**Deputado Carla Bretão (PSD):** Eu leio tudo e tenho aqui toda a documentação.

**O Orador:** Para além da explicação que eu dei a esta Câmara, em nome do Governo, das medidas que o Governo Regional tem desenvolvido sobre esta matéria, elas foram públicas, quer as acções de formação, quer um conjunto de outras questões que demonstram o interesse do Governo Regional sobre esta questão.

**Vozes da bancada do PSD:** Quais?

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Não tomou nenhuma medida concreta. São medidas avulsas.

**O Orador:** Para concluir o debate, da parte do Governo Regional, devo dizer que já foi aprovado em Conselho do Governo um diploma, que será presente a esta Assembleia, em que a questão dos apoios financeiros constitui um elemento dentro da estratégia que, de acordo com o grupo de missão, deve ser seguida em relação a esta matéria.

Existem outras intervenções, como acabei de referir, nomeadamente da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Portanto, para isso não é necessário criar um gabinete, porque ao fazê-lo estamos a colocar mais uma peça na engrenagem, para depois andar do gabinete para o Governo, do Governo para o gabinete, do gabinete para as Câmaras e das Câmaras para o gabinete. Isso não é preciso. O que é necessário é utilizarmos os recursos que temos, que podem ser otimizados sem a criação dum gabinete.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Isso é péssimo!

**O Orador:** É apenas isto que o Governo tem a dizer em relação a esta matéria, sem prejuízo de outros esclarecimentos que necessitem de ser prestados.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é por ser a esta hora da noite, não é seguramente pela vontade do PS, não será seguramente pelos profundos conhecimentos anunciados pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, que esta Proposta de Resolução perde dignidade. Não é por nenhuma destas circunstâncias e é lamentável que o PSD seja acusado sistematicamente de não ter ideias, não contribuir para o futuro dos Açores, não ter propostas, quando mais uma vez apresenta uma proposta...

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** E nós discordamos.

**O Orador:** ... e a resposta do PS é sempre a mesma, é contra, porque é uma proposta do PSD.

Mais uma vez a contradição é imensa e vem pôr-se em causa a criação de um gabinete quando o próprio Governo Regional criou um gabinete para a reconstrução das habitações afectadas pelos sismo de 1998, por exemplo, e com a criação desse gabinete não levou as pessoas a correrem de um lado para o outro. É uma estrutura criada com autonomia, de acordo com a orgânica que o Governo entender, porque é uma responsabilidade própria do Governo, mas uma estrutura que é um contributo para facilitar a resolução do problema e não um impecilho, porque não é essa a nossa preocupação.

O PSD apresentou aqui uma proposta séria, evidenciando com clareza e com precisão a dimensão do problema, há quanto tempo ele está identificado, apresentando soluções concretas e pondo a nu que durante todo este tempo o Governo Regional não tomou nenhuma medida específica e eficaz para o resolver.

Infelizmente, terminamos este longo dia de trabalho, este período legislativo e mais uma vez a marca é do voto contra, o voto contra do Partido Socialista. Mais uma vez é a subserviência dos 31 deputados do PS à governamentalização que o Governo quer impor.

Mais uma vez o argumento é este: não temos vontade de votar a favor. O Governo é de opinião que está contra esta Proposta de Resolução e da parte do Grupo Parlamentar do PS o que assistimos foi a uma única intervenção, demonstrando,



ironicamente, assume-se que tivesse sido, um profundo conhecimento da situação e o que se assiste é que os 31 deputados do PS, porque não é o Governo que vai votar, vão votar contra sem saberem porquê, porque não foi apresentado nenhum. Isto é que é a verdade.

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não foi apresentado nenhum argumento para votar contra esta proposta.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD foi suscitado que os senhores dissessem quais eram as medidas e a resposta foi o silêncio absoluto.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Por isso são medidas concretas que o PSD propõe para resolver o problema das térmitas nos Açores, que o Governo teve oportunidade durante 3 anos, porque o problema é conhecido há 6 anos Açores, em termos públicos, mas não tomou nenhuma medida.

**Deputado Paulo Messias (PS):** Há 20 anos!

**O Orador:** Sr. Deputado, presumo que, pelo adiantado da hora, não está atento ao debate.

O que foi dito foi que o problema é conhecido há 6 anos e em termos de entidades públicas há 3 anos que o conhecem.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Isso não é verdade. Isso é mentira.

**O Orador:** O que eu devo dizer é que o PSD recomenda que sejam tomadas medidas concretas e o PS vota contra sem argumentos válidos para o efeito, como já vimos. O que se sente é que o PSD está ao lado da preocupação de muitos açorianos que fizeram chegar essa preocupação ao PSD e o PS está contra o PSD. Que triste e grande motivação para o partido do poder votar pura e simplesmente porque está contra a iniciativa do PSD.

**Deputado Paulo Messias (PS):** A vossa proposta era essa?!

**O Orador:** Não é esse o nosso caminho e o que está certo é que os senhores votando contra esta proposta não estão só a votar contra o PSD, não estão, mais uma vez, a diminuir o PSD, estão a votar contra todos aqueles cidadãos, sem filiação partidária, sem saber qual é o partido, que contribuíram, que solicitaram, que diariamente suscitaram a nossa participação e que também eles estão espelhados nesta proposta.

É esse o vosso contributo, é esse o encargo e é isso que as pessoas lá fora ficam a saber da vossa postura de estar sempre e sempre motivados por ser contra o PSD.

Vale ganhar eleições e ter maiorias para ter como única motivação na sua acção estar contra as minorias.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**(\*) Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Efectivamente já ultrapassamos a hora pré-determinada em que a “Cinderela” corre sérios riscos de se transformar em “Gata Borralheira”.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Acho que já se transformou!

**O Orador:** Antes que isso aconteça, não posso deixar de dizer alguma coisa ao Sr. Deputado Clélio Meneses, mesmo com o adiantado da hora.

Sr. Deputado Clélio Meneses, preocupe-se, conforme julgo ser seu dever, por aquilo que é, pelo menos, público, em gerir a bancada do PSD.

A bancada do Partido Socialista é gerida de acordo com a sua vontade democrática, que está unida de livre vontade com o seu Governo e faz consenso sem nenhum problema, como se verá a nível do sistema eleitoral, por exemplo, com quem mostra vontade política, construtiva de dialogar e sensatez nas suas propostas.

Nesta matéria, como em muitas outras matérias, o Partido Socialista não terá qualquer problema em ceder, em reconhecer a razão dos outros, em aceitar propostas construtivas, mas há uma coisa também que é evidente, e com pena o digo, é que o assunto, por aquilo que resultou deste debate, que está aqui em cima da mesa, embora seja qualitativamente grave e mereça a atenção, como tem merecido por parte dos órgãos de governo próprio da Região, e por aquilo que aqui foi dito, talvez não tenha, felizmente, a dimensão quantitativa que aqui foi insinuada.

Também é preciso dizer com muita clareza que o que resultou deste debate, para além de boas intenções, é que a Proposta de Resolução do PSD, infelizmente, é um saco cheio de nada e nós não estamos aqui, sinceramente, para estar a encher esse saco quando ele não trouxe nada de construtivo.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Mark Marques (PSD):** O que vale é que ele fala pouca vez.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**(\*) Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não quero alongar mais esta discussão, porque já percebemos qual é o intuito da bancada do Partido Socialista e dos Srs. Membros do Governo, mas gostava apenas de deixar aqui uma nota final relativamente a algumas questões que o Sr. Vice-Presidente do Governo levantou, referindo que eu me contradizia ou deixava de contradizer.

Eu acho que até este momento houve apenas medidas avulsas e nada mais.

Relativamente às Câmaras Municipais terem que fazer ou não o seu papel, a Câmara Municipal de Angra, aquando do aparecimento ou, pelo menos, da identificação de que realmente existiam térmitas na cidade de Angra do Heroísmo, o que fez foi encomendar o estudo e acho que fez muito bem, mas depois anunciou medidas que nunca apareceram. Prometeu aos moradores que ia haver um gabinete de apoio, que ia haver um lugar para queima de madeiras e que se ia tratar do transporte. Esse anúncio foi feito o ano passado, mas isso nunca aconteceu.

Eu tenho aqui declarações do então Presidente da Câmara Municipal de Angra, actual Vice-Presidente do Governo, e não é pela mudança de cargos que as responsabilidades e as preocupações se esquecem, muito pelo contrário, tem responsabilidades acrescidas e devia ter tomado logo, como energicamente tomou, na altura, o assunto nas suas mãos.

Relativamente ao saco cheio de nada que o Sr. Deputado Francisco Coelho referiu, eu só tenho a dizer que se a nossa proposta é realmente um saco cheio de nada, então a linha de orientação e de actuação que o grupo de missão tenha apresentado, talvez, também seja um saco cheio de nada,...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** ... porque, segundo as declarações do coordenador do Laboratório Regional de Engenharia Civil, que também era o coordenador do grupo de missão, uma das medidas apontadas, muito ao de leve numas linhas de jornal, era realmente um gabinete coordenador. Por isso não sei onde é que foram buscar essa outra linha de actuação que agora vão implementar.

Também posso referir que há 50 anos atrás na ilha da Madeira aconteceu o mesmo e eles tiveram o mesmo problema com térmitas da mesma espécie.

**Deputado Gaspar Lima (PS):** Afinal já havia térmitas há centenas de anos. As térmitas, minha senhora, vêm do tempo do povoamento.

**A Oradora:** Calma. Não vamos tentar baralhar o que não tem interesse.

A verdade é que há 50 anos atrás a Madeira identificou o problema e hoje não se sabe de nenhum caso de alarme naquela ilha.

Na altura tudo foi tratado com a celeridade que era necessária e o relatório que foi solicitado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, foi apresentado em três meses. Eu tenho aqui o relatório que data de 1953.

A espécie era a mesma, os problemas eram os mesmos e a actuação foi rápida e eficaz e as recomendações que há 50 anos atrás apresentaram, surtiram muito efeito e vão de encontro àquelas que achamos que devem ser implementadas e só num aspecto é que o não poderão ser, porque na altura utilizava-se produtos que hoje em dia são tóxicos.

A verdade é que nós andamos nisto há três anos e eles em cerca de 3 ou 4 meses diagnosticaram e tomaram medidas de prevenção, de combate e de controle.

Hoje em dia não há...

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Não há térmitas?

**A Oradora:** Há térmitas, não há é notícia de situação de alarme.

Sra. Deputada, segundo especialistas, a praga nos Açores nunca poderá ser erradicada. Tem é que haver um combate e prevenção. Então não se faz nada! Oxalá que a sua casa não lhe caia em cima.

Era apenas isto que eu queria deixar aqui e gostava que olhassem para esta situação com a seriedade que ela merece.

Obrigada.

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para intervir neste debate, vamos votar esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos - **Proposta de Deliberação - “A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Março”.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, boa noite e muito obrigado.

*(Os trabalhos terminaram à 01 horas e 35 minutos)*

---

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Osório Meneses da Silva**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Jaime António da Silveira Jorge**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

***Deputados que faltaram à Sessão***

***Partido Socialista (PS)***

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires António Fagundes dos Reis**

**António Maria da Silva Gonçalves**

*(\*) Texto não revisto pelo orador.*

---

**Os Redactores:** *Maria da Conceição Fraga Branco e José Rodrigues Costa.*